

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2017-2021

Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Azambuja



Dezembro – 2016

ÍNDICE

Caderno I - Diagnóstico - Informação de Base.....	6
1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	6
1.1 Enquadramento geográfico do concelho.....	6
1.2 Hipsometria	8
1.4 Exposição.....	11
1.5 Hidrografia.....	12
2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA.....	14
2.1 Temperatura.....	14
2.2 Humidade relativa	15
2.3 Precipitação	16
2.4 Vento.....	17
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	19
3.1 População residente por censo e freguesia (1991/2001/2011) e densidade populacional (2011)	19
3.2 Índice de envelhecimento (2011) e sua evolução (1991-2011).....	20
3.3 População por sector de actividade (%) 2011.....	21
3.5 Romarias e festas	24
4. CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS	26
4.1 Ocupação do solo	26
4.2 Povoamentos florestais	29
4.3 Áreas protegidas e Regime florestal	30
4.3.1. Instrumentos de Gestão Florestal.....	32
4.4 Equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e pesca.....	33
5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	34
5.1 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição anual.....	34
5.2 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição mensal.....	37
5.3 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição semanal.....	38
.....	38
5.4 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição diária.....	39

5.5 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição horária	41
5.6 Área ardida em espaços florestais	43
5.7 Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão.....	45
5.8 Pontos prováveis de início e causas	47
5.9 Fontes de alerta	48
.....	48
5.10 Grandes incêndios (área > 100ha) - Distribuição anual	50
Caderno II – Plano de Acção.....	51
1. Instrumentos de gestão territorial	51
2. MODELO DE COMBUSTÍVEIS	54
3. CARTOGRAFIA DE RISCO	60
4. PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	63
5. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	65
5.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	66
5.1.1 Rede Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	66
5.1.1.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustível	66
5.1.1.2 Edificado isolado, Aglomerados populacionais e Polígonos Industriais e outros.....	70
Edificado Isolado.....	70
Aglomerados Populacionais.....	71
Polígonos Industriais e outros.....	72
5.1.1.3 Rede Viária e Ferroviária	73
5.1.1.4 Rede de Pontos de Água	76
5.1.2 Programa de Acção para o período 2017 - 2021.....	80
5.1.2.1 Silvicultura Preventiva.....	80
5.1.2.2 Rede Viária Florestal.....	82
5.1.2.3 Rede de Pontos de Água	83
5.1.2.4 Rede Eléctrica.....	84
5.1.3 Mapas de Síntese	86
Apresentam-se de seguida os mapas de síntese com as intervenções preconizadas para o período entre 2017 e 2021 (Fig. 38 – 42).	86

5.2 2º EIXO ESTRATÉGICO – Reduzir a Incidência dos Incêndios.....	92
5.2.1 Sensibilização.....	92
5.2.2 Fiscalização.....	95
5.2.3 Programa Operacional.....	97
5.2.3.1 Sensibilização da População	97
5.2.3.2 Fiscalização	99
5.3 3º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA E EFICÁCIA DO ATAQUE E GESTÃO DE INCÊNDIOS	100
5.4 4º EIXO ESTRATÉGICO - Recuperar e Reabilitar.....	104
Ecosistemas.....	104
5.5 5.º EIXO ESTRATÉGICO – Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz.....	109
5.5.1 Formação Profissional.....	111
Monitorização e Revisão do PMDFCI e actualização do POM.....	112
Estimativa de orçamento para a.....	114
implementação do PMDFCI	114
Caderno III – Plano Operacional Municipal	115
Plano Operacional Municipal 2016.....	115
1. Introdução.....	115
2. Meios e recursos	116
2.1. Inventário de viaturas e equipamentos (Quadro 18)	116
2.2. Meios complementares de apoio ao combate (Quadro 19).....	119
3. Dispositivo operacional de DFCI.....	120
3.1. Esquema de comunicação	120
3.2. Procedimentos de actuação (Quadro 20).....	121
3.3. Lista de contactos (Quadro 25)	122
4. Sectores territoriais de DFCI e LEE - Vigilância e detecção	124
4.1 Rede de vigilância e detecção de incêndios	124
4.2. Sectores territoriais de DFCI e LEE - Vigilância e detecção	125
5. Apoio ao combate	130
11. ABREVIATURAS	131

O Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) é definido pelo Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

A elaboração do PMDFCI é, segundo o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), de carácter obrigatório, podendo salientar-se que, ao abrigo do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho:

1- Os planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), de âmbito municipal ou intermunicipal, contêm as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das acções de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

2- Os PMDFCI são elaborados pelas Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios e com o respectivo planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios, sendo a sua estrutura tipo estabelecida em portaria do ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

A elaboração, execução e actualização do PMDFCI tem carácter obrigatório, devendo a Câmara Municipal consagrar a sua execução no âmbito do relatório anual de actividades (n.º 5, artigo 10º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho).

A estrutura tipo do PMDFCI é estabelecida pela Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Azambuja, desenvolvido pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) de Azambuja e elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF) do Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) de Azambuja, tem um prazo de vigência de 5 anos e a sua informação está organizada de acordo com a estrutura dada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (Ex-Autoridade Florestal Nacional), através do Guia Metodológico para a elaboração de PMDFCI, editado em Abril de 2012, nomeadamente:

- Diagnóstico (informação de base) - Caderno I

- Plano de acção - Caderno II
- Plano operacional municipal (POM) - Caderno III

O Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) define as Acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios no município de Azambuja, sejam estas de carácter preventivo ou interventivo, prevendo e programando, de forma integrada, as intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventualidade de ocorrência de incêndios.

Caderno I - Diagnóstico - Informação de Base

1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

1.1 Enquadramento geográfico do concelho

Em Portugal, o concelho de Azambuja pertence ao distrito de Lisboa, à circunscrição Florestal do Sul e ao Núcleo Florestal do Ribatejo, Oeste e AML, abrangendo o território localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo e integrando a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. Possui uma área de 262 Km², distribuídos por 7 freguesias: Alcoentre, Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo, Azambuja, Vale do Paraíso, Vila Nova da Rainha e União das freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa do Intendente (Figura 1). É limitado a Norte pelo Concelho de Rio Maior, a Nordeste pelo Concelho de Santarém, a Este pelo Concelho do Cartaxo, a Sudeste pelo Concelho de Salvaterra de Magos, a Sul pelos Concelhos de Benavente e Vila Franca de Xira e a Oeste pelos Concelhos de Alenquer e Cadaval.

As freguesias do Concelho de Azambuja ocupam as seguintes áreas:

Freguesia	Área (ha)
Alcoentre	4.705,40
Aveiras de Baixo	1.889,61
Aveiras de Cima	2.615,62
Azambuja	8.111,09
Vale do Paraíso	673,33
Vila Nova da Rainha	2.489,69
União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa	5.781,29

Quadro 1 – Freguesias do Concelho de Azambuja e respectivas áreas

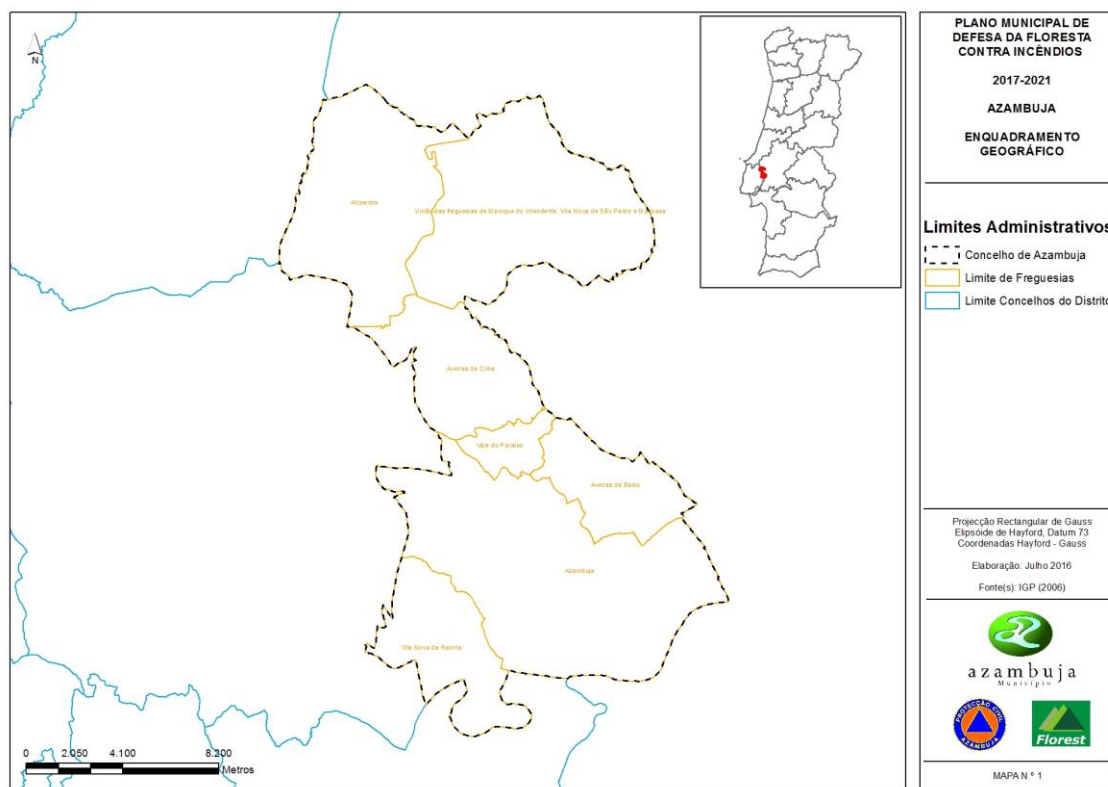


Figura 1 – Mapa do enquadramento geográfico do concelho de Azambuja

A delimitação administrativa do concelho da Azambuja abrange território localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo e está integrado na Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo.

O município com uma área total de 26.266 hectares é constituído por sete freguesias: Alcoentre (4.705 hectares), Aveiras de Baixo (1889 hectares), Aveiras de Cima (2.615 hectares), Azambuja (8111 hectares), União das freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa (5781 hectares), Vale do Paraíso (673 hectares) e Vila Nova da Rainha (2489 hectares).

É limitado a Norte pelo Concelho de Rio Maior, a Nordeste pelo Concelho de Santarém, a Este pelo Concelho do Cartaxo, a Sudeste pelo Concelho de Salvaterra de Magos, a Sul pelos Concelhos de Benavente e Vila Franca de Xira e a Oeste pelos Concelhos de Alenquer e Cadaval.

O Município de Azambuja enquadra-se na Circunscrição Florestal Sul, no Núcleo Florestal do Ribatejo, Oeste e Área Metropolitana de Lisboa, tendo este último a sua sede em Santarém.

1.2 Hipsometria

A hipsometria do concelho de Azambuja encontra-se representada no “Mapa hipsométrico do concelho de Azambuja” (Figura 2).

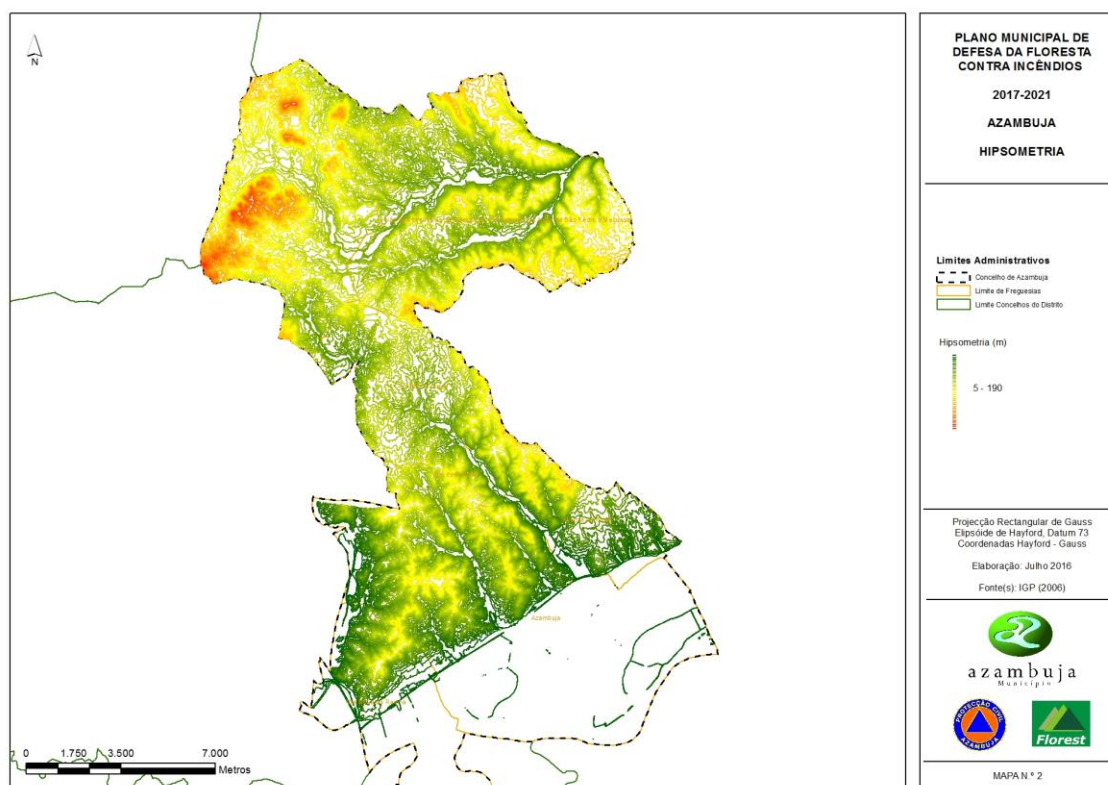


Figura 2 – Mapa hipsométrico do concelho de Azambuja

O concelho de Azambuja apresenta altitudes entre 0 e 190 metros. As cotas mais elevadas encontram-se a Norte do Concelho, nomeadamente na freguesia de Alcoentre, Espinhaço de Cão e Espinheira, atingindo os 190 metros. As cotas mais baixas verificam-se para as zonas da Lezíria, Mouchões do Tejo e Sul do Concelho, não ultrapassando os 80 metros (Figura 2). É nas cotas mais elevadas que existe maior quantidade de vegetação, encontrando-se progressivamente mais matos e áreas florestais. Nestas áreas há maior tendência para a ocorrência de fenómenos de precipitação.

1.3 Declive

A distribuição dos declives do concelho apresenta-se no “Mapa de declives do concelho de Azambuja” (Figura 3).

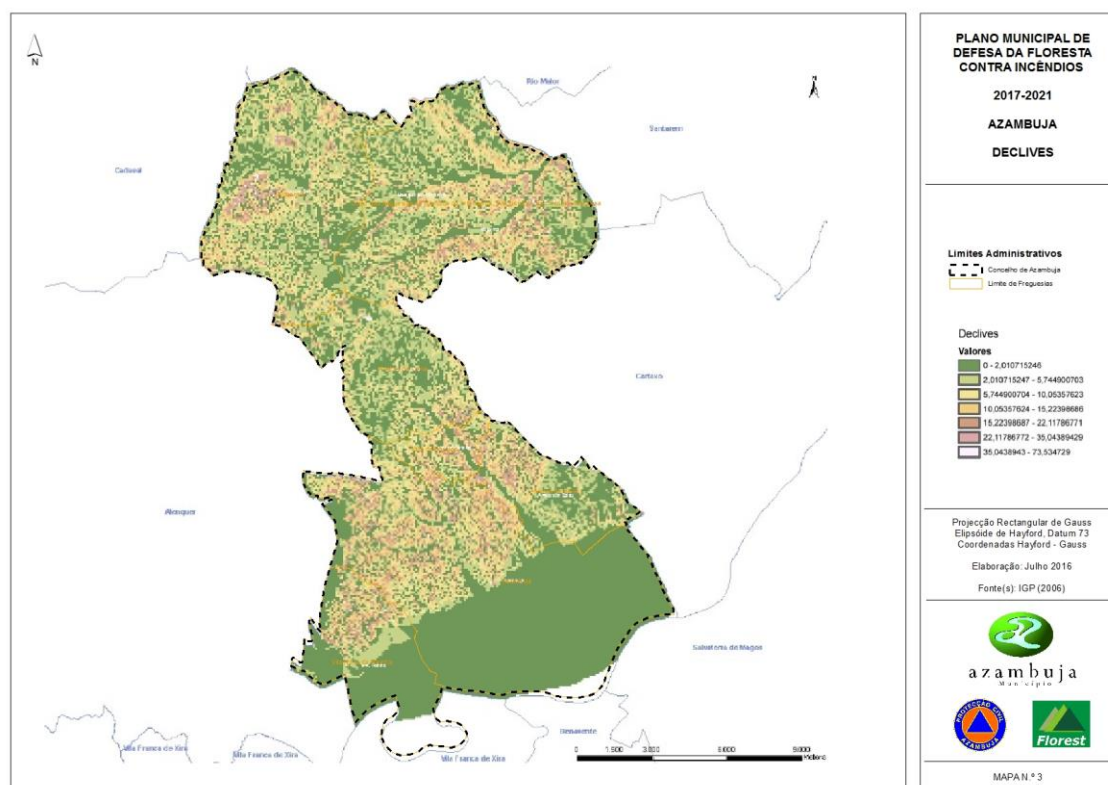


Figura 3 – Mapa de declives do concelho de Azambuja

O mapa de declives foi elaborado com base na altimetria para o Concelho de Azambuja. Em consonância com o mapa hipsométrico, os declives mais acentuados registam-se nas zonas de maior elevação.

Acima da classe altimétrica 80-120 m correspondem declives entre os 5º e os 35º.

Na zona de lezíria o declive varia entre os 0º e os 2º.

Os maiores declives verificam-se na Freguesia de Alcoentre, na localidade da Espinheira, onde se inicia a Serra do Montejunto.

Verifica-se que os declives dominantes estão entre os 2º e os 15º.

Para o Concelho de Azambuja e ao nível de defesa da floresta contra incêndios este parâmetro não constitui uma condicionante relativamente ao acesso às manchas florestais, não possuindo, de um modo geral, declives altos, mais favoráveis à propagação do fogo e constituindo consequentemente, maiores dificuldades para o combate.

Em terrenos mais declivosos o aquecimento do combustível contíguo à chama é mais intenso, o que encurta o tempo de ignição e torna o fogo mais rápido, num efeito semelhante ao do vento. No chamado efeito chaminé, o forte pré-aquecimento e a instabilidade do ar fazem com que o fogo irrompa subitamente por um desfiladeiro acima com intensidade extrema.

1.4 Exposição

As exposições encontram-se representadas no “Mapa de exposições do concelho de Azambuja” (Figura 4).

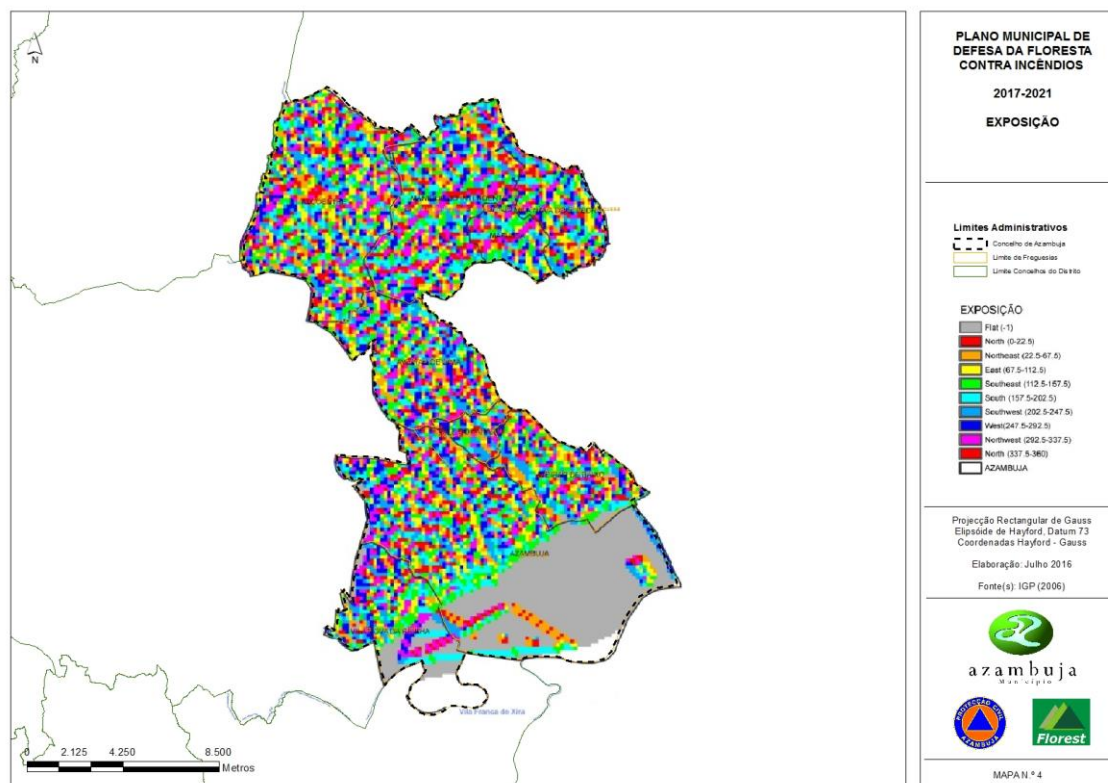


Figura 4 – Mapa de exposições do concelho de Azambuja

Das exposições do Concelho de Azambuja sobressai a zona da Lezíria que é plana, sendo a restante área do concelho abrangida por várias exposições.

As exposições resultam em lugares mais ou menos frescos. As vertentes a Sul e Sudeste, sendo mais soalheiras, apresentam temperaturas relativamente mais elevadas e humidades mais reduzidas podendo condicionar a vulnerabilidade da vegetação à ignição e à progressão de incêndios.

As exposições a Norte, mais húmidas e frescas, tipicamente oferecem as condições de crescimento mais favoráveis e portanto acumulam maior carga de combustível.

A exposição do terreno e seu declive determinam a quantidade recebida de radiação solar e de vento, e influenciam o tipo de vegetação presente. A temperatura máxima e a hora em que ocorre variam com a exposição, o que tem implicações evidentes na humidade do combustível morto. As encostas viradas a Sul são mais soalheiras, pelo que apresentam o combustível mais seco e quente.

1.5 Hidrografia

A rede hidrográfica é constituída, para além do Rio Tejo, a Sul, pelo Rio Alenquer e o Rio Ota, que desaguam no Tejo depois de passarem por Vila Nova da Rainha, bem como pelo Rio de Valverde, que passa pela Azambuja, pela bacia da Ribeira do Sorraia e pela Ribeira de Aveiras.

Estas bacias são importantes para os sistemas agrícolas, tipo de cobertura vegetal, mobilização do solo e sistematização da rega e da drenagem.

A vala da Azambuja é a linha de água que atravessa a Lezíria, com margens bem revestidas de vegetação ribeirinha, do mesmo modo que a Vala que efectua o troço terminal do Rio de Valverde.

O Rio da Ota, junto ao limite poente do concelho, acompanha este último constituindo uma baixa aluvionar de dimensão e importância significativa. O Rio de Valverde acompanha a área do núcleo urbano da Azambuja a poente e a Ribeira de Aveiras completa o sistema da parte sul do concelho.

Na zona Norte duas importantes linhas de água, pelo seu perfil e a sua inserção nos vales que as acompanham, representam elementos importantes na paisagem desta zona do concelho. Trata-se da Ribeira da Ameixoeira, a Ribeira do Judeu e a Ribeira da Maçussa que desagua no Rio Almoester, no Cabeço do Castelo. Estas linhas de água delimitam uma unidade paisagística muito importante que importa entender.

As linhas de água são acompanhadas por baixas aluvionares ocupadas com culturas agrícolas e em grande parte dos casos encontram-se bem revestidas de vegetação ribeirinha nas suas margens

A hidrografia (cursos e manchas de água) relativa ao concelho apresenta-se no “Mapa hidrográfico do concelho de Azambuja” (Figura 5).

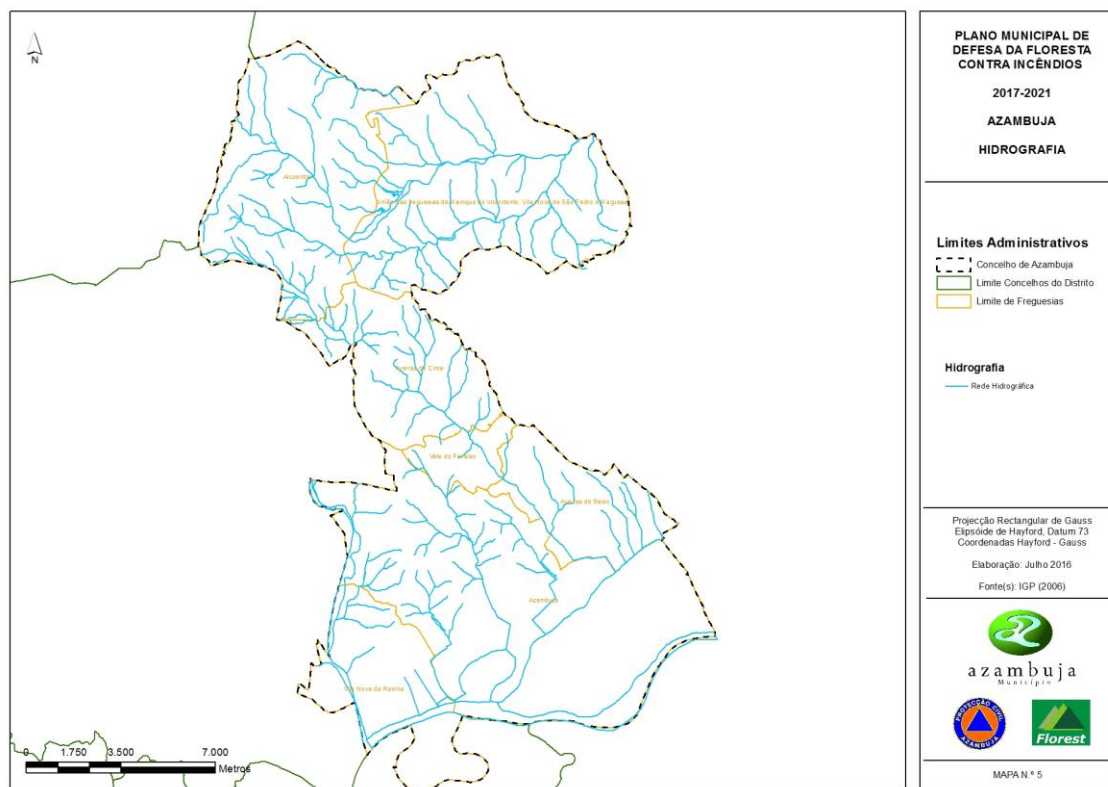


Figura 5 – Mapa hidrográfico do concelho de Azambuja

Ainda que durante a maior parte do ano o caudal dos cursos de água seja pouco significativo, praticamente todas as linhas de água mais importantes mantêm um caudal permanente, sendo que durante o Inverno, aquando da ocorrência de precipitação mais intensa, rapidamente atingem um caudal bastante elevado, que quase sempre leva ao alagamento das várzeas em redor.

As linhas de água constituem excelentes oportunidades de compartimentação de manchas contínuas. A requalificação das margens, através da diminuição de combustíveis nas galerias ripícolas, arborização de espécies menos combustíveis e a criação de descontinuidade vertical resultam num mosaico, importante para a redução e progressão do fogo.

2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

Os dados meteorológicos utilizados foram obtidos pela estação meteorológica da Fonte Boa, Freguesia da Póvoa da Isenta, Concelho de Santarém (latitude: 39°12'N; longitude: 08°44'W; altitude: 73m) para o período 1981-2010.

2.1 Temperatura

Em termos meteorológicos, como se pode verificar na Figura 6, a temperatura média do ar em cada mês (média das médias diárias entre as temperaturas máxima e mínima) varia entre 10,4°C e 23,8°C, respectivamente em Janeiro e em Agosto, o que é uma das mais baixas amplitudes térmicas do país.

O valor médio das temperaturas máximas varia entre 14,9°C em Janeiro e 31,1°C em Agosto, sendo os valores máximos registados entre 25,2°C em Janeiro e 45,2°C em Agosto.

As temperaturas mais elevadas são registadas no período de Junho a Setembro, tendo sido registados valores máximos acima dos 35°C entre Abril e Outubro. Estes factos têm óbvias consequências a nível de DFCI.

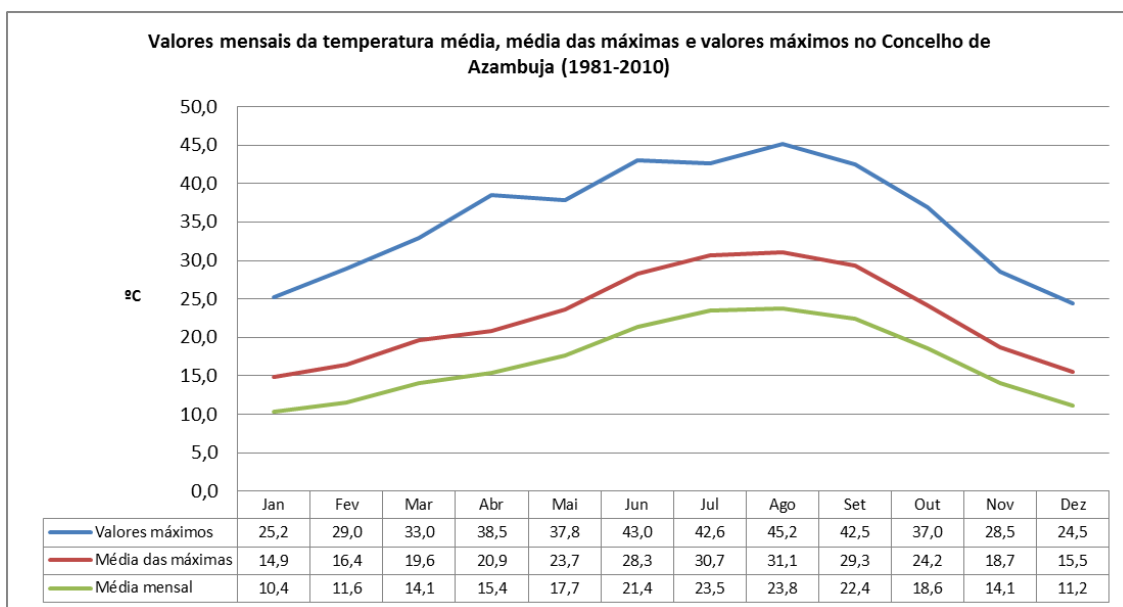


Figura 6 – Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos (1981-2010)

Fonte: IPMA

2.2 Humidade relativa

A média anual da humidade relativa do ar no concelho de Azambuja, no período 1981-2010, variou entre os 76% às 9h e os 61% às 15h (Figura 7). Os meses que registam percentagens de humidade relativa mais elevadas são Janeiro, Fevereiro, Novembro e Dezembro, com valores superiores a 80% às 9h e valores em torno dos 70% às 15h. No extremo oposto estão os meses de Julho e Agosto, com uma média de apenas 68% às 9h e cerca de 52% às 15h, tendo estes valores médios uma clara e óbvia repercussão a nível dos incêndios florestais e seu combate.

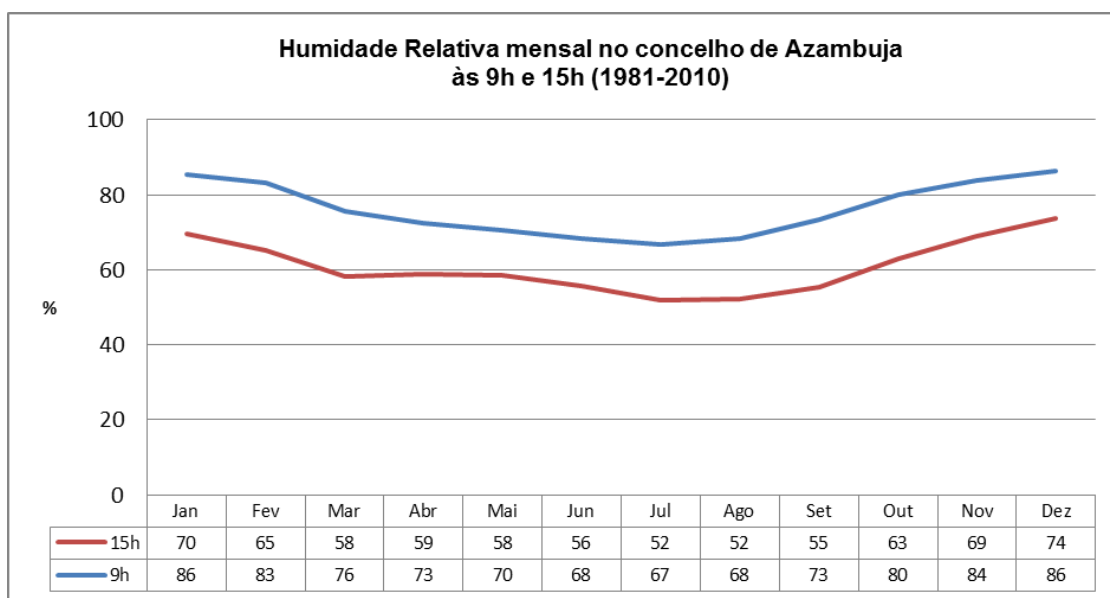


Figura 7 – Humidade relativa mensal às 9h e 15h (1981-2010)
Fonte: Instituto Dom Luiz, Universidade de Lisboa

2.3 Precipitação

Os valores da precipitação relativos ao concelho encontram-se representados na Figura 8.

Os valores máximos diários variaram entre os 11,2mm e os 88,0mm, em Agosto e Novembro, respectivamente. A média mensal no período referido variou entre 4,2mm em Julho e 106,8mm em Novembro. Os meses de Junho a Setembro foram os que registaram valores de precipitação mais baixos, com claras implicações a nível de DFCI.

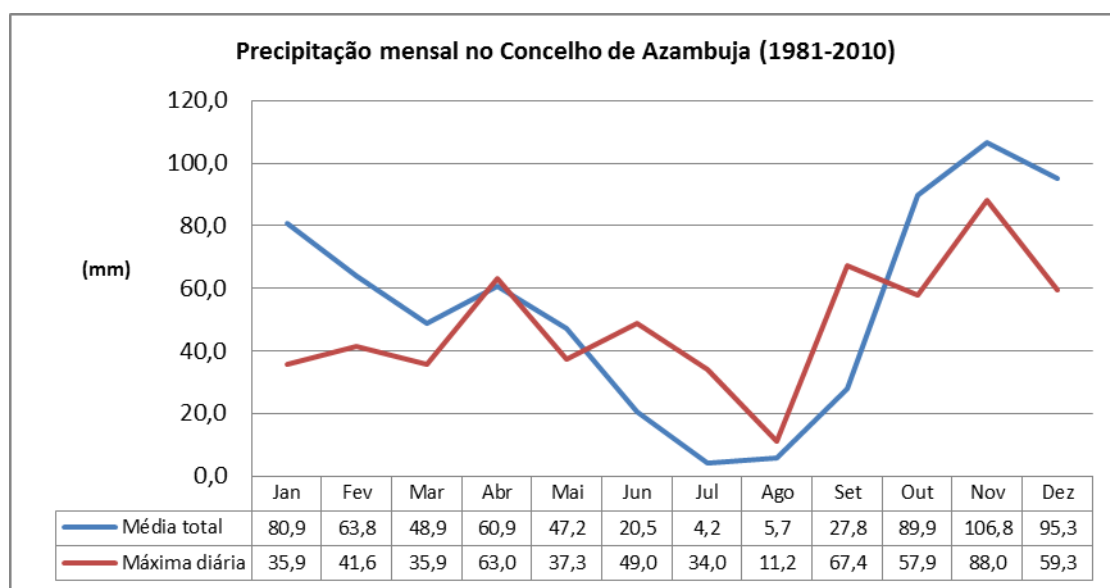


Figura 8 – Precipitação mensal em mm (1981-2010)

Fonte: Instituto de Meteorologia

2.4 Vento

Relativamente à velocidade e frequência dos ventos no Concelho de Azambuja, verifica-se que a direcção em que se registam valores mais significativos de frequência é no quadrante Noroeste (NW), durante os meses de Junho, Julho e Agosto, registando-se, nesse mesmo período, uma frequência mais baixa para as direcções Este (E) e Sul (S).

Quanto à velocidade dos ventos, pode verificar-se que os valores são muito homogéneos ao longo do período com dados disponíveis.

No período crítico de incêndios florestais compreendido entre os meses de Julho e Setembro verificam-se, para o mês de Agosto, velocidades de 7,4 km/h do quadrante Norte (N) e o valor mais baixo regista-se no mês de Julho com 0.0km/h com predominância Sul (S).

A velocidade e a direcção dos ventos desempenham um papel determinante na direcção de propagação dos incêndios florestais. Ventos fortes estão associados a uma propagação mais rápida e incêndios mais violentos, podendo levar a inúmeras projecções e consequentemente mais focos secundários, dificultando o combate.

Nas regiões mais declivosas, a irregularidade do terreno modifica substancialmente a velocidade e direcção do vento. A topografia e as diferenças de aquecimento e arrefecimento fazem com que os ventos locais subam as encostas durante o dia e as desça durante a noite.

Vales estreitos aceleram o vento através de um efeito de climatização e podem alterar a sua direcção. Nas cumeadas o vento é mais forte e turbulento, o que aumenta a probabilidade de focos secundários, especialmente em topografia mais abrupta.

Em termos de frequência, os valores médios acima do 20% apresentam-se maioritariamente no rumo Noroeste, sendo que as maiores frequências médias coincidem com velocidades elevadas (dentro da média) ao longo do ano e, atingindo em Julho e Agosto, os 62,3 e 70,4%, respectivamente.

Médias mensais da frequência e velocidade do vento no concelho de Azambuja 1961-1990

Vento																	
Frequência, F (%) e Velocidade Média, V (km/h) por Rumor																	
Mês	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C
	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f
Janeiro	2,3	5,0	20,8	4,3	0,5	2,8	4,4	4,4	0,8	9,4	27,2	6,7	2,0	4,3	32,9	4,3	9,0
Fevereiro	1,3	3,1	18,2	4,9	0,6	3,0	4,4	5,0	2,1	11,2	31,2	8,1	1,6	6,8	36,8	5,5	3,8
Março	0,9	9,0	16,2	5,2	0,8	5,7	4,9	4,0	1,2	8,7	20,5	6,9	4,4	5,2	48,0	5,4	3,2
Abril	2,0	6,5	8,9	5,8	0,4	3,8	2,9	6,6	1,0	12,6	23,6	6,1	3,7	5,6	52,4	6,1	5,1
Maio	1,1	7,8	4,8	5,9	0,2	3,0	2,6	4,2	0,6	8,6	21,6	6,3	5,3	8,0	59,6	6,6	4,6
Junho	0,5	4,2	3,8	4,7	0,0	0,0	3,2	4,2	0,3	5,0	20,3	5,2	7,0	8,1	58,2	5,8	6,7
Julho	0,4	6,0	3,5	5,2	0,4	3,3	1,9	4,1	0,0	0,0	15,7	5,5	4,2	7,3	63,2	6,1	10,7
Agosto	1,3	7,4	3,0	4,8	0,1	2,0	1,1	4,7	0,5	2,4	9,0	4,4	5,9	5,2	70,4	5,9	8,8
Setembro	0,9	5,6	5,4	3,5	1,8	2,4	2,8	4,2	0,6	4,7	17,9	4,0	8,1	6,7	54,8	4,6	7,7
Outubro	2,9	3,7	14,9	3,7	0,1	4,0	7,1	4,2	1,9	6,9	21,0	4,8	5,1	4,6	40,8	4,4	6,2
Novembro	3,4	3,5	20,5	3,5	0,7	5,0	5,1	4,0	1,1	4,3	18,7	5,3	2,5	3,6	38,0	4,7	9,9
Dezembro	2,6	3,7	22,6	4,0	0,9	2,8	5,5	4,3	2,2	6,4	19,2	5,3	2,5	3,0	41,0	4,5	3,6

Quadro 1 – Frequência e velocidade média do vento (1961-1990)

Fonte: Instituto de Meteorologia

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

3.1 População residente por censo e freguesia (1991/2001/2011) e densidade populacional (2011)

Na Figura 9 estão representados os valores da população residente entre os anos de 1991 e 2011 e de densidade populacional do último censo realizado em 2011.

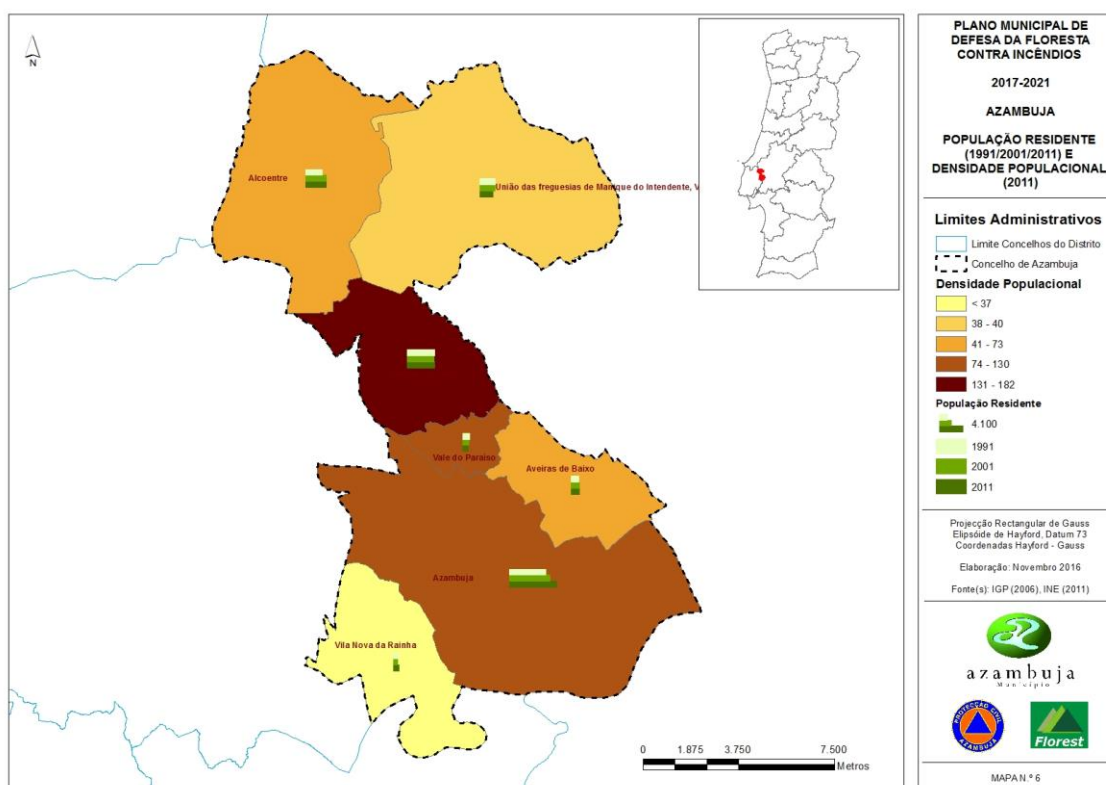


Figura 9 – População residente (1991-2011) e densidade populacional (2011) do concelho de Azambuja

Nas últimas três décadas, o concelho de Azambuja apresentou um acréscimo populacional. Embora em 1981 o concelho tenha recenseado 19.768 indivíduos e esse número tenha decrescido para 19.568 indivíduos em 1991, já na década seguinte, em 2001, registavam-se 20.837 indivíduos e, finalmente no último recenseamento populacional realizado em 2011 segundo os dados definitivos do INE (Instituto Nacional de Estatística), o concelho de Azambuja recenseou 21.814 indivíduos.

Na década de 2001 a 2011, o crescimento populacional no concelho de Azambuja foi de 4,5%. No que diz respeito ao crescimento populacional por freguesia, podem

salientar-se as freguesias de Azambuja, seguida de Vila Nova da Rainha com um aumento populacional mais elevado e, por outro lado, Vale do Paraíso a apresentar um decréscimo populacional mais acentuado.

As freguesias mais populosas do concelho são Azambuja, seguida de Aveiras de Cima. São também estas duas freguesias as que registam valores mais elevados de densidade populacional, porém, de forma inversa, com Aveiras de Cima a liderar (apresenta menor área), seguida pela freguesia de Azambuja.

Em comparação com o distrito de Lisboa e o país, Azambuja registava em 2011 uma densidade populacional mais próxima da média do país do que propriamente com o distrito (83,1 hab./km², contra 946 hab./km² do distrito e 115 hab./km² do país)

3.2 Índice de envelhecimento (2011) e sua evolução (1991-2011)

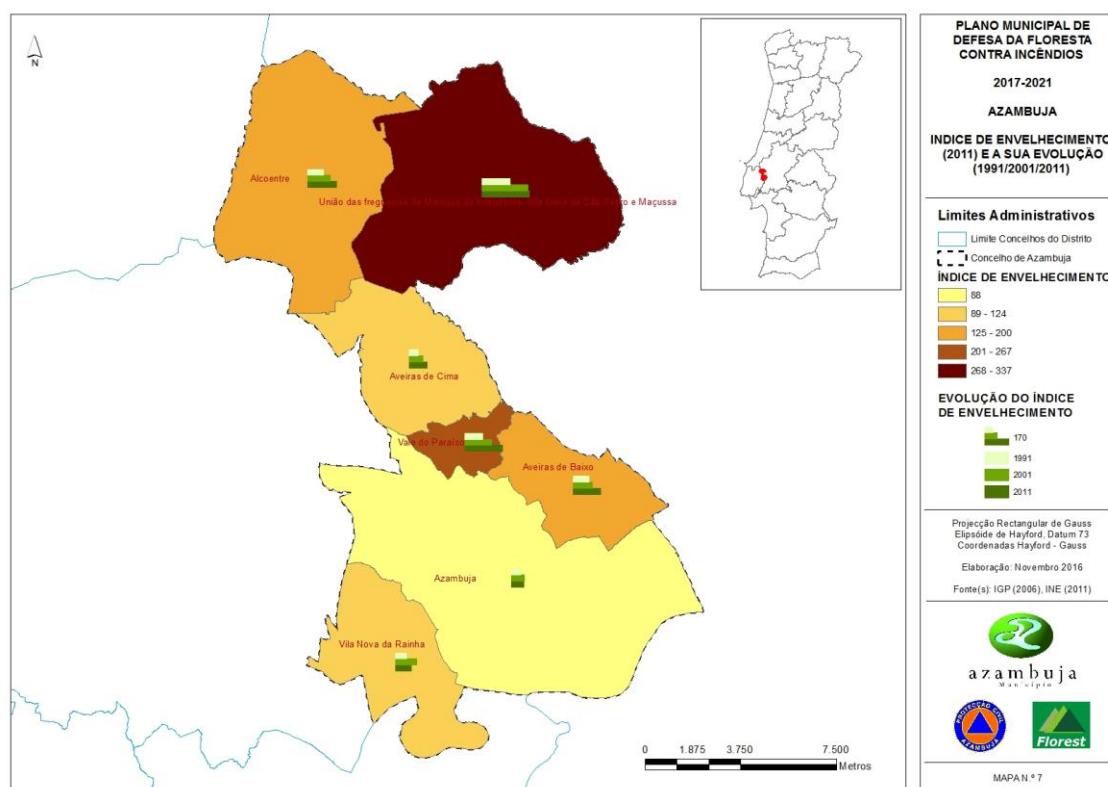


Figura 10 – Índice de envelhecimento (1991-2011) do concelho de Azambuja

De um modo geral, as freguesias que apresentam um índice de envelhecimento mais elevado são a União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, bem como Vale do Paraíso.

Verifica-se, pela análise do mapa anterior (Figura 10), que o índice de envelhecimento aumentou em todas as freguesias do concelho, à excepção de Azambuja e Vila Nova da Rainha. Este aumento teve maior expressão durante a última década nas freguesias de Aveiras de Baixo e Vale do Paraíso, com especial destaque para esta última, onde o valor mais que duplicou de 1991 para 2011.

Constata-se que entre 1991 e 2011 houve um aumento significativo do índice de envelhecimento no Concelho de Azambuja, o que poderá contribuir para o aumento do número de ignições por negligência, causadas pela realização de queimas e queimadas sem as condições de segurança essenciais.

3.3 População por sector de actividade (%) 2011

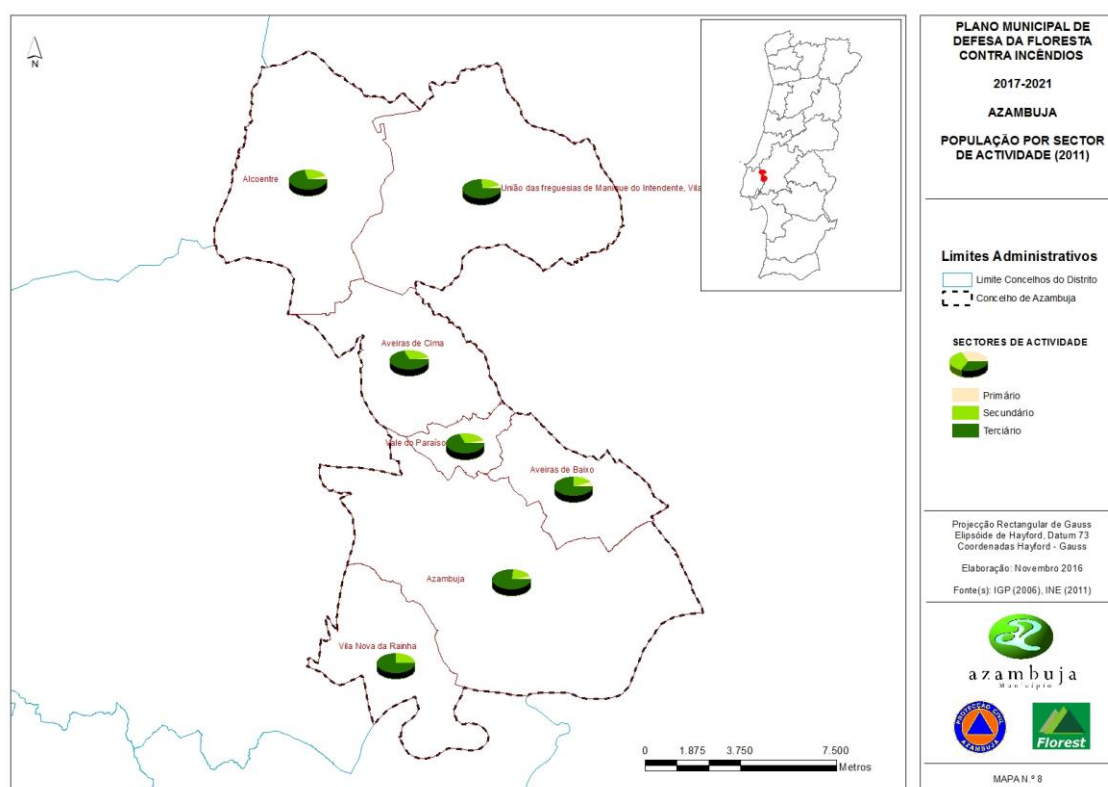


Figura 11 – População por sector de actividade (2011) do concelho de Azambuja

Pela análise do mapa anterior (Figura 11) pode observar-se que em 2011, no concelho de Azambuja, aproximadamente 4% da população activa encontrava-se empregada no sector primário. O sector secundário contabilizava 22,66% e o terciário 73,32%.

Quando comparados com os dados estatísticos de 1991 e 2001, é evidente uma alteração das actividades económicas associadas a cada sector, verificando-se em 2011 um decréscimo destas no sector primário (praticamente para metade) e secundário, ao mesmo tempo que aumenta o sector terciário.

Relativamente à distribuição da população empregada por sector de actividade no concelho, todas as freguesias representadas apresentam uma larga predominância do sector terciário. Porém é possível verificar que nas freguesias em que os sectores primário e secundário têm maior expressão é justamente naquelas em que o índice de envelhecimento é maior. Por outro lado, nas freguesias com menor índice de envelhecimento, prevalecem as actividades económicas associadas ao sector terciário.

O despovoamento das áreas rurais e desinvestimento no trabalho agrícola deu lugar a um processo acelerado de abandono de terras, provocando a invasão da vegetação espontânea com um elevado grau de combustibilidade e maior perigosidade de incêndio.

Comparativamente aos valores registados a nível nacional e no distrito de Lisboa, Azambuja apresenta uma percentagem acima da média no que diz respeito à população empregada no sector primário (4% contra 0,72% no distrito e 3,06% no país). No sector secundário os valores do concelho são ligeiramente inferiores (22,66% para 24,07% no distrito e 35,10% no país). A percentagem de população a trabalhar no sector terciário é, em Azambuja, superior à registada no país, mas inferior à do distrito de Lisboa (73,32% do concelho para 74,79% do distrito e 59,92% do país).

3.4 Taxa de analfabetismo (1991/2001/2011)

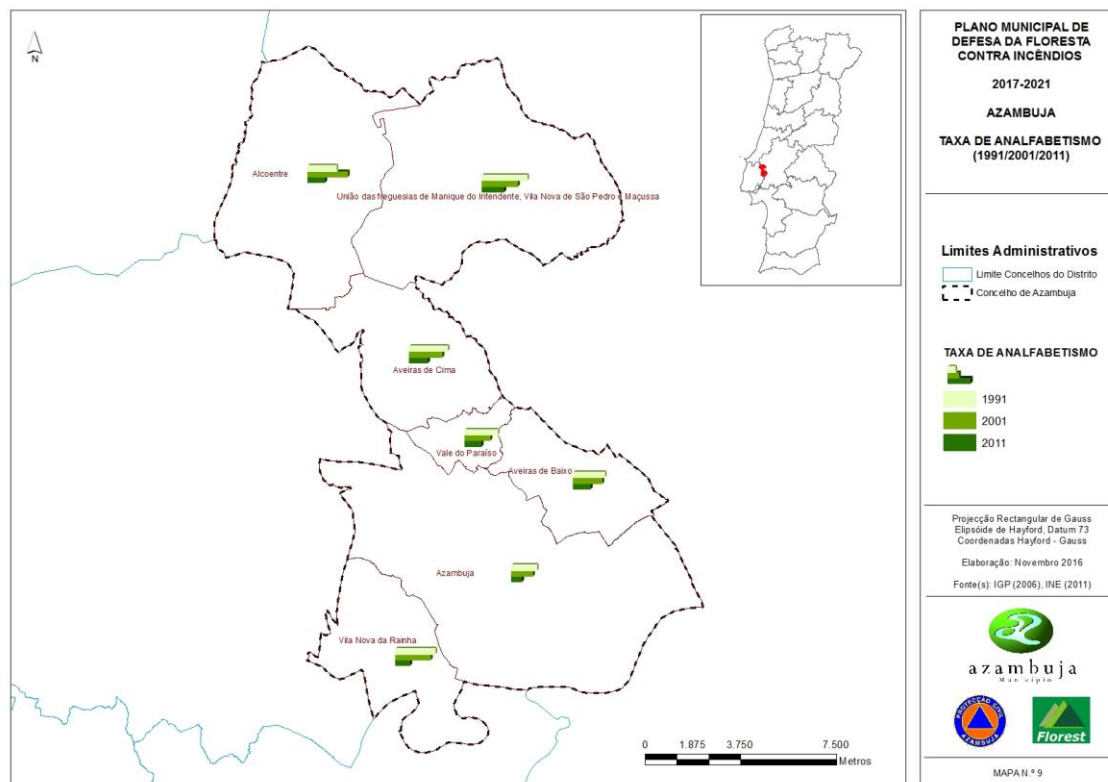


Figura 12 – Taxa de analfabetismo (1991-2011) do concelho de Azambuja

Para o período analisado, foi em 1991 que se registou a maior taxa de analfabetismo no Concelho de Azambuja, sendo a antiga freguesia de Vila Nova de São Pedro (agora incluída na União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa) a que apresentou o valor mais elevado.

Entre 1991 e 2011 registou-se um decréscimo da taxa de analfabetismo em todas as freguesias. Esta diminuição relaciona-se com o desenvolvimento que o País registou, nomeadamente no período consecutivo à sua entrada na Comunidade Económica Europeia.

Em 2011 a taxa mais baixa registou-se em Azambuja e a mais elevada manteve-se na União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, podendo esta variável relacionar-se directamente com o índice de envelhecimento.

No seu conjunto, em 2011, o concelho de Azambuja registava uma taxa de analfabetismo de 7,01%, ligeiramente acima do valor médio nacional (5,23%) e mais alta que a do distrito em que se insere, Lisboa (3,23%).

Neste contexto, a mensagem das campanhas de sensibilização para a prevenção de incêndios florestais, adopção de práticas de defesa da floresta contra incêndios e a dissuasão de comportamentos de risco são muitas vezes difíceis de passar.

3.5 Romarias e festas

Na tabela seguinte indicam-se por Freguesia, quais as festas e romarias a decorrer no concelho.

Mês de Realização	Dia de início/fim	Freguesia	Lugar	Designação	Observações
Setembro	2ª. Quinzena	Alcoentre	Alcoentre	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Agosto	2ª. Quinzena	Alcoentre	Tagarro	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Junho	1ª Quinzena	Alcoentre	Casais das Boiças	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Julho	1ª Quinzena	Aveiras de Baixo	Aveiras de Baixo	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Agosto	1ª Quinzena	Aveiras de Baixo	Casais da Lagoa	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Setembro	1ª. Quinzena	Aveiras de Baixo	Virtudes	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Maio	2ª. Quinzena	Azambuja	Azambuja	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Junho	2ª. Quinzena	Aveiras de Cima	Aveiras de Cima	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Dezembro	2ª. Quinzena	Maçussa	Maçussa	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Agosto	2ª. Quinzena	Manique do Intendente	Manique do Intendente	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Dezembro	2ª. Quinzena	Vale do Paraíso	Vale do Paraíso	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Julho	2ª. Quinzena	Vila Nova de S. Pedro	Vila Nova de S. Pedro	-	Uso de foguetes e fogo de artifício
Junho	2ª. Quinzena	Vila Nova de S. Pedro	Casais d'Além	-	Uso de foguetes e fogo de artifício

As festas e romarias são uma tradição cultural das povoações do Concelho de Azambuja. Verifica-se que a sua grande maioria ocorre durante o período de Verão, reunindo em alguns destes eventos um elevado número de pessoas.

É necessário que nestas situações haja uma fiscalização efectiva de modo a garantir o cumprimento da legislação em vigor (artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/06 de 28 de Junho) e evitando determinados comportamentos característicos destas festividades como é o caso do lançamento de foguetes, que poderá considerar-se como uma actividade de elevado risco de ignição e propagação de incêndios florestais.

4. CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS

4.1 Ocupação do solo

A ocupação do solo no Concelho de Azambuja é maioritariamente agrícola. Ao nível dos espaços florestais são os povoamentos puros, nomeadamente de eucalipto, que têm presença dominante.

A compartimentação de manchas contínuas, em mosaicos de diferentes ocupações, assim como através de arborização com espécies menos combustíveis, a descontinuidade horizontal e vertical e a requalificação de linhas de água serão uma medida importante na redução e progressão do fogo em espaços florestais.

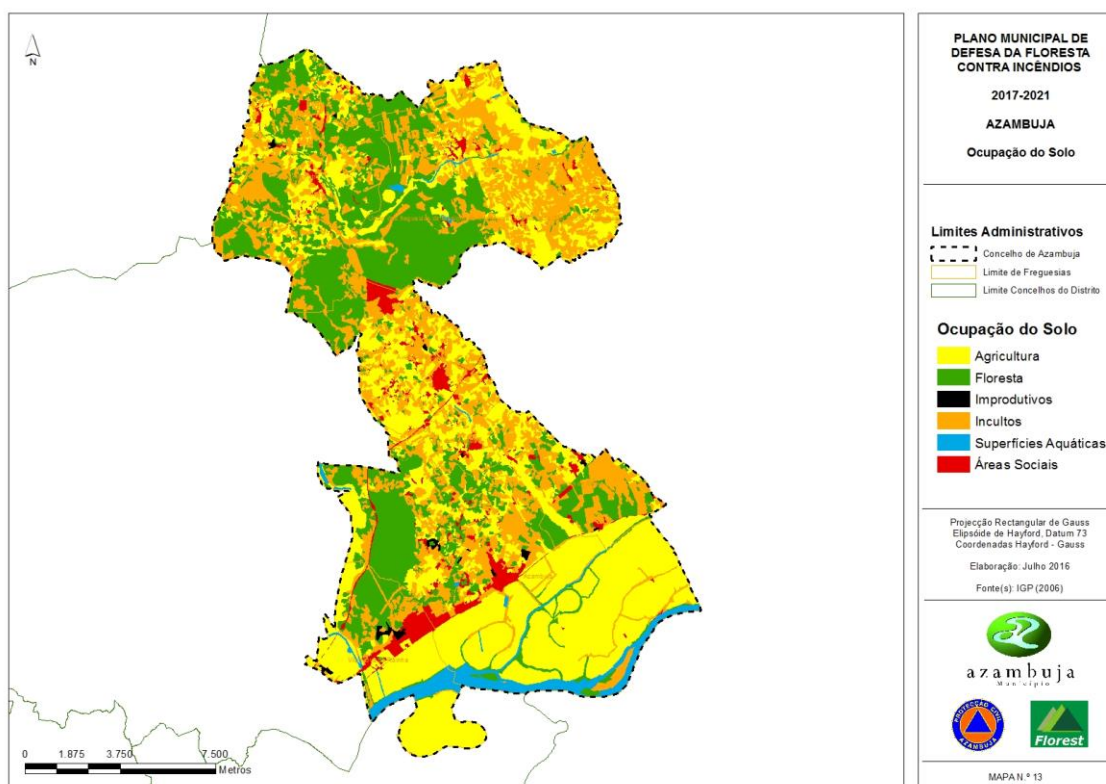


Figura 13 – Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Azambuja

FREGUESIAS	OCUPAÇÃO DO SOLO (ha)					
	Áreas Sociais	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Superfícies Aquáticas
Alcoentre	163,35	1.123,85	2185,09	11,01	1.221,74	0
Aveiras de Baixo	113,78	588,10	553,6	6,14	626,92	0,90
Aveiras de Cima	336,57	1.098,38	364,07	4,98	809,5	1,90
Azambuja	359,53	4443,71	1.598,85	36,20	1.197,46	474,72
Vale do Paraíso	48,56	364,44	84,23	1,59	173,44	0,98
Vila Nova da Rainha	224,51	1.372,95	435,32	45,56	207,63	203,52
União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa	156,45	1.820,74	1.862,11	0	1.915,64	25,90
TOTAL	1.402,75	10.812,17	7.083,27	105,48	6.152,33	707,92

Quadro 2 – Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Azambuja, por freguesia

Pela observação da figura 13 e Quadro 2, pode concluir-se que o Concelho de Azambuja é essencialmente agrícola, representando cerca de 41% da área do Concelho.

No que diz respeito à área de Floresta (7.083,27ha), esta representa 27% da área total do Concelho (26.263,92ha), sendo os povoamentos puros, nomeadamente de eucalipto, os que têm presença dominante.

Verifica-se também muita área de incultos (6.152,33ha), cerca de 23,4% da área total do Concelho, na qual se inclui zonas com coberto arbóreo mas onde se verifica uma maior progressão de matos, bem como áreas de pastagem permanente nas quais no passado terão tido lugar terrenos agrícolas, actualmente abandonados.

Esta situação constitui um dos maiores problemas no que diz respeito à ocorrência e propagação de incêndios florestais, pois torna o território mais susceptível e limita os acessos às equipas de 1ª intervenção e combate.

Deste modo, considera-se que a compartimentação de manchas contínuas em mosaicos de diferentes ocupações, assim como a arborização com recurso a espécies menos combustíveis, as intervenções que garantam descontinuidade horizontal e vertical e a requalificação de linhas de água, serão medidas importantes para a redução da incidência e progressão do fogo nos espaços florestais.

Em termos de Área Florestal, onde se engloba a área de Floresta (7.083,27ha – 27%) e os Incultos (6.152,33ha – 23,4%), as freguesias com maior representatividade no Concelho são a União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa (Floresta - 1.862,11ha e Incultos – 1.915,64ha, representando 65,34% da área total da freguesia e 14,38% da área do Concelho) e Alcoentre (Floresta – 2.185,09ha e Incultos – 1.221,74ha, representando 72,4% da área total da freguesia e 12,97% da área do Concelho).

Relativamente à agricultura, Azambuja é a freguesia que apresenta maior área (4.443,71ha), seguida de União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa com 1.820,74ha.

Em relação à Rede Hidrográfica e outras massas de água do concelho já descritas anteriormente (no ponto 1.5), a totalidade das superfícies aquáticas ocupa uma área de 707,92 ha.

Em termos de enquadramento DFCI, é justamente nas freguesias de Alcoentre, Azambuja e União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa – com maior área florestal e onde há tendência para se registar um maior número de ocorrências e área ardida (Fig. 19) – que incidem as acções de vigilância no concelho de Azambuja.

4.2 Povoamentos florestais

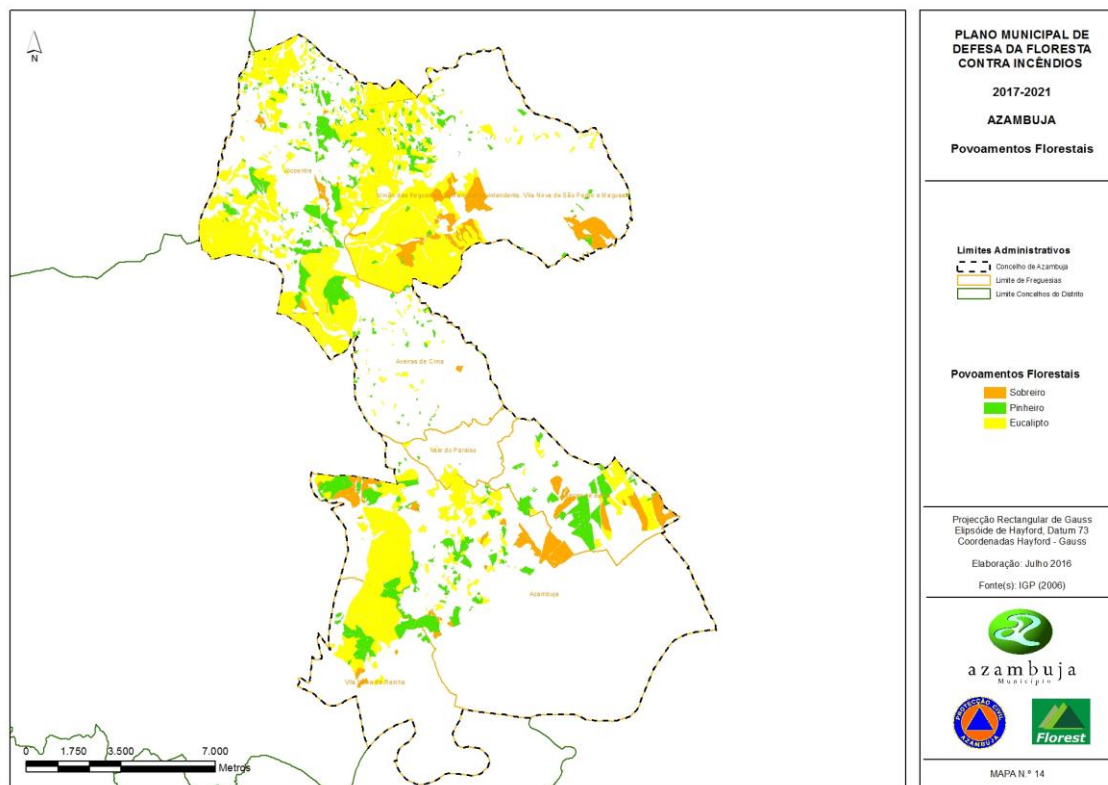


Figura 14 – Povoamentos florestais do concelho de Azambuja

Freguesias	ESPÉCIES			Área de Floresta (ha)
	Sobreiro (ha)	Pinheiro bravo (ha)	Eucalipto (ha)	
Alcoentre	39,04	439,81	1669,74	2185,09
Aveiras de Baixo	208,04	274,24	181,34	553,6
Aveiras de Cima	5,11	54,05	276,28	364,07
Azambuja	191,14	378,6	867,75	1598,85
Vale do Paraíso	0	0,55	0	84,23
Vila Nova da Rainha	16,7	123,41	387,3	435,32
União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa	350,96	125,73	1431,48	1862,11
TOTAL	810,99	1396,39	4813,89	7083,27

Quadro 3 – Distribuição das espécies florestais do Concelho de Azambuja, por freguesia

Analisando a Figura 14 e o Quadro 3, verifica-se que a maior área de floresta encontra-se na freguesia de Alcoentre, representando 30,85% da área total de floresta do Concelho. Porém, verifica-se que a União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, bem como a freguesia de Azambuja apresentam, em proporção, valores elevados de área de floresta (1.862,11 ha e 1.598,85 ha, respectivamente).

Relativamente aos povoamentos florestais, a espécie mais representativa é o eucalipto, totalizando 4.813,90 ha, cerca de 68% da área total de povoamentos florestais, seguido pelo pinheiro (1.396,40 ha), que representa cerca de 20% e, finalmente, o sobreiro sendo a espécie florestal com menor ocupação, com 811.00 há, aproximadamente 11,5% do total. As restantes espécies apresentam áreas mais reduzidas.

4.3 Áreas protegidas e Regime florestal

O Concelho de Azambuja não abrange qualquer Área Protegida ou integrada na Rede Natura.

Na freguesia de Aveiras de Baixo localiza-se a Mata Nacional das Virtudes, sob Regime Florestal Total (aplicado a terrenos do estado).

A freguesia de Alcoentre confronta directamente com a Serra de Montejunto – Concelho do Cadaval, classificada como Paisagem Protegida (área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da Natureza que evidencia grande valor estético ou natural).

A Mata Nacional das Virtudes está situada na freguesia de Aveiras de Baixo, estando limitada a Norte pela Estrada Nacional n.º 3 e a Sul pela Linha de caminho de ferro. A mata tem actualmente 235,26 ha, sendo as espécies dominantes o pinheiro bravo, o pinheiro manso, o sobreiro e o eucalipto. Esta Mata Nacional comporta não só um cunho de cultura de Azambuja, como também constitui um marco de natureza que se

pode preservar e cujo usufruto, só trará benefícios para a população local e de todo o concelho.

A Serra de Montejunto está classificada como Paisagem Protegida, que de acordo com o ICNF, corresponde à definição de uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da Natureza que evidencia grande valor estético ou natural. Erguendo-se abruptamente entre o litoral e o vale do Tejo, com cerca de 4500 ha, a Serra de Montejunto demarca-se da paisagem envolvente pela altitude e pelas suas características naturais. Abrange os Concelhos do Cadaval e Alenquer, numa região caracterizada por intensa actividade agrícola, o Montejunto apresenta-se como um refúgio para muitas plantas – a serra alberga considerável diversidade florística tendo sido identificadas cerca de 400 espécies de plantas em que se incluem alguns endemismos das zonas calcárias – e animais. Destes últimos destacam-se as aves, aqui nidificando mais de 70 espécies, e os quirópteros, que aproveitam a existência de cavidades para aí hibernar e se reproduzir.

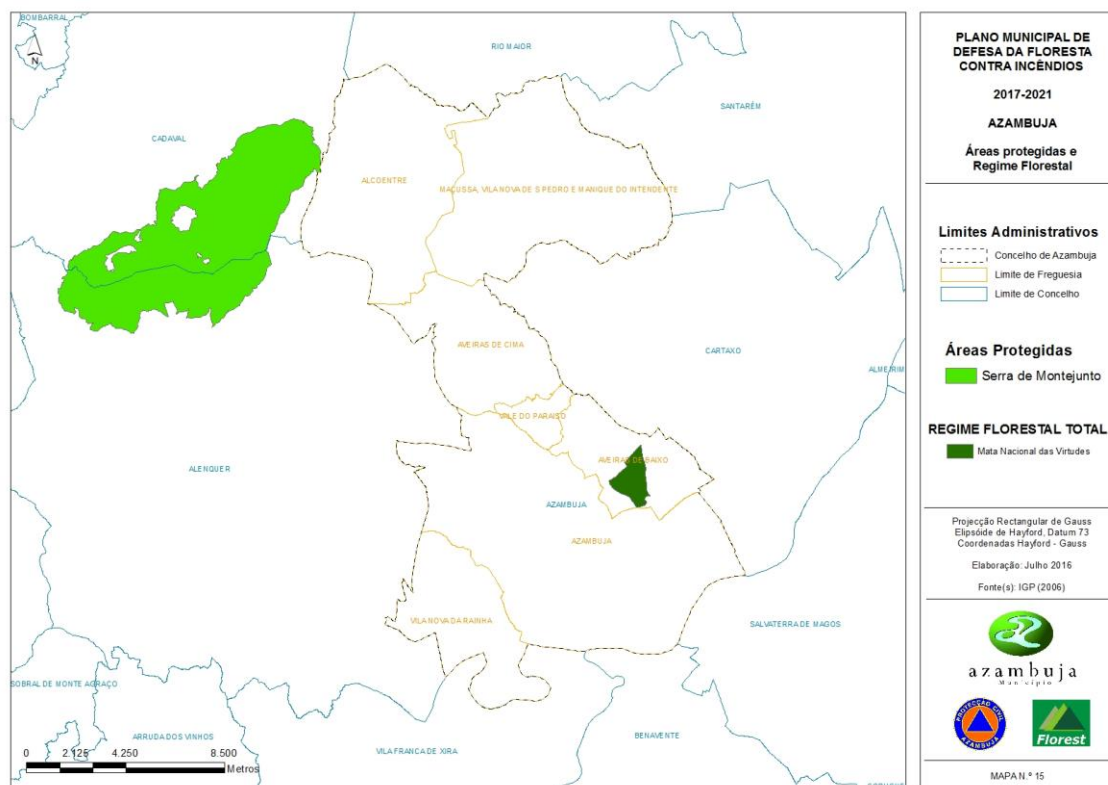


Figura 15 – Áreas Protegidas e Regime Florestal do Concelho de Azambuja

4.3.1. Instrumentos de Gestão Florestal

O Concelho de Azambuja tem presentes três áreas onde estão constituídos instrumentos de gestão florestal (Figura 31):

- **Zona de Intervenção Florestal (ZIF)** de Azambuja, Cadaval e Rio Maior, que abrange as Freguesias de Alcoentre, Manique do Intendente e Maçussa e do Concelho de Azambuja;

- **Zona de Intervenção Florestal (ZIF)** de Alenquer, Azambuja e Cadaval, que abrange as freguesias de Alcoentre e Aveiras de Cima do Concelho de Azambuja.

Ambas foram constituídas com o intuito de obtenção de espaços contínuos submetidos a planos comuns de intervenção e geridos por uma única entidade, como medida capaz de introduzir escala e profissionalização na acção do ordenamento e da gestão florestal, em zonas onde a dimensão de propriedade só o permite através da organização dos proprietários florestais em torno da gestão e defesa comuns do património individual.

Assim, com este modelo de organização e gestão do território visa-se:

- Promover uma gestão activa e permanente dos espaços florestais, através de existência de uma entidade gestora que assegura a gestão de todo o território das ZIF;
- Proteger eficazmente as áreas florestais e os espaços rurais associados, minimizando as condições de ignição e propagação de incêndios e os factores de depauperamento da vitalidade dos povoamentos;
- Fomentar a recuperação ordenada dos espaços florestais e naturais afectados pelos incêndios;
- Dar coerência territorial e eficácia aos diferentes instrumentos de ordenamento e à acção de todos os que intervêm no espaço florestal.

- **Mata Nacional das Virtudes**, sob Regime Florestal Total (aplicado a terrenos do estado) para a qual existe um Plano de Gestão Florestal.

Esta Mata Nacional comporta não só um cunho de cultura de Azambuja, como também constitui um marco de natureza que se pode preservar e cujo usufruto, só trará benefícios para a população local e de todo o concelho.

5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

5.1 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição anual

O “Mapa de Áreas Ardidas do Concelho de Azambuja 2000-2014” encontra-se representado na Figura 17.

No período entre 2001 e 2016 arderam, no Concelho de Azambuja, cerca de 3.900 ha de povoamentos florestais e de matos, que corresponderam a cerca de 1136 ocorrências.

Na figura seguinte pode observar-se a distribuição espacial dos incêndios florestais, no período de referência, para o Concelho de Azambuja e Concelhos limítrofes. Verifica-se que a zona mais vulnerável à ocorrência de incêndios localiza-se no Norte do Concelho, designadamente nas freguesias de Alcoentre e na União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, bem como na interface com os Concelhos de Rio Maior e Cadaval. A freguesia de Vila Nova da Rainha é a que apresenta menor área ardida.

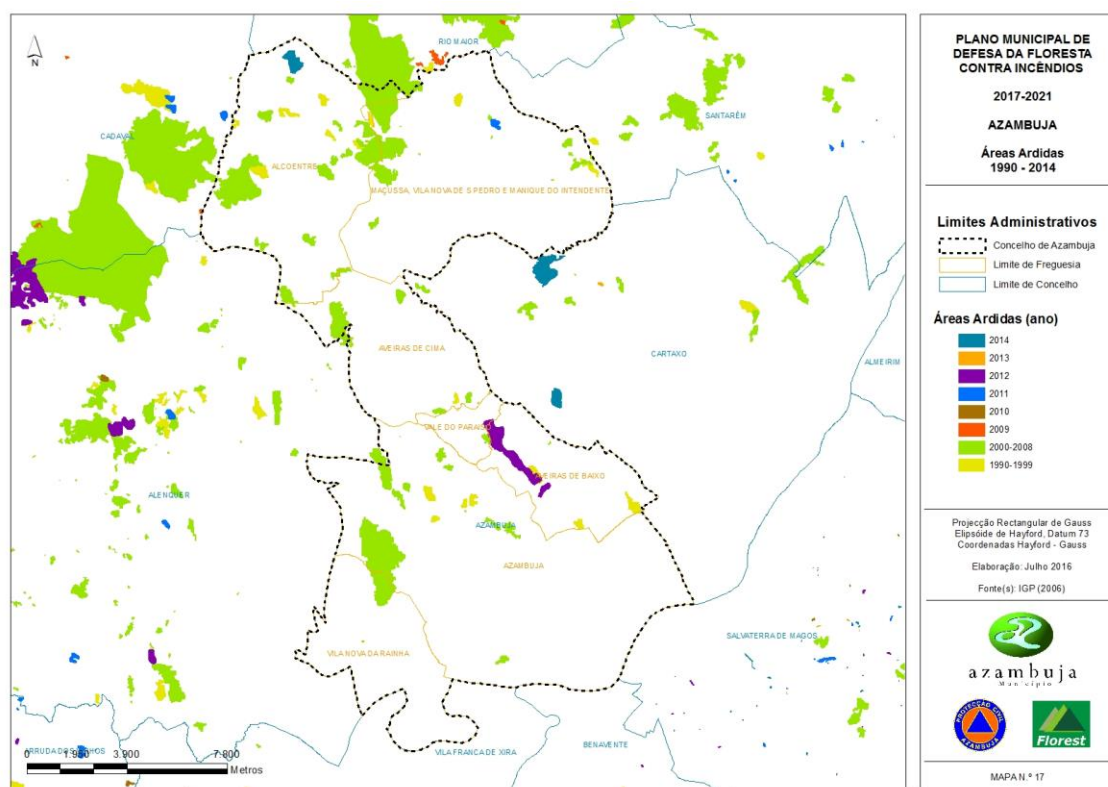


Figura 17 – Áreas Ardidas do Concelho de Azambuja (1990-2014)

As freguesias com espaços florestais contínuos do Concelho são Alcoentre e União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, não sendo assim de estranhar terem sido as mais afectadas por incêndios florestais e/ou nº de ocorrências, sendo a primeira mais afectada em termos do nº de ocorrências, notando-se uma maior disparidade entre essa variável e a área ardida.

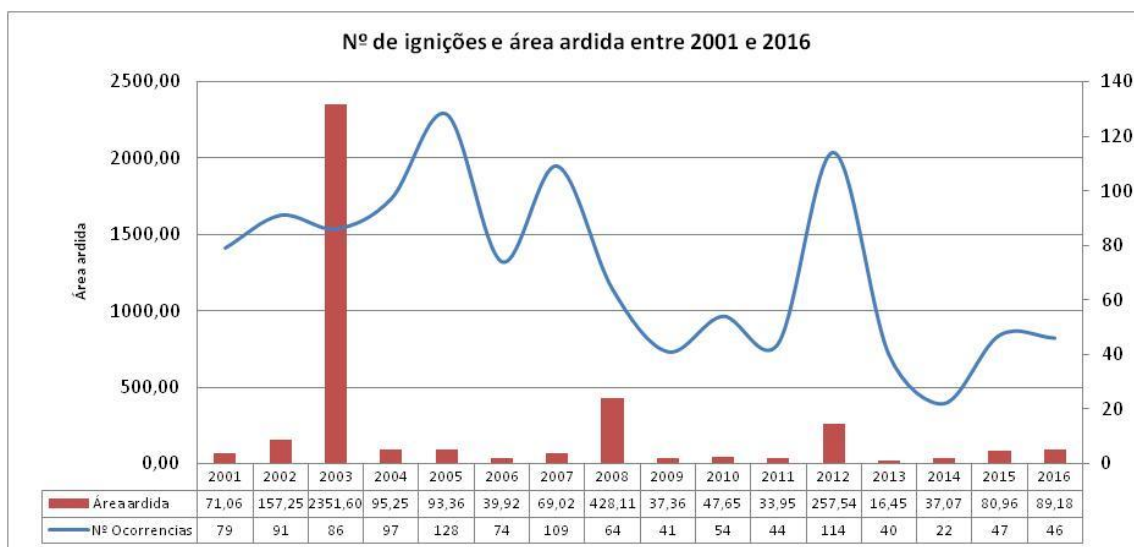


Figura 18 – Distribuição anual da área ardida e do n.º de ocorrências do Concelho de Azambuja (2001-2016). Fonte: ICNF

De acordo com o gráfico da figura acima, e para o período de referência (2001-2016) verifica-se que:

- 2003 foi o ano que registou maior área ardida;
- Em 2003, três ocorrências contribuíram para 1/3 da área ardida;
- O ano de 2013 regista um dos menores valores de área ardida;
- 2005 corresponde ao ano com maior numero de ocorrências (128). Antes disso, tinha sido em 1995 o ano com maior número de ocorrências (239);
- Os anos 2005, 2007 e 2012 registam todos mais de 100 ocorrências;
- No ano de 2003 foram registados valores atípicos de humidade relativa baixas e temperatura elevadas, tendo sido dos anos que registou maior nº de dias com temperaturas superiores a 35º C, dos últimos 50 anos, o que justifica que o valor da área ardida tenha disparado, embora o n.º de ocorrências não seja muito elevado.

Por anos, ressaltam pela área ardida, 2003, 2008 e 2012 (Figura 18) com grandes incêndios a ocorrerem nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2003, essencialmente na zona de Manique do Intendente e Alcoentre, onde apenas três incêndios totalizaram quase 1500 hectares ardidos de povoamento e cerca de 730 hectares de matos. De salientar também, em Julho de 2008, o incêndio florestal registado com uma área total de 349,34 ha em Azambuja e, em Julho de 2012, o incêndio ocorrido em Aveiras de Baixo com uma área ardida de 120,2 ha.

Em relação à área ardida, a maior discrepância entre o ano de 2016 e o quinquénio 2012-2016 (Figura 19) encontra-se na União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, pelo facto de se ter verificado um ano sem incêndios significativos nas restantes freguesias do Concelho. A situação é semelhante no número de ocorrências, incluindo também a União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, em que o valor de 2016 está aproximado da média do quinquénio, destacando-se das restantes freguesias.

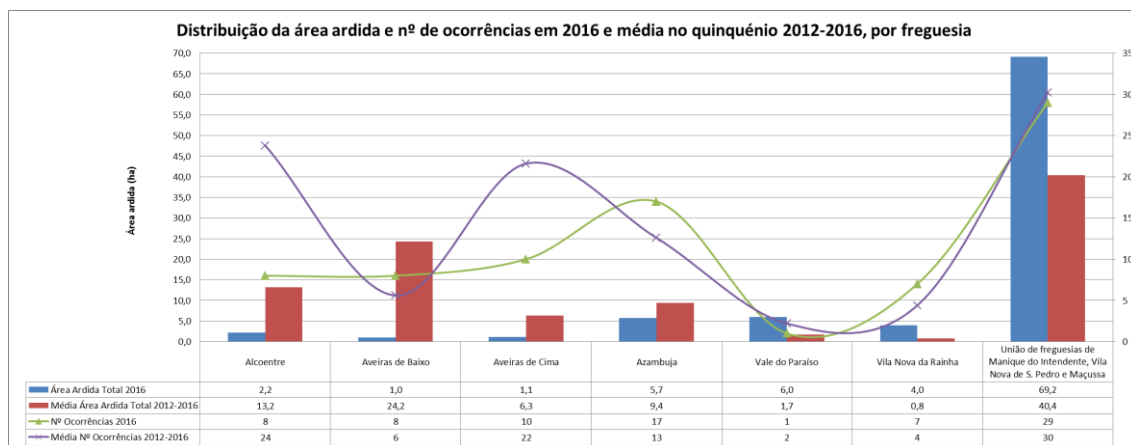


Figura 19 – Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2016 e média do quinquénio 2012-2016, por freguesia
Fonte: ICNF

5.2 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição mensal

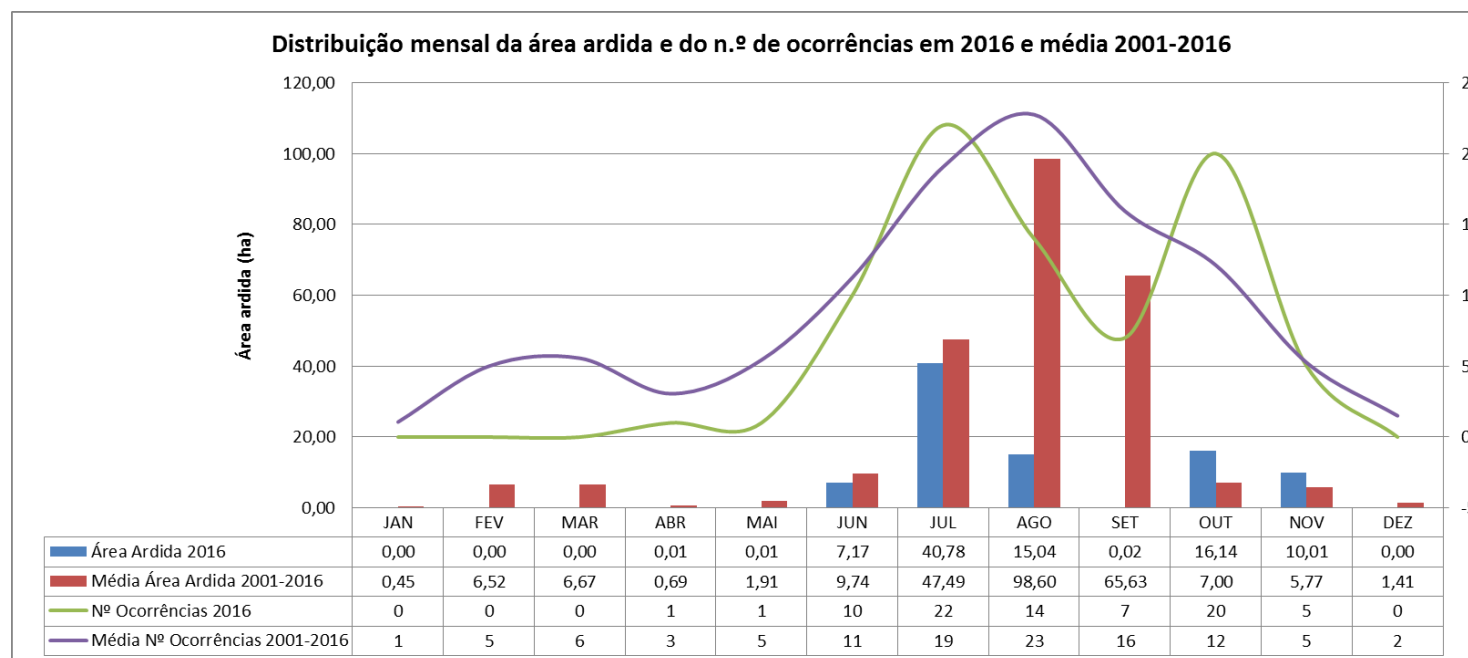


Figura 20 – Distribuição mensal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2016 e média de 2001-2016

Fonte: ICNF

Em relação à distribuição mensal da área ardida (Figura 20), o período crítico regista-se entre Junho e Novembro (por razões maioritariamente meteorológicas), tendo-se verificado durante o mês de Agosto de 2016 valores muito inferiores à média dos dez anos anteriores, sendo que nos meses de Outubro e Novembro esses valores invertem-se, devido às condições climáticas que, de resto, obrigaram a um prolongamento do período crítico de incêndios florestais. Quanto às ocorrências, a época crítica de 2016 manteve um registo geralmente abaixo da média dos últimos anos, chegando no entanto a valores superiores no mês de Outubro.

5.3 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição semanal

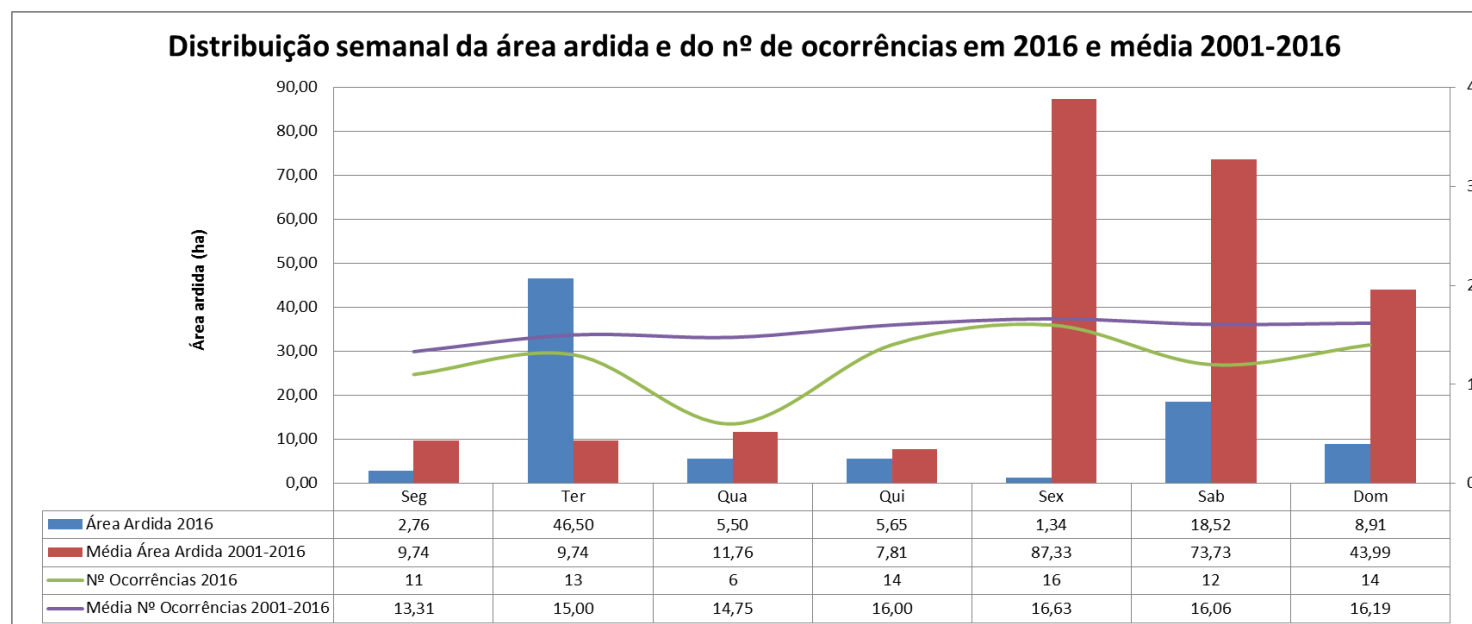


Figura 21 – Distribuição semanal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2016 e média de 2001-2016

Fonte: ICNF

Relativamente à distribuição semanal (Figura 21), à excepção da Terça-feira (devido essencialmente a três ocorrências, duas delas no dia 12 de Julho em que arderam 33,7 ha maioritariamente de matos, e outra no dia 1 de Novembro em que arderam 9 ha de matos), Sábado e Domingo, a área ardida teve um comportamento regular em 2016. No entanto, entre 2001 e 2016, destacam-se claramente as Sextas-Feiras, Sábados e Domingos, com uma média de área ardida muito superior à generalidade dos restantes dias de semana. Quanto ao número de ocorrências, a tendência de variação foi muito semelhante entre a média de 2001 a 2016 e o ano 2016, com excepção para a Quarta-Feira e uma ligeira variação ao Sábado. Esta tendência pode ser associada a aspectos

socioeconómicos, uma vez que é no final e durante o fim-de-semana que se verifica maior procura das áreas de lazer e são desenvolvidos comportamentos de risco, tais como piqueniques.

5.4 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição diária

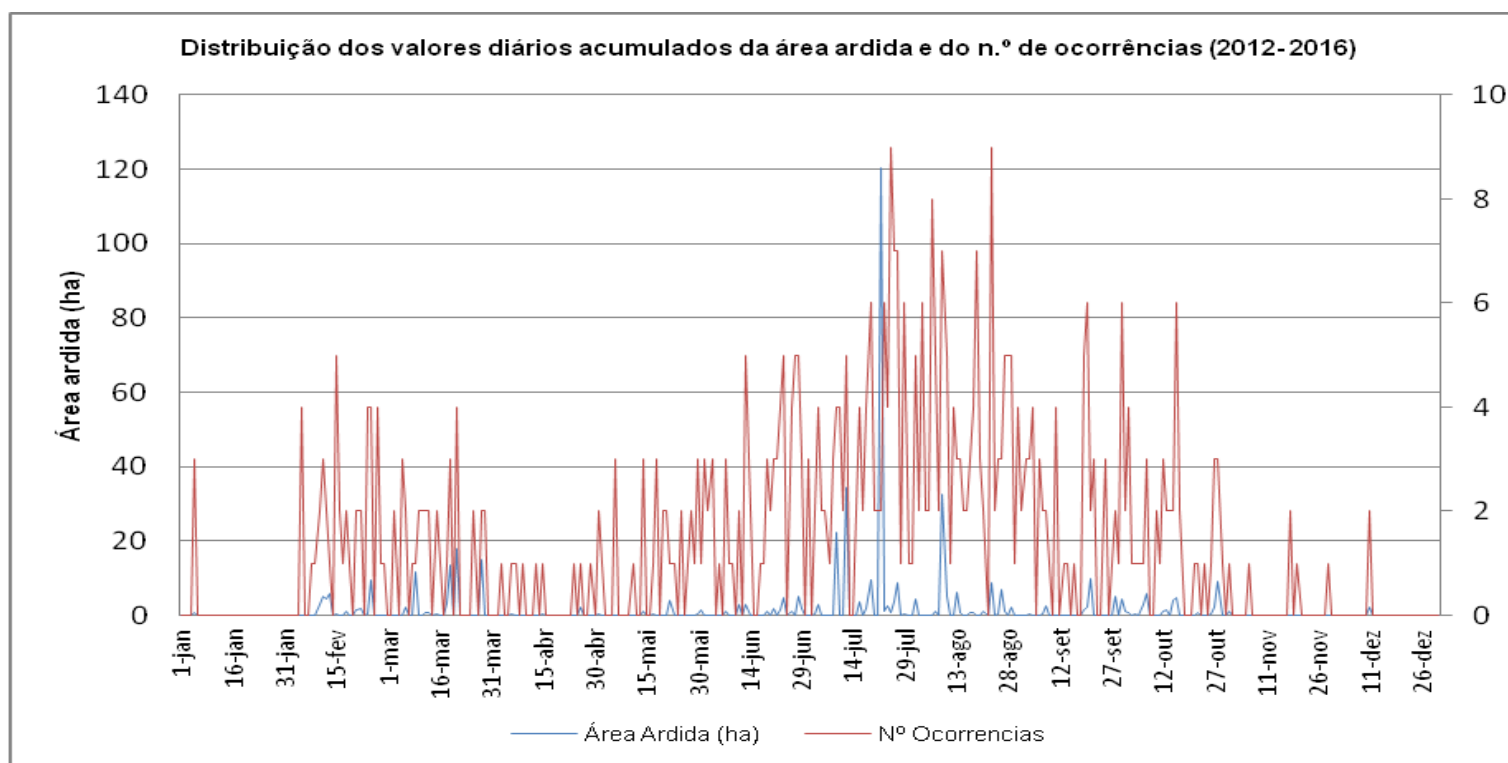


Figura 22 – Distribuição diária da área ardida e do n.º de ocorrências em 2012-2016
Fonte: ICNF

A área ardida dos últimos cinco anos apresenta 3 dias críticos, a saber: 12 de Julho, 22 de Julho e 9 de Agosto. O conjunto destes dias representa 39% do total ardido neste período. Quanto ao número de ocorrências, o período crítico vai desde início de Julho até meio de Outubro. Isto deve-se essencialmente às condições meteorológicas desfavoráveis, nomeadamente, elevadas temperaturas e humidade relativa bastante baixa, registadas no período referido. O facto de esta altura do ano estar, por norma, associada ao período de férias de grande parte da população poderá também isso constituir um factor de risco acrescido no que respeita ao número de ocorrências registadas nesses dias.

5.5 Área ardida e número de ocorrências – Distribuição horária

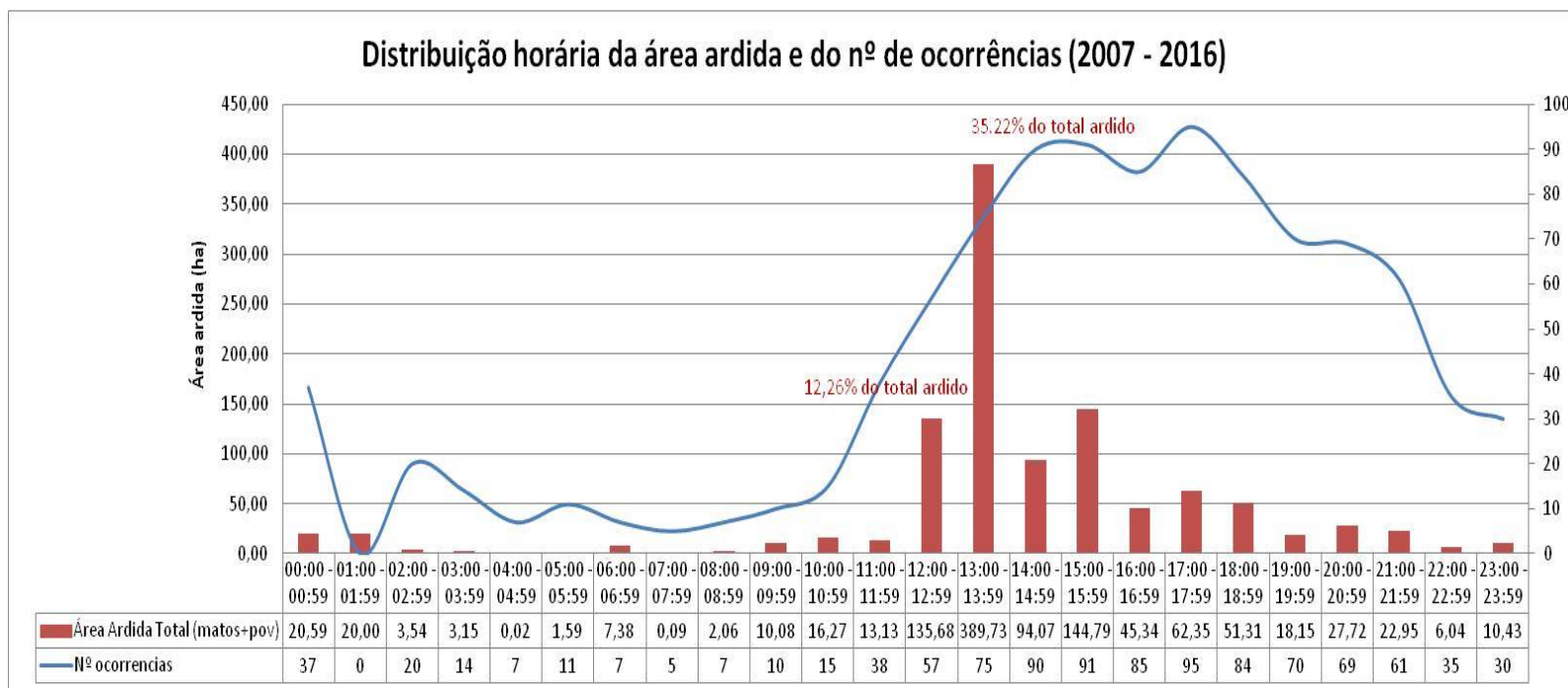


Figura 23 – Distribuição horária da área ardida e do n.º de ocorrências em 2007-2016

Fonte: ICNF

Em termos de distribuição horária (Figura 23), a área ardida nos últimos dez anos apresenta 3 horas críticas: 12h, 13h e 15h. A soma dessas áreas representa 60,57% do total ardido. Quanto ao número de ocorrências, o período crítico vai desde as 12h às 23:59h, representando 83,12% das ocorrências. Pode estabelecer-se uma relação directa entre este período do dia, mais concretamente entre as 12h e as 16h, em que se verifica um crescente número de ocorrências, com o maior movimento verificado nomeadamente nos meses mais quentes. O turismo e algumas actividades de recreio associadas ao uso do fogo para alimentação poderão ter influência nestes registos.

De referir que o período com menos ocorrências e área ardida situa-se entre as 4h e as 8:59h.

5.6 Área ardida em espaços florestais

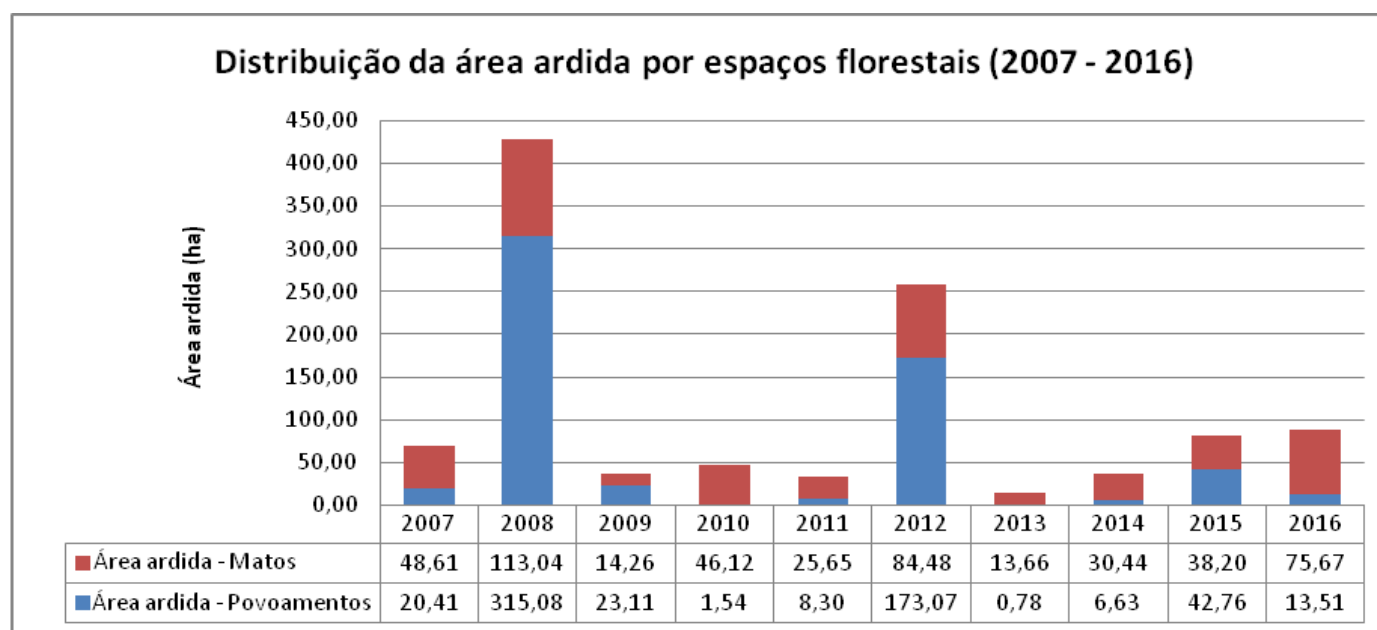


Figura 24 – Distribuição da área ardida em espaços florestais em 2007-2016

Fonte: ICNF

Quanto à distribuição por espaços florestais (Figura 24), verifica-se que de entre os ultimos dez anos, seis deles registaram mais área ardida de matos do que de povoamentos florestais. Esta tendência apenas é desvirtuada pelos anos nos quais se registaram maiores áreas ardidas, sendo nesses casos os povoamentos florestais mais afectados. Assim, constata-se que do total de área florestal ardida, cerca de 55% é de povoamentos florestais e cerca de 45% de matos.

Os matos apresentam uma grande capacidade de regeneração após a passagem do incêndio, no entanto, a presença cada vez mais global de espécies de carácter invasor como as acácias, que encontram nas condições proporcionadas pelo fogo o meio óptimo de germinação, alteram a constituição dos nossos matos, que são naturalmente diversificados e adaptados às condições de solo e clima.

5.7 Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão

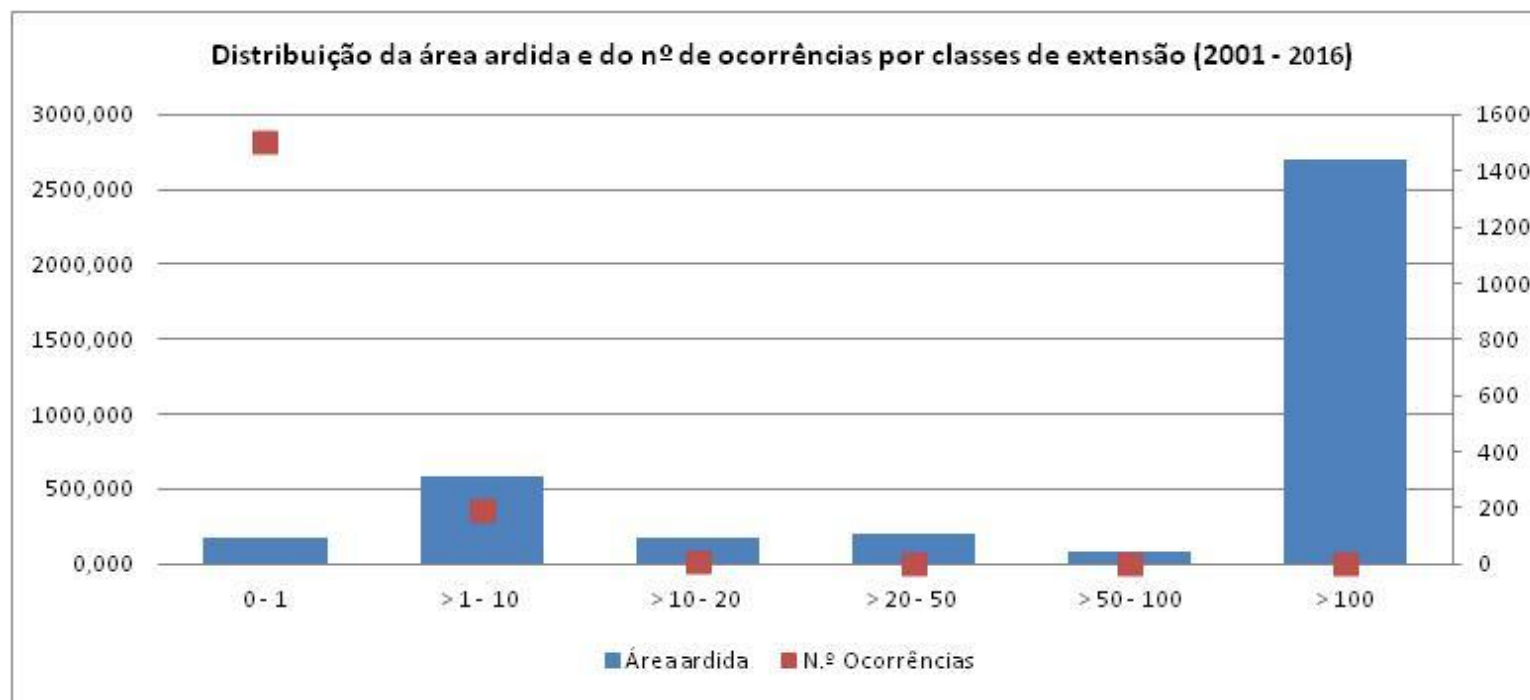


Figura 25 – Distribuição da área ardida e n.º de ocorrências por classes de extensão em 2001-2016

Fonte: ICNF

Na distribuição de área ardida por classes de extensão (Figura 25), a primeira classe (0 a 1ha) registou 87,15% das ocorrências totais, sendo que a segunda classe (>1 a 10ha) apresentou 11,34%, contra apenas 1,5% das restantes classes que somaram 26 ocorrências, o que demonstra que a deteção e primeira intervenção na esmagadora maioria dos incêndios tem sido eficiente.

Quanto à área ardida, a primeira classe (0 a 1ha) registou 4,33% da área total ardida, sendo que a segunda classe (>1 a 10ha) apresentou 14,98%, contra 80,69% das restantes classes, o que demonstra a existência de alguns incêndios de média/grande dimensão, como foi o caso dos incêndios de 02 de Agosto de 2003 em Alcoentre, com uma área ardida de 1037 ha, o de 19 de Setembro de 2003 em Manique do Intendente, com uma área ardida de 920 ha, o de 6 de Julho de 2008 em Azambuja com 349,34 ha ardidos, ou, mais recentemente o de 22 de Julho de 2012 em Aveiras de Baixo com uma área total de 120,2 hectares .

5.8 Pontos prováveis de início e causas

Com base na informação existente relativa aos Pontos Prováveis de Início e Causas dos Incêndios Florestais, apresenta-se de seguida a compilação desses dados para os últimos cinco anos. Cada ano foi subdividido nas seguintes causas prováveis: *Negligente, Desconhecida, Intencional e Sem informação.*

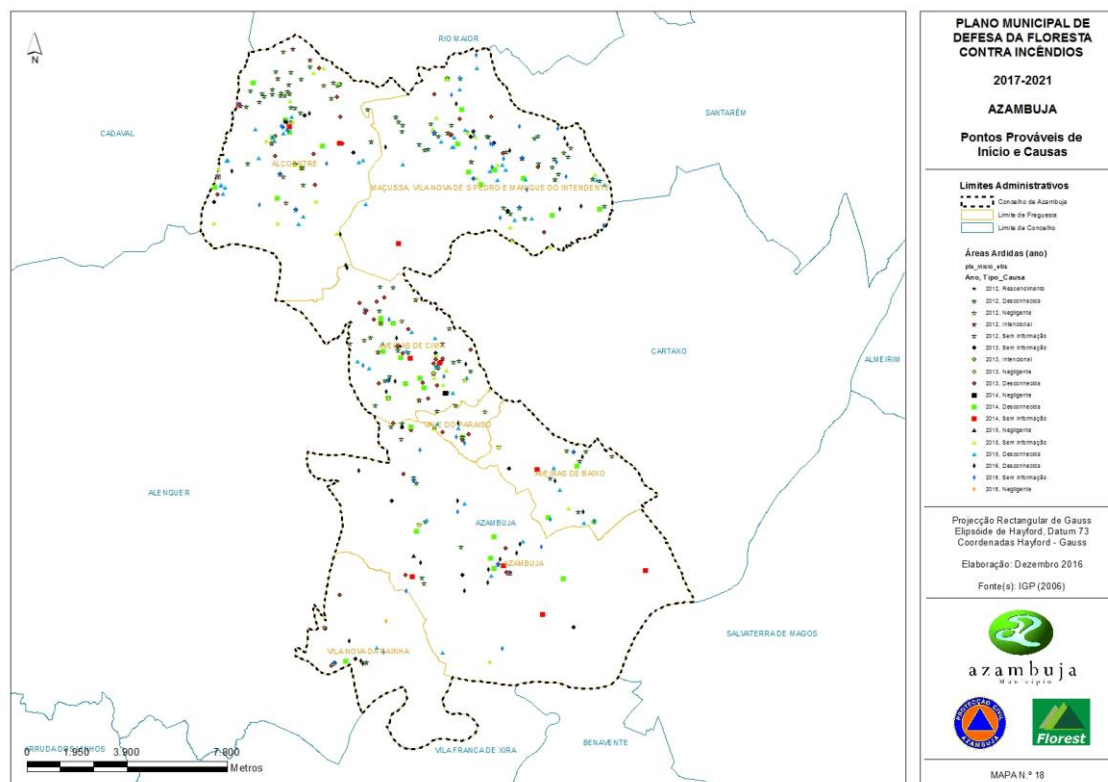


Figura 26 – Mapa dos Pontos Prováveis de Início e Causas dos Incêndios Florestais (2012 – 2016)

De um modo geral, pode constatar-se que as ocorrências têm tendência a prevalecer em zonas onde se verifica quer uma maior densidade populacional, quer uma ocupação do solo maioritariamente caracterizada por incultos e terrenos agrícolas.

A maioria das situações ilustradas no mapa anterior tem como causa factores desconhecidos ou mesmo sem informação associada. Os únicos registos intencionais verificam-se na freguesia de Alcoentre (3) e Aveiras de Cima (3).

5.9 Fontes de alerta

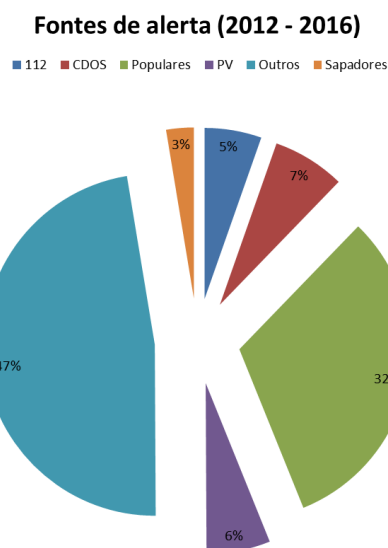


Fig. 27 – Percentagem dos vários tipos de fonte de alerta no total de ocorrências registadas entre 2012 e 2016.

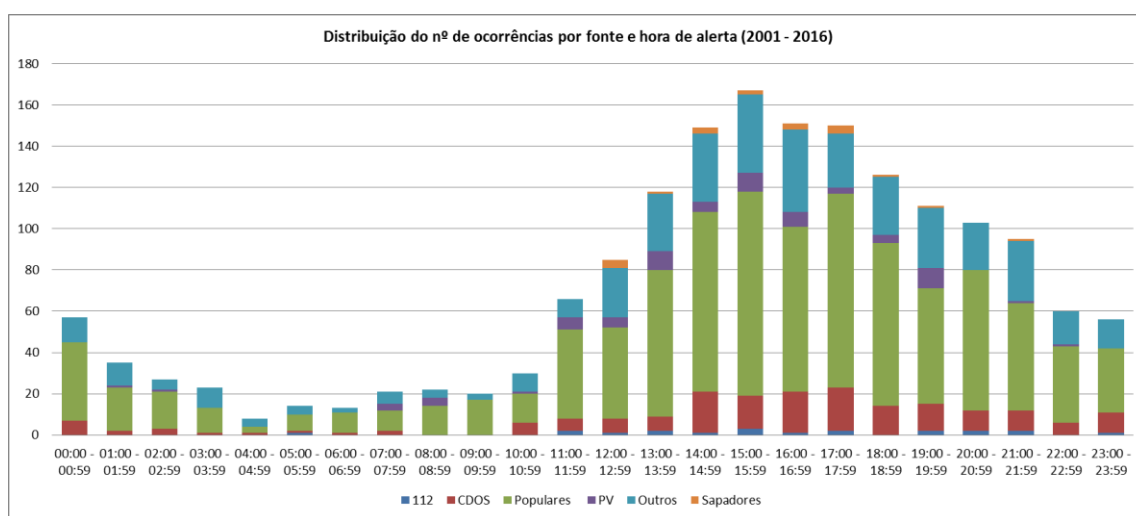


Fig. 28 – Nº de ocorrências, por hora e fonte de alerta, para o período entre 2001 e 2016.

Pelos dados dos gráficos anteriores, verifica-se existir uma tendência para a prevalência dos alertas dados por populares, representando cerca de 59% do total das ocorrências registadas desde 2001. Estas encontram-se distribuídas essencialmente pelo período da tarde, atingindo um máximo entre as 14 e as 18 horas. Verifica-se também que os postos de vigia concentram a maioria das suas detecções e alertas entre as 11h00 e as 17h00 e novamente às 19h00, não sendo, no entanto, uma fonte de alerta tão representativa como a dos populares, correspondendo apenas a cerca de 4% do total das ocorrências para o mesmo período de análise de dados.

Dado que os alertas feitos através do 117 são incluídos no CDOS, entende-se que nessa fatia estarão também incluídos alertas dados, por exemplo, por populares, podendo desvirtuar a precisão dos dados.

Caderno II – Plano de Acção

ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

O presente plano integra-se nos seguintes documentos de ordem superior:

- a) PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- b) PROF Ribatejo – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo;
- c) REN – Reserva Ecológica Nacional;
- d) RAN – Reserva Agrícola Nacional;
- e) PROT-AML - Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da Área Metropolitana de Lisboa (dado que à data da sua elaboração, o município de Azambuja integrava a AML);
- f) PDM – Plano Director Municipal de Azambuja;
- g) Regime Florestal Total – Mata Nacional das Virtudes;

1. Instrumentos de gestão territorial

As linhas de actuação do PMDFCI devem estar de acordo com as características específicas do território, nomeadamente, as de natureza urbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais, e estar enquadradas nos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal existentes.

1.1 Âmbito Nacional

1.1.1. Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

A matriz estruturante da Estratégia Nacional para as Florestas resulta na definição de quatro linhas de acção prioritária:

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos, onde se inclui a Defesa da Floresta contra Incêndios, a protecção contra agentes bióticos nocivos e a recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afectados;

- Especialização do território;
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política florestal.

1.1.2. Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)

O PNDFCI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 como parte integrante do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios determina que os PMDFCI devem considerar não apenas as medidas de prevenção mas também a previsão e o planeamento das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a ocorrência de incêndios. É por isso importante proceder a uma avaliação da situação existente no concelho, de modo a compreender quais são as principais deficiências, para em seguida delinear e executar as intervenções que, a curto, médio e longo prazo, são mais importantes.

Para isso será necessário analisar uma série de parâmetros, que vão desde a avaliação da perigosidade e o risco de incêndio, o levantamento da rede de faixas e mosaicos de gestão de combustível e a definição das intervenções a adoptar na mesma, o desenvolvimento de campanhas de prevenção e sensibilização, a descrição dos meios de prevenção, detecção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo existentes, a definição dos procedimentos a adoptar por cada entidade, e ainda uma caracterização geral do concelho ao nível físico, climático, demográfico, sócio-económico e de uso do solo, que permitirá avaliar com maior detalhe as zonas mais problemáticas, assim como uma análise do histórico e casualidade dos incêndios, para melhor definição das acções de defesa da floresta.

1.2 Âmbito Regional

1.2.1. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo e Oeste (PROF - RO)

O município de Azambuja, está integrado em 3 das Sub-regiões Homogéneas, definidas no PROF Ribatejo Oeste:

Floresta do Oeste

Charneca

Lezíria

Os objectivos específicos regionais definidos pelo PROF-RO (aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/2006 de 19 de Outubro, abordam as seguintes questões com importância para os espaços florestais:

- **Defesa da Floresta contra Incêndios**
 - Diminuição da área florestal ardida anualmente;
 - Diminuição progressiva do n.º de ocorrências;
- **Melhoria da Gestão Florestal**
 - Aumentar a área florestal com planos de gestão florestal elaborados e implementados;
 - Diminuir as áreas florestais sem gestão silvícola mínima;
 - Aumentar as áreas florestais com gestão florestal sustentável certificada;
 - Constituir zonas florestais de dimensão suficiente que permitam uma gestão florestal eficiente;
 - Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços;
- **Melhoria contínua dos serviços e das práticas**
 - Melhorar o conhecimento relativo aos modelos de silvicultura e normas de gestão dos recursos florestais mais adequados para as diversas produções e funções;
 - Melhorar o conhecimento relativo aos diversos componentes da biodiversidade associada aos espaços florestais da região;
 - Melhorar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras dos espaços florestais;

1.3 Âmbito Municipal

1.3.1 Plano Director Municipal

O plano Director municipal de Azambuja, regulamentado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/95 de 16 de Fevereiro, constitui para a área do concelho de Azambuja classes de espaço, estabelecidas em função dos usos dominantes e preferenciais do solo. Neste regulamento os objectivos e usos dos espaços florestais estão definidos, segundo o artigo 24º do Capítulo II, como “Os espaços florestais têm

como objectivo a defesa do meio ambiente, o equilíbrio biofísico e a exploração florestal, podendo coexistir com a agricultura e pecuária” e de acordo com o artigo 25º o Regime de Uso “Nos espaços florestais, sem prejuízo dos condicionamentos decorrentes das áreas integradas nos perímetros florestais, são proibidas sem autorização prévia, as práticas que conduzem à destruição do revestimento vegetal existente, exceptuando-se as decorrentes da normal condução ou exploração dos povoamentos florestais e eventuais reconversões culturais que não contrariem a legislação vigente”.

2. MODELO DE COMBUSTÍVEIS

Mapa de Combustíveis Florestais

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M.

GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.	Montado. Pastagens anuais ou perenes. Restolhos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.	Matrizes mato/herbáceas resultantes de fogo frequente (e.g. giestal). Formações lenhosas diversas (e.g. pinhais, zimbrais, montado). Plantações florestais em fase de instalação e nascedio.
	3	Pasto contínuo, espesso e ($\geq 1m$) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.	Campos cerealíferos (antes da ceifa). Pastagens altas. Feteiras. Juncais.
Arbustivo	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.	Qualquer formação que inclua um estrato arbustivo e contínuo (horizontal e verticalmente), especialmente com % elevadas de combustível morto: carrascal, tojal, urzal, esteval, acacial. Formações arbórea jovens e densas (fase de novédio) e não caducifólias.
	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.	Qualquer formação arbustiva jovem ou com pouco combustível morto. Sub-bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sub-lenhosa verde. Eucaliptal (> 4 anos de idade) com sub-bosque arbustivo baixo e disperso, cobrindo entre 1/3 e 1/2 da superfície
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.	Situações de dominância arbustiva não enquadráveis nos modelos 4 e 5. Regeneração de <i>Quercus pyrenaica</i> (antes da queda da folha).
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que no outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.	

Manta morta	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.	Formações florestais ou pré-florestais sem sub-bosque: <i>Quercus mediterrânicos</i> , medronhal, vidoal, folhosas ripícolas, choupal, eucaliptal jovem, <i>Pinus sylvestris</i> , cupressal e restantes resinosas de agulha curta.
	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.	Formações florestais sem sub-bosque: pinhais (<i>Pinus pinaster</i> , <i>P. pinea</i> , <i>P. nigra</i> , <i>P. radiata</i> , <i>P. halepensis</i>), carvalhais (<i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Q. robur</i> , <i>Q. rubra</i>) e castanheiro no Inverno, eucaliptal (> 4 anos de idade).
	10	Restos lenhosos originados naturalmente, incluindo lenha grossa caída como consequência de vendavais, pragas intensas ou excessiva maturação da massa, com presença de vegetação herbácea que cresce entre os restos lenhosos.	
Resíduos lenhosos	11	Resíduos ligeiros ($\emptyset < 7,5$ cm) recentes, de tratamentos silvícolas ou de aproveitamentos, formando uma capa pouco compacta de escassa altura (por volta de 30 cm). A folhada e o mato existentes ajudarão à propagação do fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar faúlhas incandescentes.	Formações florestais sujeitas a operações de desramação e desbaste, selecção de toíças (eucaliptal), ou a cortes parciais ligeiros.
	12	Resíduos de exploração mais pesados do que no modelo 11, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas estão ainda presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem no fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar faúlhas incandescentes.	Formações florestais sujeitas a desbaste ou corte parcial intensos, ou a corte raso.
	13	Grandes acumulações de resíduos de exploração grossos ($\emptyset < 7,5$ cm) e pesados, cobrindo todo o solo.	

A atribuição de um modelo existente a uma determinada mancha de vegetação com características mais ou menos homogéneas pode fazer-se com recurso a determinados critérios predefinidos, a chaves dicotómicas e a chaves fotográficas.

Critérios para a selecção do modelo de combustível:

- 1) Determinar a classe potencial de combustível em termos gerais. Por exemplo: herbáceas, arbustivo, manta morta, resíduos lenhosos, entre outros.
- 2) Centrar a atenção sobre a classe de combustível que está a arder ou que é provável que propague o fogo. Por exemplo, se o incêndio ocorre num terreno arborizado, mas muito aberto e no qual existe pasto, a folhada será escassa e o estrato de combustível que propaga o fogo será o pasto. Neste caso deve considerar-se o modelo 2. Na mesma área, se a erva está dispersa, a folhada poderia ser o estrato que propaga o fogo, e nesse caso seria de considerar o modelo 9.
- 3) Observar a altura e compactação geral do combustível, especialmente nos modelos de herbáceas e bosque.
- 4) Determinar quais as classes de combustíveis presentes e estimar a sua influência no comportamento do fogo. Por exemplo, pode existir combustível verde, mas terá

esta influência no comportamento do fogo? Podem existir combustíveis grossos, porém estão podres ou decompostos? Deve observar-se os combustíveis finos e escolher um modelo que represente a sua altura, grau de compactação, e de algum modo, a quantidade de combustível vivo e a sua contribuição para a propagação do fogo. Há que evitar deixar-se confundir pelo nome do modelo, o qual é apenas indicativo.

Chave para identificação de modelos de combustível

Foi criada uma chave de identificação como ajuda para a eleição de cada modelo (Tradução baseada na publicação do ICONA: "*Clave fotografica para la identificación de modelos de combustible*". Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentacion, Espanha).

I. O fogo propaga-se principalmente pelas herbáceas. A velocidade de propagação esperada é de moderada a alta, com intensidade de fogo (comprimento da chama) baixa a moderada.

A. As herbáceas têm estrutura fina, geralmente com altura inferior ao nível do joelho, e está seco ou quase todo morto. O pasto é praticamente contínuo.

Ver descrição do modelo 1.

B. As herbáceas estão geralmente situadas por baixo de arvoredos abertos ou matos dispersos. A folhagem do estrato superior está incluída, porém são as herbáceas que conduzem o fogo. A velocidade de propagação esperada é mais lenta do que no modelo 1 e a intensidade é inferior à do modelo 3.

Ver descrição do modelo 2.

C. As herbáceas têm estrutura grossa, com altura superior ao nível do joelho (cerca de 1 m) havendo dificuldade em caminhar através delas.

Ver descrição do modelo 3.

II. O fogo propaga-se principalmente pelo mato, ou pela folhagem debaixo do mato.

As velocidades de propagação esperadas e as intensidades de fogo (comprimento da

chama) são moderadas a altas.

A. A humidade do combustível vivo pode ter efeito significativo sobre o comportamento do fogo.

1. O mato tem cerca de 2 m de altura, com cargas pesadas de combustível morto (lenhoso). Esperam-se fogos muito intensos, com altas velocidades de propagação.

Ver descrição do modelo 4.

2. O mato tem cerca de 0.6 m de altura, com cargas ligeiras de folhada do próprio mato por baixo. Esta folhada pode propagar o fogo, especialmente com vento fraco.

Ver descrição do modelo 5.

B. Os combustíveis vivos estão ausentes ou estão dispersos. A altura média do mato está entre 0.6 e 1.2 m. O mato requer ventos moderados para propagar o fogo.

Ver descrição do modelo 6.

C. O tipo de formação vegetal são matos inflamáveis de 0.6 a 1.2 m de altura.

Ver descrição do modelo 7.

III. O fogo propaga-se principalmente pela folhada debaixo das árvores. As velocidades de propagação são baixas ou moderadas; a intensidade do fogo (comprimento da chama) pode variar de baixa a alta.

A. O combustível superficial é principalmente a folhada das árvores. Os combustíveis grandes estão espalhados por cima da folhada. Os combustíveis verdes estão tão dispersos que são desprezáveis para o comportamento do fogo.

1. A folhada morta está densamente compactada e é proveniente de coníferas de folha curta (5 cm ou menos) ou de folhas de folhosas.

Ver descrição do modelo 8.

2. A folhada está muito pouco compactada.

Ver descrição do modelo 9.

B. Existe uma quantidade significativa de combustível mais grosso. Este tem agregado ramos ou raminhos, ou está parcialmente partido. Os combustíveis grossos estão bastante bem distribuídos sobre a área. Algum do combustível é provavelmente mais baixo do que o nível do joelho, podendo no entanto haver algum combustível mais alto.

Ver descrição do modelo 10.

IV. O fogo propaga-se principalmente pelos resíduos de exploração, resultantes de cortes ou de tratamentos silvícolas. As velocidades de propagação e a intensidade do fogo (comprimento da chama) são baixas ou muito altas.

A. Os resíduos são velhos e estão cobertos de plantas que cresceram entre eles.

1. Resíduos de folhosas. As folhas já caíram e estão secas. Quantidade considerável de vegetação (herbáceas altas) cresceu entre os resíduos encontrando-se seca.

Ver descrição do modelo 6.

2. Resíduos de coníferas. As agulhas já caíram e quantidade considerável de vegetação (herbáceas altas) cresceu entre os resíduos.

Ver descrição do modelo 10.

B. Os resíduos são recentes (0 a 3 anos de idade) e não demasiado compactados.

1. Resíduos não contínuos. Folhada ou pequenas quantidades de herbáceas ou mato devem estar presentes para ajudar a conduzir o fogo, porém ainda assim, os resíduos são os principais condutores. Os combustíveis vivos não têm um papel significativo no comportamento do fogo. A altura dos resíduos é de cerca de 0.3 m.

Ver descrição do modelo 11.

2. Resíduos que cobrem todo o solo (maior carga do que no modelo 11), ainda que possa haver algumas zonas de solo nu ou ligeiramente cobertas. A altura média dos resíduos é de cerca de 0.6 m e não estão excessivamente compactados. Aproximadamente metade das folhas podem estar presas aos

ramos, mas não secas. Os combustíveis vivos estão ausentes ou não se espera que afectem o comportamento do fogo.

Ver descrição do modelo 12.

3. Resíduos que formam uma camada contínua ou quase contínua (carga mais pesada do que no modelo 12), não excessivamente compactada; com altura média de cerca de 1 m. Aproximadamente metade das folhas estão presas aos ramos mas encontram-se secas, ou então todas as folhas estão presas aos ramos mas continuam verdes. Não se espera que os combustíveis vivos afectem o comportamento do fogo.

Ver descrição do modelo 13.

4. Igual ao ponto 3, com a diferença de que todas as folhas estão presas aos ramos e já estão secas.

Ver descrição do modelo 4.

A metodologia descrita anteriormente foi utilizada aquando do levantamento de campo realizado, já referido no ponto 4.1

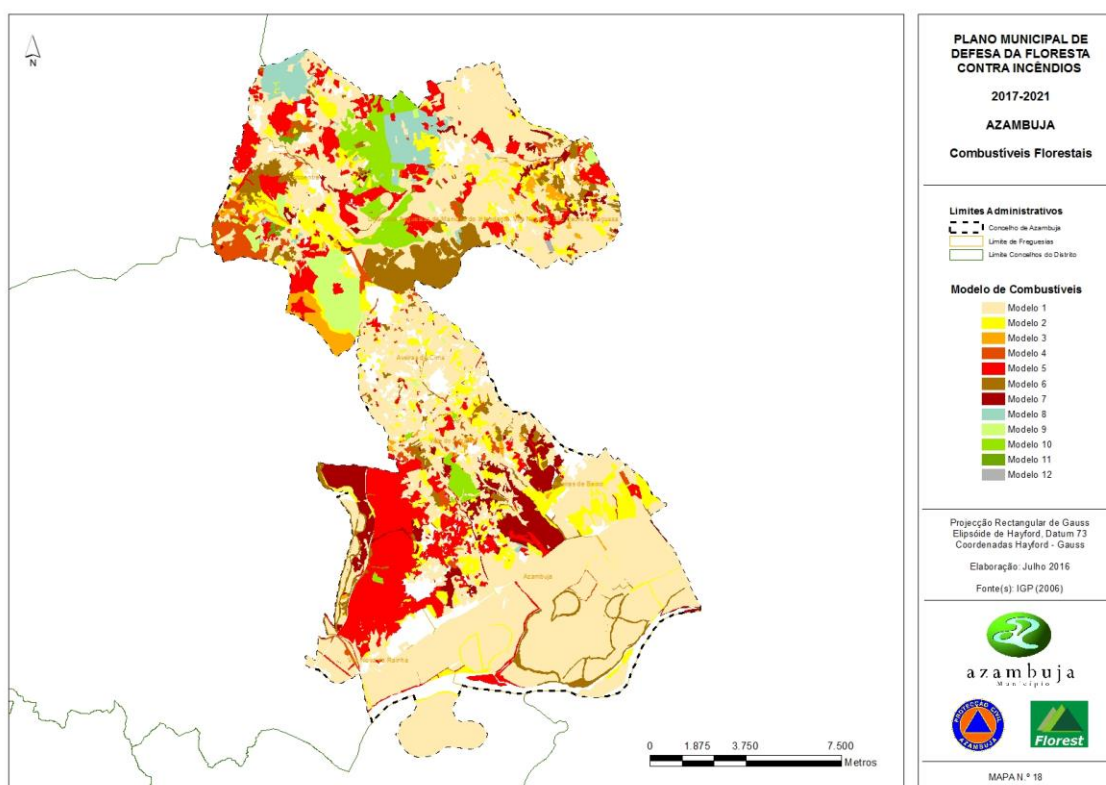


Figura 28 – Mapa dos Combustíveis Florestais do Concelho de Azambuja

3. CARTOGRAFIA DE RISCO

Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal e Mapa de Risco de Incêndio Florestal

A Carta de Risco de Incêndio Florestal tem como objectivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como optimizar os recursos e infra-estruturas disponíveis para a defesa e combate a nível municipal.

A perigosidade divide-se em 2 componentes: temporal, por meio da probabilidade calculada com base no histórico de incêndios florestais; e espacial, através da susceptibilidade de um território ou fenómeno tratado.

Para a susceptibilidade contribuem 2 variáveis: Ocupação do Solo e Declive.

Para a Ocupação do Solo utilizou-se o levantamento feito em 2007 para todo o Concelho, pela Câmara Municipal. O declive foi calculado com base nos pontos cotados do Concelho.

Assim, o Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal resulta do produto da probabilidade e da susceptibilidade em que a probabilidade reflecte a possibilidade de ocorrência de um fenómeno num determinado local com determinadas condições e a susceptibilidade de um território traduz as condições que esse mesmo território apresenta para a ocorrência de um fenómeno danoso.

Deste modo, a Perigosidade pode ser definida como “a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso” (Vernes, 1984 *cit. in* Guia Técnico para a Elaboração do Plano Municipal de Emergência).

- Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal (Figura 18) – contabiliza o risco estrutural. É através da análise deste mapa que são definidas a maioria das acções de prevenção.

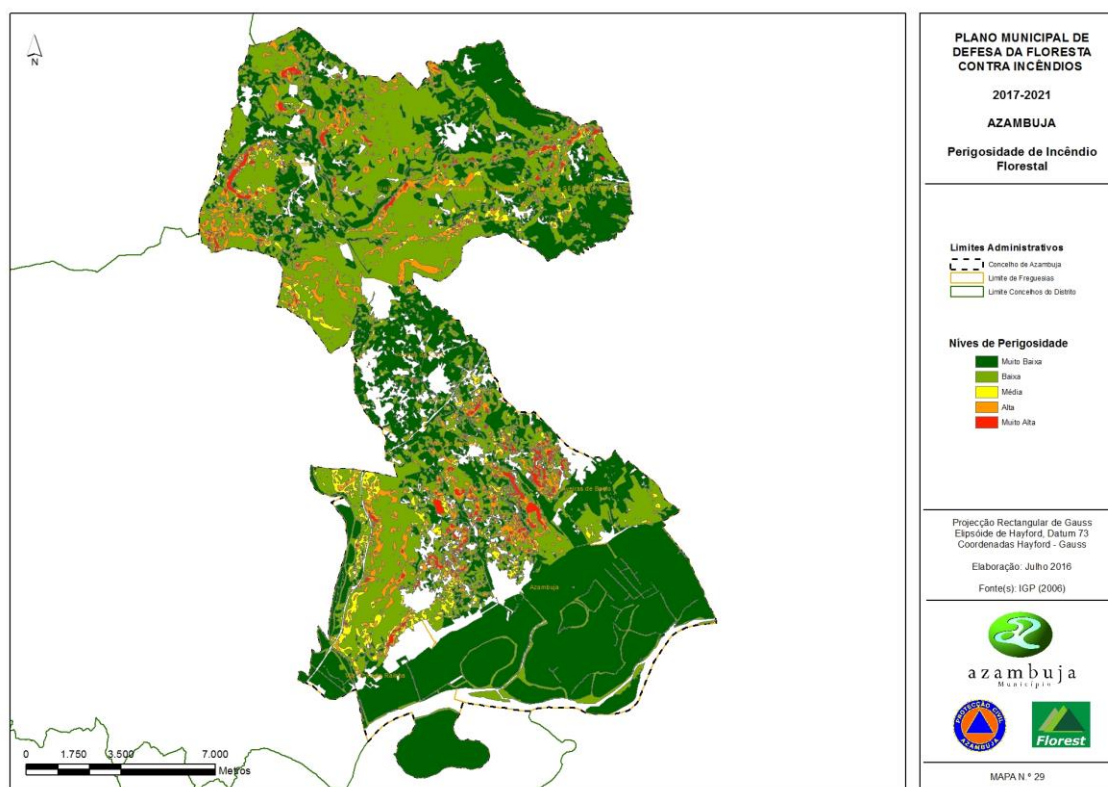


Figura 29 – Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal do Concelho de Azambuja

Da análise do mapa de perigosidade verifica-se que as zonas com declives mais acentuados correspondem a maior perigosidade, uma vez que o declive potencia a velocidade de propagação do fogo florestal. No caso de uma área menos declivosa se associar uma área já ardida a perigosidade será igualmente elevada (perigosidade temporal).

O Mapa de Risco de Incêndio Florestal (figura 30) foi igualmente elaborado de acordo com a metodologia indicada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em que são combinadas as componentes do mapa da perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor económico) para indicar o potencial de perda face a um fenómeno. Assim, quando o fenómeno passa de

hipótese a realidade, o mapa de risco permite identificar os locais de acordo com o respectivo potencial de perda.

Este mapa é fundamental para acções de prevenção e planeamento de acções de supressão.

- Mapa de Risco de Incêndio Florestal (Figura 30) – contabiliza além do risco estrutural a vulnerabilidade e o valor económico.

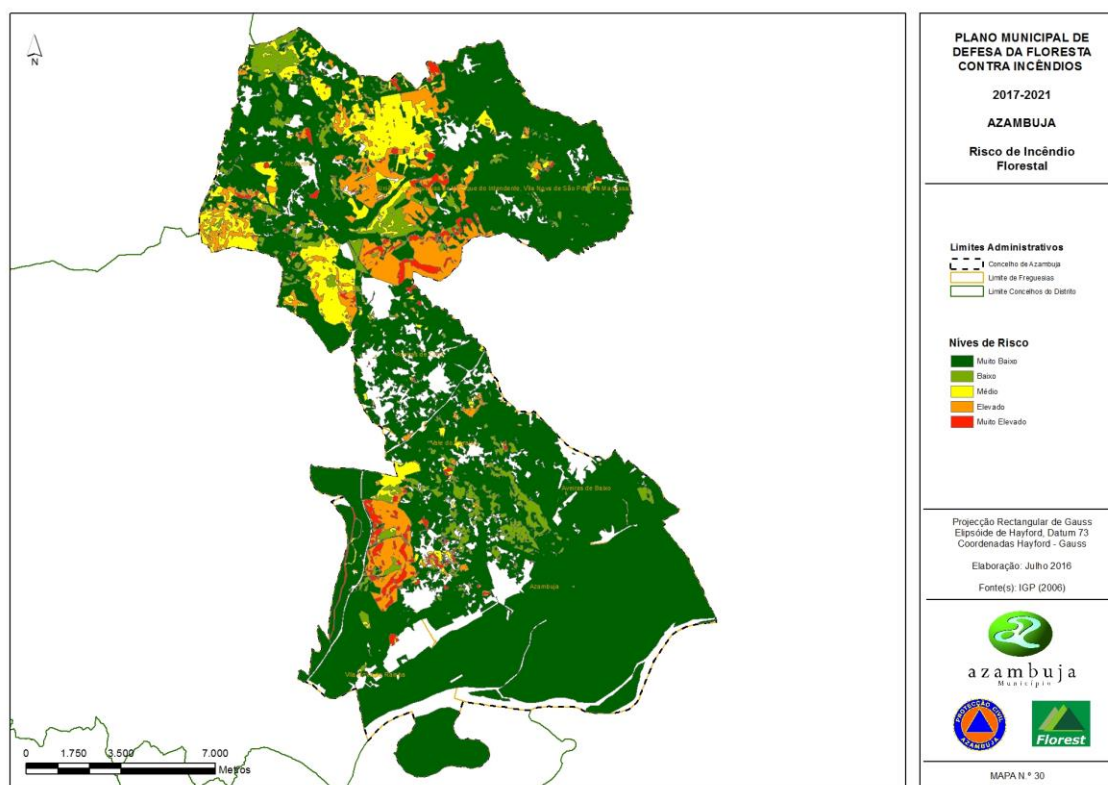


Figura 30 – Mapa de Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Azambuja

4. PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

Mapa de Prioridades de Defesa

Para a Cartografia de Prioridades de Defesa do Concelho de Azambuja foram consideradas as áreas do Vale de Almoester, Mata Nacional das Virtudes e Zonas de Intervenção Florestal do Cadaval/Rio Maior/Azambuja e Cadaval/Alenquer/Azambuja.

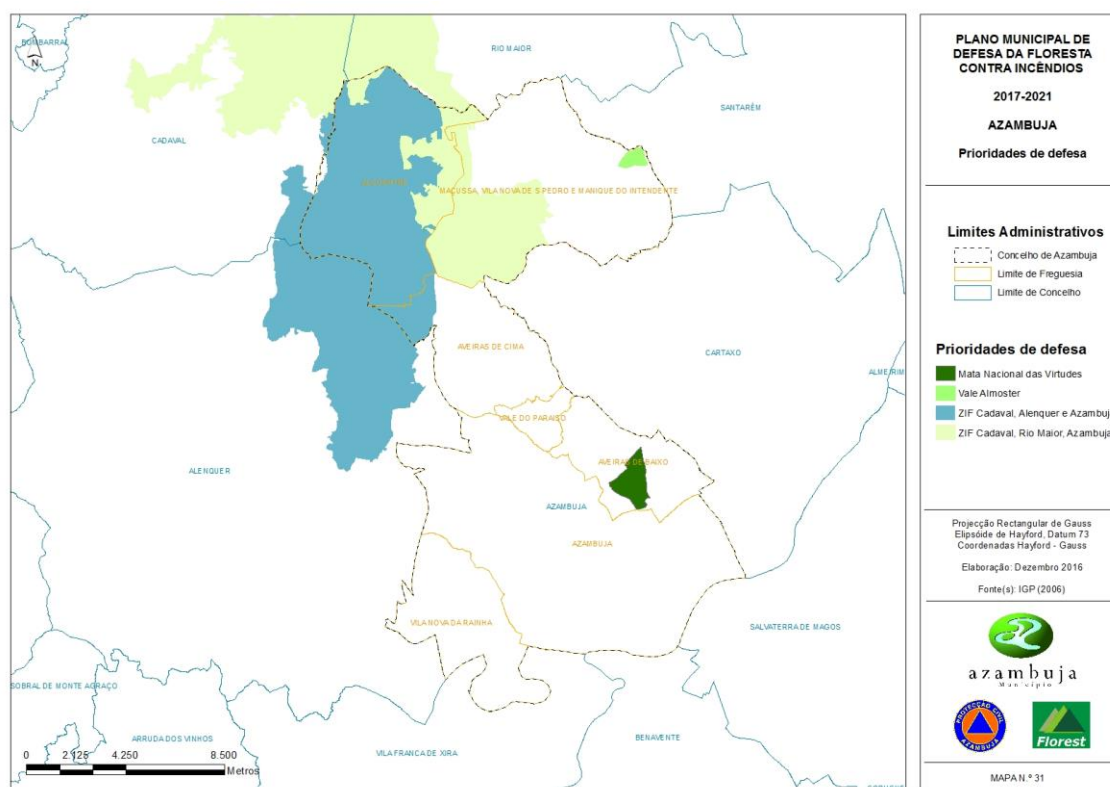


Figura 31 – Mapa das Prioridades de Defesa do Concelho de Azambuja

A Mata Nacional das Virtudes está situada na freguesia de Aveiras de Baixo, estando limitada a Norte pela Estrada Nacional n.º 3 e a Sul pela Linha de caminho de ferro. A mata tem actualmente 235,26 ha, sendo as espécies dominantes o pinheiro bravo, o pinheiro manso, o sobreiro e o eucalipto. A Mata das Virtudes, foi outrora conhecida por Pinhal do Rei, uma vez que foi uma das primeiras matas a ser semeada por El-Rei D. Diniz.

Na zona do vale da Ribeira de Almoester, existem-se diversos *habitats* constantes do Anexo I da Directiva 92/43/CEE, dos quais são de salientar os carvalhais de carvalho

cerquinho (*Arisaro-Quercetum broteroi*), os sobreirais do *Asparago aphylli-Quercetum suberis*, os azinhais calcícolas do *Lonicero implexae-Quercetum rotundifoliae*, os carrascais tanto do *Melico arrectae-Quercetum cocciferae* como de *Quercetum coccifero-airensis* e os tomilhais de *Teucrio capitati-Thymetum sylvestris*.

Esta área, de elevado interesse do ponto de vista fitossociológico, florístico e paisagístico, possui um potencial de utilização turística, rural e ambiental, em particular, no estabelecimento de percursos pedestres orientados de acordo com diversas temáticas que este Vale oferece: Planalto, Linha de água, Alviela e das Povoações. Das potenciais ameaças existentes a esta paisagem, são os incêndios florestais os que mais preocupações provocam, pois é característico do Vale, um clima quente e seco, reunindo, assim, os pré-requisitos para que se possam deflagrar incêndios nos Verões rigorosos, com consequências letais neste ecossistema. Para além do interesse do ponto de vista de aproveitamento turístico, é predominante a actividade agrícola neste local, especialmente na cultura de vinha, assim como o património associado à canalização que dirige as águas do Alviela até à capital do país.

A Zona de Intervenção Florestal do Azambuja, Cadaval e Rio Maior e Azambuja com uma área de 8216,79ha abrange as freguesias de Alcoentre e União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, do concelho de Azambuja. Por sua vez, a ZIF de Alenquer, Azambuja e Cadaval totaliza 8007,26 ha e abrange as freguesias de Alcoentre e Aveiras de Cima.

Pretende-se com a criação destas ZIF:

- Promover uma gestão activa e permanente dos espaços florestais, através da existência de uma entidade gestora que assegura a gestão de todo o território das ZIF;
- Proteger eficazmente as áreas florestais e os espaços rurais associados, minimizando as condições de ignição e propagação de incêndios e os factores de depauperamento da vitalidade dos povoamentos;
- Fomentar a recuperação ordenada dos espaços florestais e naturais afectados pelos incêndios;
- Dar coerência territorial e eficácia aos diferentes instrumentos de ordenamento e à acção de todos os que intervêm no espaço florestal.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS

Tendo em conta os objectivos estratégicos prioritários definidos pelo PNDFCI, o PMDFCI do município de Azambuja e a sua caracterização territorial, foram definidos os seguintes objectivos:

- 1.º Eixo Estratégico Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- 2.º Eixo Estratégico Redução da incidência dos incêndios
- 3.º Eixo Estratégico Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
- 4.º Eixo Estratégico Recuperar e reabilitar os ecossistemas
- 5.º Eixo Estratégico Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

5.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

Objectivo Estratégico: Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Objectivos Operacionais: Proteger as zonas interface Urbano/Floresta e implementar um programa de redução de combustíveis, através das Faixas de Gestão de Combustíveis, melhoria em termos da operacionalidade e eficácia da Rede Viária Florestal e da Rede de Pontos de Água, além de uma Rede de Vigilância e Detecção na continuidade dos procedimentos de anos anteriores, nomeadamente, a nível de coordenação, dinâmica e com formação especializada.

5.1.1 Rede Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

5.1.1.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustível

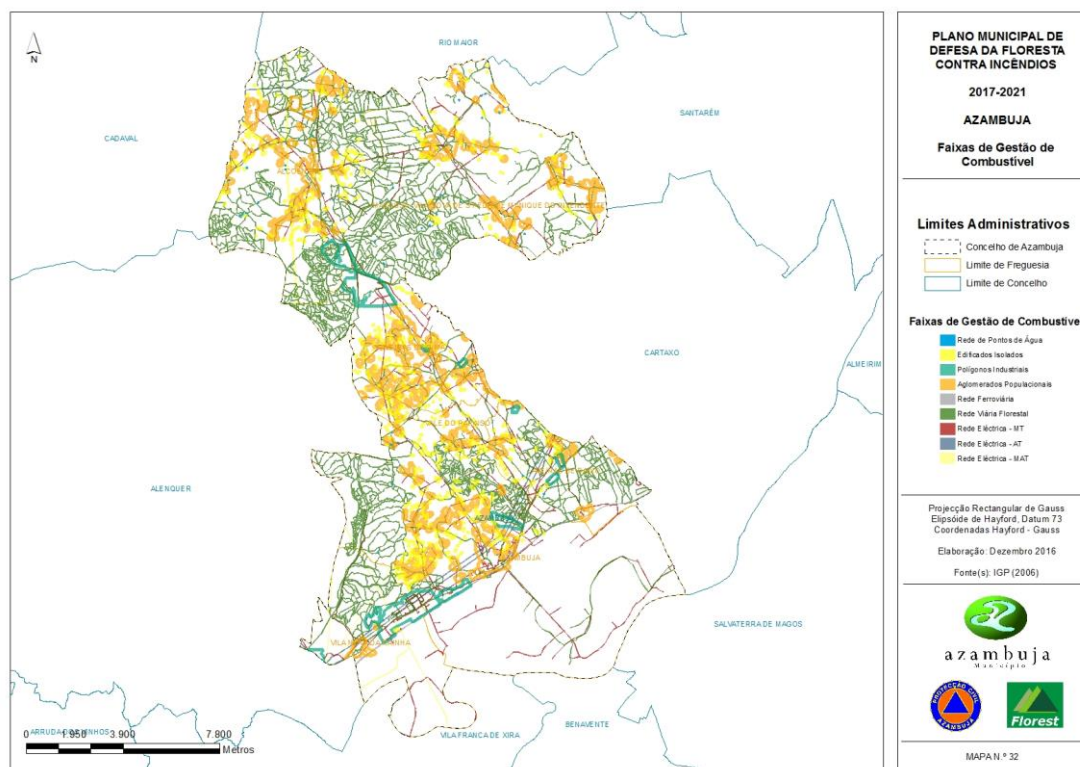


Figura 32 - Mapa de Faixas de Gestão de Combustível do Concelho de Azambuja

No quadro 4 apresentam-se os dados, por freguesia, das áreas ocupadas por cada tipo de FGC. Nas áreas quantificadas, incluem-se também aquelas que não irão sofrer qualquer tipo de intervenção.

O cálculo da percentagem resulta da divisão da área de cada FGC pela área da respectiva freguesia e, no final, pela área total do concelho.

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Área (ha)	%
Alcoentre	001	Edificado isolado	229,24	4,87
	002	Aglomerados populacionais	530,88	11,28
	003	Polígonos industriais e outros	36,72	0,78
	004	Rede Viária Florestal	596,40	12,68
	005	Rede Ferroviária	0,00	0,00
	007	Rede Eléctrica Alta Tensão	7,32	0,16
		Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	89,35	1,90
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	51,75	1,10
	012	Pontos de Água	3,39	0,07
Sub-Total			1.545,05	32,84

Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa	001	Edificado isolado	141,22	2,44
	002	Aglomerados populacionais	469,55	8,12
	003	Polígonos industriais e outros	21,62	0,37
	004	Rede Viária Florestal	518,23	8,96
	005	Rede Ferroviária	0,00	0,00
	007	Rede Eléctrica Alta Tensão	0,00	0,00
		Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	0,00	0,00
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	65,74	1,14
	012	Pontos de Água	5,08	0,09
Sub-Total			1.221,44	21,13

Aveiras de Baixo	001	Edificado isolado	66,40	3,52
	002	Aglomerados populacionais	149,08	7,89
	003	Polígonos industriais e outros	37,70	2,00
	004	Rede Viária Florestal	211,57	11,20
	005	Rede Ferroviária	9,06	0,48
	007	Rede Eléctrica Alta Tensão	11,48	0,61
		Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	8,41	0,45
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	34,28	1,81
	012	Pontos de Água	0,56	0,03
Sub-Total			528,54	27,99

Aveiras de Cima	001	Edificado isolado	185,91	7,11
	002	Aglomerados populacionais	621,26	23,75
	003	Polígonos industriais e outros	79,84	3,05
	004	Rede Viária Florestal	176,45	6,75
	005	Rede Ferroviária	0,00	0,00
	007	Rede Eléctrica Alta Tensão	0,00	0,00
		Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	2,49	0,10
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	57,66	2,20
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
Sub-Total			1.123,61	42,96

Azambuja	001	Edificado isolado	315,16	3,78
	002	Aglomerados populacionais	617,44	7,41
	003	Polígonos industriais e outros	87,17	1,05
	004	Rede Viária Florestal	472,52	5,67
	005	Rede Ferroviária	18,95	0,23
	007	Rede Eléctrica Alta Tensão	30,71	0,37
		Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	23,57	0,28
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	128,67	1,54
	012	Pontos de Água	1,41	0,02
Sub-Total			1.695,60	20,35

Vale do Paraíso	001	Edificado isolado	40,06	9,01
	002	Aglomerados populacionais	68,73	15,45
	003	Polígonos industriais e outros	0,00	0,00
	004	Rede Viária Florestal	20,79	4,67
	005	Rede Ferroviária	0,00	0,00
	007	Rede Eléctrica Alta Tensão	0,00	0,00
		Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	0,00	0,00
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	9,52	2,14
	012	Pontos de Água	0,00	0,00
Sub-Total			139,10	31,27

Vila Nova da Rainha	001	Edificado isolado	5,81	0,23
	002	Aglomerados populacionais	44,35	1,78
	003	Polígonos industriais e outros	92,69	3,72
	004	Rede Viária Florestal	131,39	5,27
	005	Rede Ferroviária	13,92	0,56
	007	Rede Eléctrica Alta Tensão	22,62	0,91
		Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	81,60	3,27
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	35,52	1,42

	012	Pontos de Água	0,00	0,00
Sub-Total			427,90	17,16

TOTAL			6.681,24	
-------	--	--	----------	--

Quadro 4 – Distribuição, por freguesia, do tipo de FGC

Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Área (ha)	%
001	Edificado isolado	983,80	3,75
002	Aglomerados populacionais	2.501,29	9,52
003	Polígonos industriais e outros	355,74	1,35
004	Rede Viária Florestal	2.127,35	8,10
005	Rede Ferroviária	41,93	0,16
007	Rede Eléctrica Alta Tensão	72,13	0,27
	Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	205,42	0,78
010	Rede Eléctrica Média Tensão	383,14	1,46
012	Pontos de Água	10,44	0,04
TOTAL		6.681,24	25,44

Quadro 5 – Valores totais do tipo de FGC no Concelho

Pela análise dos valores das FGC, representadas nos quadros anteriores, destaca-se o seguinte:

Estabeleceu-se um total de 6.681,24ha de FGC que se dividem pelas 7 freguesias do Concelho, e que representam 25,44% da área total do Concelho.

Analizadas as FGC em torno dos edifícios isolados em espaços rurais verifica-se que estas perfazem um total de 983,80ha. A freguesia com maior área ocupada por este tipo de faixa é a de Alcoentre (229,24ha), estando a menor área localizada na freguesia de Vila Nova de Rainha (5,81ha).

As FGC associadas aos aglomerados populacionais representam 2.501,29ha, ou seja, 9,52% da área do Concelho. A freguesia com maior ocupação por este tipo de faixa é a de Aveiras de Cima (621,26ha), sendo Vila Nova da Rainha a freguesia com o valor mais baixo (44,35ha).

No que se refere às FGC para os polígonos industriais, estas ocupam 355,74ha da área total do Concelho, estando a maior área localizada na freguesia de Vila Nova da Rainha (92,69ha).

Relativamente às FGC associadas à Rede Viária Florestal, estas representam 2.127,35 ha da área do Concelho. A freguesia de Alcoentre apresenta a maior área (596,40ha) e a freguesia de Vale Paraíso a menor (20,79ha).

Em relação à Rede Ferroviária, só as freguesias de Aveiras de Baixo, Azambuja e Vila Nova da Rainha possuem este tipo de FGC que ocupa no total 41,93ha.

No que se refere à Rede Eléctrica de Muito Alta e Alta Tensão identificou-se um total de 205,42ha e 72,13ha, respectivamente. Na União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa, bem como em Vale Paraíso não existe este tipo de FGC.

As FGC associadas à Rede Eléctrica de Média Tensão ocupam um total de 383,14ha. A freguesia com maior área ocupada é a de Azambuja (128,67ha), estando a menor área localizada na freguesia de Vale Paraíso (9,52ha).

Relativamente à Rede de Pontos de Água as FGC ocupam 10,44ha da área total do Concelho. A União de freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa tem a maior ocupação por este tipo de FGC. Sem área afectada estão as freguesias de Aveiras de Cima, Vale Paraíso e Vila Nova da Rainha.

No que se refere à DFCI, é essencial a intervenção em todas as faixas de gestão de combustível identificadas, no entanto, a execução das FGC em torno dos aglomerados populacionais deverão ser prioritárias, para garantir a protecção de pessoas e bens.

5.1.1.2 Edificado isolado, Aglomerados populacionais e Polígonos Industriais e outros

Edificado Isolado

De acordo com o n.º 2 do artigo 15º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro: “os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à

gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta daquelas edificações ou instalações, medida a partir da alvenaria exterior da edificação”.

Deste modo, definem-se os seguintes critérios para gestão da vegetação nas faixas envolventes a edificações:

- As copas das árvores e dos arbustos deverão estar distanciadas no mínimo 5 metros da edificação e nunca poderão projectar-se sobre a cobertura desta;
- Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada entre 1 a 2 metros de largura, circundando todo o edifício;
- Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira, ou sobranes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

Em caso de incumprimento do referido anteriormente, o município de Azambuja deverá notificar os responsáveis pelos trabalhos. O município poderá realizar os trabalhos de gestão de combustível, com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada.

Para o concelho de Azambuja foram identificados 489 edifícios isolados.

Aglomerados Populacionais

Segundo o n.º 8 do artigo 15º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro: *“nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios é obrigatória a gestão do combustível numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 100 metros, podendo, face ao risco de incêndio outra amplitude ser definida nos respectivos planos municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios”*. Segundo o n.º 9 do mesmo Decreto-lei esta intervenção *“compete aos proprietários, arrendatários ou entidades que a qualquer título, detenham terrenos inseridos na faixa”*, sendo que ao verificar-se o incumprimento do referido anteriormente, compete à Câmara Municipal a realização dos trabalhos com a faculdade de se ressarcir das despesas. Ainda segundo as Orientações Estratégicas de Recuperação de áreas ardidas, é importante que em cada aglomerado existam, no mínimo, duas vias de acesso / fuga alternativas em caso de incêndio e pontos de água com funcionamento autónomo.

Polígonos Industriais e outros

Segundo o n.º 11 do artigo 15º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro: “nos parques de campismo, nas infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, nos parques e polígonos industriais, nas plataformas de logística e nos aterros sanitários inseridos ou confinantes com espaços florestais é obrigatória a gestão de combustível, e sua manutenção de uma faixa envolvente com uma largura mínima não inferior a 100 metros”.

Os polígonos industriais estão presentes nas freguesias de Azambuja, Vila Nova da Rainha, Aveiras de Baixo, Aveiras de Cima e Alcoentre. Sendo que a área industrial mais significativa se localiza em Vila Nova da Rainha e Azambuja.

Apresenta-se de seguida o mapa com as FGC definidas nos três tipos de infraestruturas referidos anteriormente.

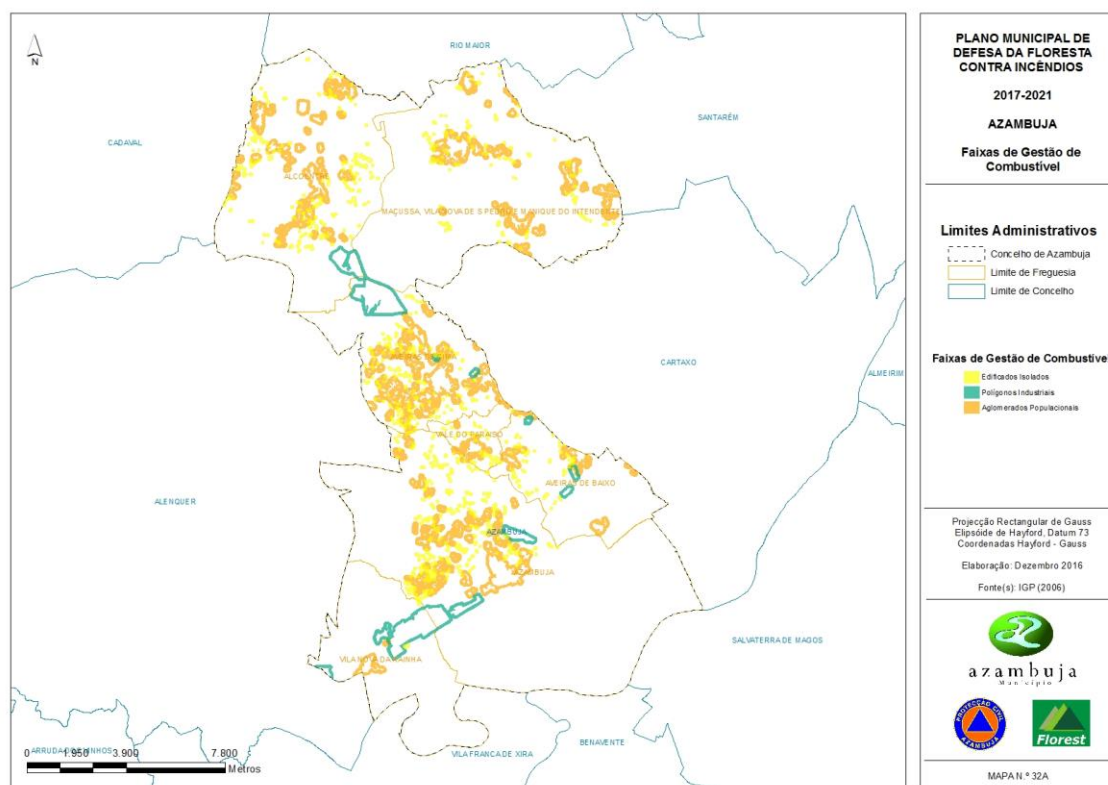


Figura 32 A - Mapa de Faixas de Gestão de Combustível de Edificado Isolado, Aglomerados Populacionais e Polígonos Industriais do Concelho de Azambuja

5.1.1.3 Rede Viária e Ferroviária

A rede viária que serve os espaços florestais, ou rede viária florestal, constitui um dos factores fundamentais para a valorização, protecção e usufruto pela sociedade dos espaços silvestres.

Da multiplicidade de funções que a rede viária florestal desempenha são de salientar, em especial, o acesso aos aglomerados e outras infra-estruturas, aos povoamentos e produtos florestais e ao recreio no espaço rural.

Simultaneamente a rede viária florestal assume um papel central nas diferentes vertentes da protecção civil e do sistema de defesa da floresta contra incêndios, como por exemplo, garantindo o acesso para a realização de trabalho de silvicultura preventiva e infra-estruturação, para as acções de vigilância e detecção ou para a primeira intervenção e combate.

Esse papel central tem sido reconhecido do ponto de vista legal, mas também em relação à protecção contra incêndios, onde a construção e beneficiação de estradas constitui um dos principais eixos de intervenção.

Assim, é considerada como rede viária florestal qualquer via que sirva de acesso aos espaços florestais nas acções de prevenção e combate.

O concelho de Azambuja apresenta-se sem grandes problemas ao nível de acessibilidade aos espaços florestais, no entanto é necessária a manutenção de alguns troços para aumentar a eficácia na prevenção e combate.

Quanto à rede ferroviária, o concelho é atravessado na parte sul pela linha ferroviária do Norte, com dois apeadeiros em Azambuja e Virtudes e abrangendo as freguesias de Vila Nova da Rainha, Azambuja e Aveiras de Baixo.

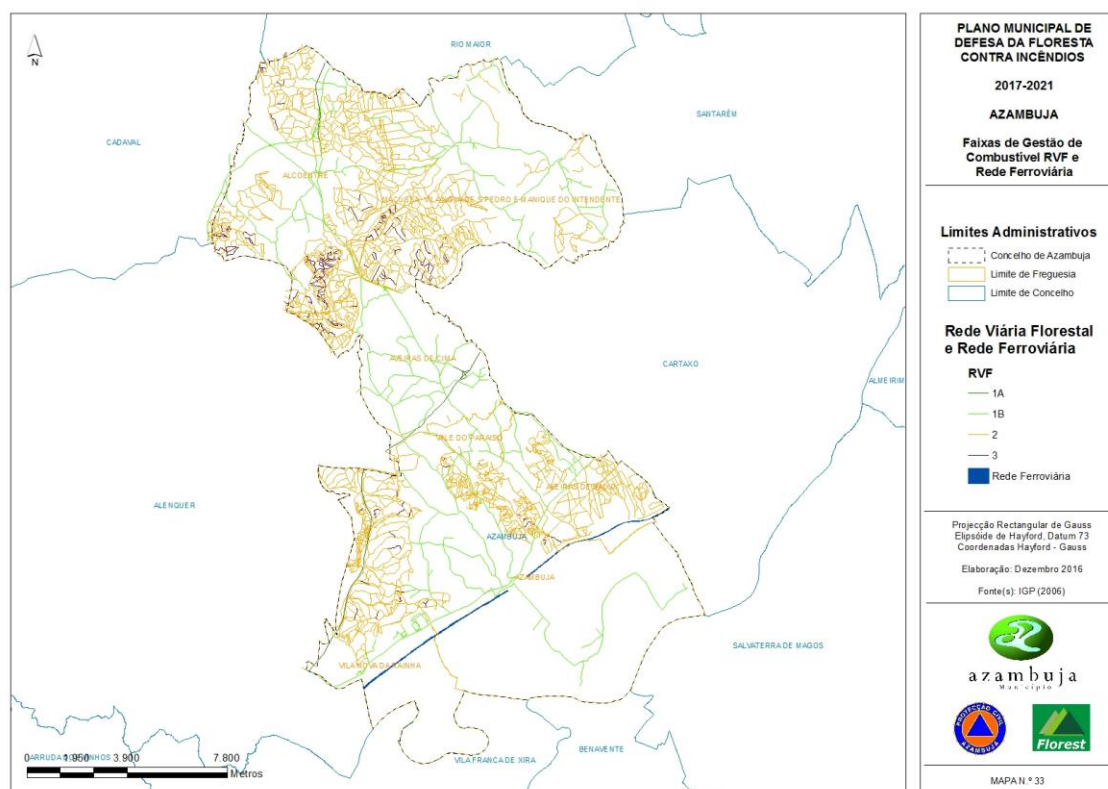


Figura 33 – Mapa da Rede Viária Florestal e Rede Ferroviária do Concelho de Azambuja

Freguesia	Classes das vias da RVF		Designação da RVF	Comprimento (m)	%
Alcoentre	1ª Ordem Fundamental	1A	AE, IC	3.901,00	1,36
		1B	EN, EM	42.526,00	14,81
	2ª Ordem Fundamental		C. Florestais, C. Vicinais	217.285,00	75,69
	3ª Ordem Complementar		Trilhos, Caminhos agrícolas	23.354,00	8,14
Sub-Total RVF				287.066,00	100
Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa	1ª Ordem Fundamental	1A	AE, IC	0,00	0
		1B	EN, EM	45.768,00	105,09
	2ª Ordem Fundamental		C. Florestais, C. Vicinais	190.553,00	187,6
	3ª Ordem Complementar		Trilhos, Caminhos agrícolas	14.855,00	7,31
Sub-Total RVF				251.176,00	300
Aveiras de Cima	1ª Ordem Fundamental	1A	AE, IC	4.539,00	5,22
		1B	EN, EM	41.113,00	47,26
	2ª Ordem Fundamental		C. Florestais, C. Vicinais	37.991,00	43,67
	3ª Ordem Complementar		Trilhos, Caminhos agrícolas	3.357,00	0
Sub-Total RVF				87.000,00	96
Vale do Paraíso	1ª Ordem Fundamental	1A	AE, IC	0,00	0
		1B	EN, EM	9.484,00	79,37
	2ª Ordem Fundamental		C. Florestais, C. Vicinais	2.357,00	19,73

	3ª Ordem Complementar		Trilhos, Caminhos agrícolas	108,00	0,9
Sub-Total RVF				11.949,00	100
Aveiras de Baixo	1ª Ordem Fundamental	1A	AE, IC	0,00	0
		1B	EN, EM	18.563,00	17,65
	2ª Ordem Fundamental		C. Florestais, C. Vicinais	85.925,00	81,71
	3ª Ordem Complementar		Trilhos, Caminhos agrícolas	666,00	0,63
Sub-Total RVF				105.154,00	100
Azambuja	1ª Ordem Fundamental	1A	AE, IC	5.380,00	2,4
		1B	EN, EM	56.142,00	25,06
	2ª Ordem Fundamental		C. Florestais, C. Vicinais	156.822,00	70
	3ª Ordem Complementar		Trilhos, Caminhos agrícolas	5.691,00	2,54
Sub-Total RVF				224.035,00	100
Vila Nova da Rainha	1ª Ordem Fundamental	1A	AE, IC	4.656,00	6,96
		1B	EN, EM	13.864,00	20,72
	2ª Ordem Fundamental		C. Florestais, C. Vicinais	46.863,00	70,04
	3ª Ordem Complementar		Trilhos, Caminhos agrícolas	1.529,00	2,29
Sub-Total RVF				66.912,00	100
TOTAL RVF 1ª ORDEM A				18.476,00	1,79
TOTAL RVF 1ª ORDEM B				227.460,00	22,01
TOTAL RVF 2ª ORDEM				737.796,00	71,40
TOTAL RVF 3ª ORDEM				49.560,00	4,80
TOTAL RVF				1.033.292,00	100

Quadro 6 – Distribuição, por freguesia, da Rede Viária do Município

A base de dados da rede viária florestal, realizada segundo os parâmetros uniformes definidos pelo ICNF encontra-se em elaboração, uma vez que a sua validação no terreno não está, ainda, completa.

Verifica-se, então, que o Concelho de Azambuja, de um modo geral encontra-se satisfatoriamente coberto por rede viária, com um total de cerca de 1.018,78km sendo cerca de $\frac{1}{4}$ constituído pela rede viária florestal fundamental de 1ª ordem (auto-estrada, estradas nacionais e estradas municipais) e a restante pela rede fundamental de 2º ordem (Caminhos florestais, caminhos vicinais, etc.).

Do ponto de vista da distribuição espacial da rede viária florestal pode ser avaliada quantitativamente através da sua densidade, embora esta não seja um indicador seguro de acessibilidade. A densidade da rede viária para uma determinada área é calculada pela razão entre o comprimento da rede viária por unidade de área. A

unidade usualmente utilizada é m/ha, e o valor de referência abaixo do qual se considera existir deficiência da rede viária é de 40m/ha.

De acordo com os dados actuais, o Concelho de Azambuja possui uma densidade de 39 m/ha, valor abaixo do valor de referência. Contudo, considerando que o levantamento da rede viária florestal não está completo, este não deve ser interpretado como um valor real.

Verifica-se que os espaços florestais apresentam-se sem problemas ao nível das acessibilidades, no entanto, a rede viária florestal está em constante melhoria, contribuindo para este efeito o trabalho de beneficiação constante realizado pela Câmara Municipal de Azambuja em conjunto com as corporações de bombeiros e juntas de freguesia desde 2003.

Trata-se de uma medida muito importante para garantir a circulação e o acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndio.

5.1.1.4 Rede de Pontos de Água

Os pontos de água são infra-estruturas essenciais ao combate a incêndios florestais. De acordo com as “Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas em 2003 e 2004” e da Portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro, os pontos de água a utilizar para a defesa da floresta contra incêndios são definidos como “qualquer massa de água estrategicamente localizada e permanentemente disponível para a utilização na defesa da floresta contra incêndios (DFCI), através de bombas, queda gravítica, veículos terrestres, meios aéreos ou outros” e podem ser subdivididos em três tipos:

- Estruturas de armazenamento de água – construções ou equipamentos concebidos especificamente para armazenar água, com localização independente da fisiografia do terreno e da rede hidrográfica, podendo ser fixas ou móveis. É o caso dos tanques, reservatórios, poços e cisternas.
- Planos de água – Massas hídricas superficiais, de dimensão variável, geralmente integradas na rede hidrográfica natural, concebidas especificamente para DFCI ou susceptíveis de utilização neste âmbito, como por exemplo, albufeiras, rios, estuários, etc.

- Tomadas de água – Pontos de ligação a redes de abastecimento de água canalizada, como são caso das bocas-de-incêndio ou marcos de água.

No entanto, é necessário que as condições dos pontos de água sejam propícias ao abastecimento dos meios terrestres e aéreos. No caso dos meios terrestres, a operacionalidade do ponto de água está directamente dependente da rede viária. No caso dos meios aéreos, é muito importante que esteja assegurada a existência de uma zona de aproximação ao ponto de água sem obstáculos. O ideal será que numa distância de 100 metros do ponto de água, os obstáculos não tenham mais de 8 metros. Na restante área, em torno do ponto de água deverá ser assegurada uma faixa de gestão de combustível de, pelo menos, 30 metros para os meios aéreos e de 50 metros para os meios terrestres, de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro.

A distribuição dos pontos de água e respectivas características pode ser observada na figura e quadro seguintes.

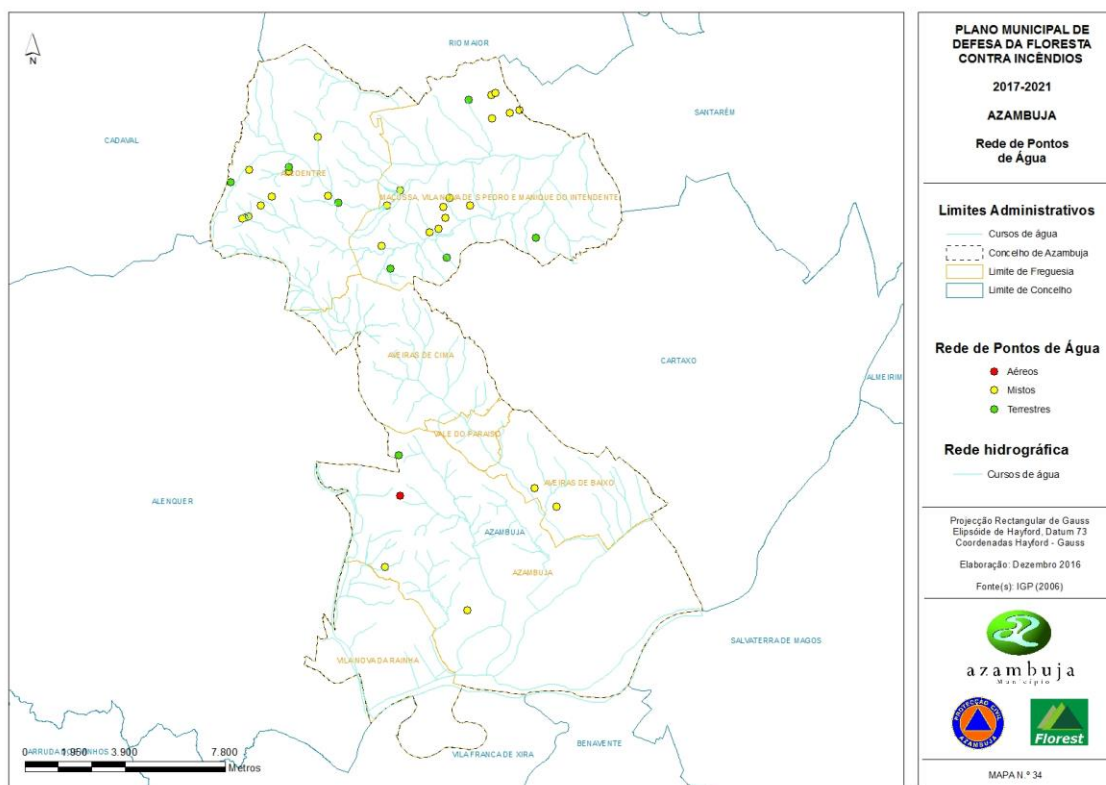


Figura 34 – Rede de Pontos de Água – Aéreos, Mistos e Terrestres

Actualmente encontram-se inventariados 38 pontos de água, encontram-se todos operacionais, de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro.

A distribuição deste tipo de infra-estrutura não é uniforme, havendo mesmo grandes áreas em que não existe nenhum ponto de água.

A maior concentração de pontos de pontos de água é coincidente com as zonas onde a área ardida, na última década, é maior.

A freguesia de Alcoentre (12 Pontos de Água) e a União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa (18 Pontos de Água) são as que apresentam maior quantidade de Pontos de água, com cerca de 74% do total.

Freguesia	ID_PA	Código do Tipo de PA	Designação da Rede de PA	Quantidade de PA	Volume Máximo (m³)
Alcoentre	1	214	Charca	12	1.200,00
	2	214	Charca		3.750,00
	3	211	Albufeira de Barragem		40.000,00
	4	214	Charca		5.000,00
	5	113	Piscina		150,00
	6	214	Charca		4.800,00
	7	114	Tanque de rega		3.200,00
	8	114	Tanque de rega		100,00
	9	211	Albufeira de Barragem		120.000,00
	10	214	Charca		12.500,00
	37	214	Charca		494,00
	38	214	Charca		240,00
Sub-Total (m³)					191.434,00
Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa	10	214	Charca	18	12.500,00
	11	214	Charca		50.000,00
	12	214	Albufeira de Barragem		900.000,00
	13	214	Albufeira de Açude		14.400,00
	14	214	Charca		420,00
	22	214	Charca		120.000,00
	23	214	Charca		14.000,00
	28	214	Charca		1.200,00
	29	214	Charca		960,00
	30	214	Charca		37.800,00
	31	214	Charca		405.000,00
	32	214	Charca		240,00
	33	214	Charca		33.840,00

	34	214	Charca		910,00
	35	214	Charca		612,00
	36	214	Charca		35.560,00
	19	211	Albufeira de Barragem		78.000,00
	20	114	Tanque de rega		2.700,00
Sub-Total (m³)					1.708.142,00
Aveiras de Baixo	15	214	Charca	2	750,00
	16	214	Charca		2.100,00
Sub-Total (m³)					2.850,00
Azambuja	17	214	Charca	6	4.500,00
	18	214	Charca		1.050,00
	24	214	Charca		80.000,00
	25	225	Outros Cursos de Água		400,00
	26	121	Cisterna em Material Rígido		20.000,00
	27	114	Tanque de rega		16,00
Sub-Total (m³)					105.966,00
TOTAL				38	2.008.392,00
Área de Espaços Florestais (ha)					10.035,00
Densidade de Pontos de Água (n.º / ha)					0,004

Quadro 7 – Capacidade da Rede de Pontos de Água, por freguesia

A densidade de volume dos pontos de água (m³) por área de espaço florestal (ha) é de 0.0025 m³/ha, este valor encontra-se abaixo do valor recomendado pela Comissão Nacional de Reflorestação, que é de 6 m³/ha.

Pela análise do quadro verifica-se que, a rede de pontos de água do Concelho de Azambuja é maioritariamente constituída por charcas (68,4%) de propriedades privadas. A sua distribuição é essencialmente na zona Norte do Concelho, sendo na União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa onde se verifica maior densidade de pontos de água (18 pontos), seguida pela de Alcoentre (12 pontos). As freguesias de Aveiras de Cima, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha não possuem qualquer tipo de ponto de água identificado.

No entanto, e de acordo com a figura 34, apesar da distribuição da rede de pontos de água não ser uniforme verifica-se que a sua localização permite abranger as zonas mais arborizadas do Concelho, facilitando o abastecimento dos meios de combate.

A rede de pontos de água inventariada engloba 38 pontos de água, dos quais 27 mistos, 10 terrestres e 1 aéreo, encontrando-se todos operacionais, de acordo com o estabelecido na portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro.

5.1.2 Programa de Acção para o período 2017 - 2021

5.1.2.1 Silvicultura Preventiva

A silvicultura, no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, engloba um conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objectivos de diminuir o perigo de incêndio e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

Para o Concelho de Azambuja foram identificadas várias parcelas que deveriam ser sujeitas a acções de gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e das composições vegetais para um período de cinco anos, de acordo com a figura seguinte.

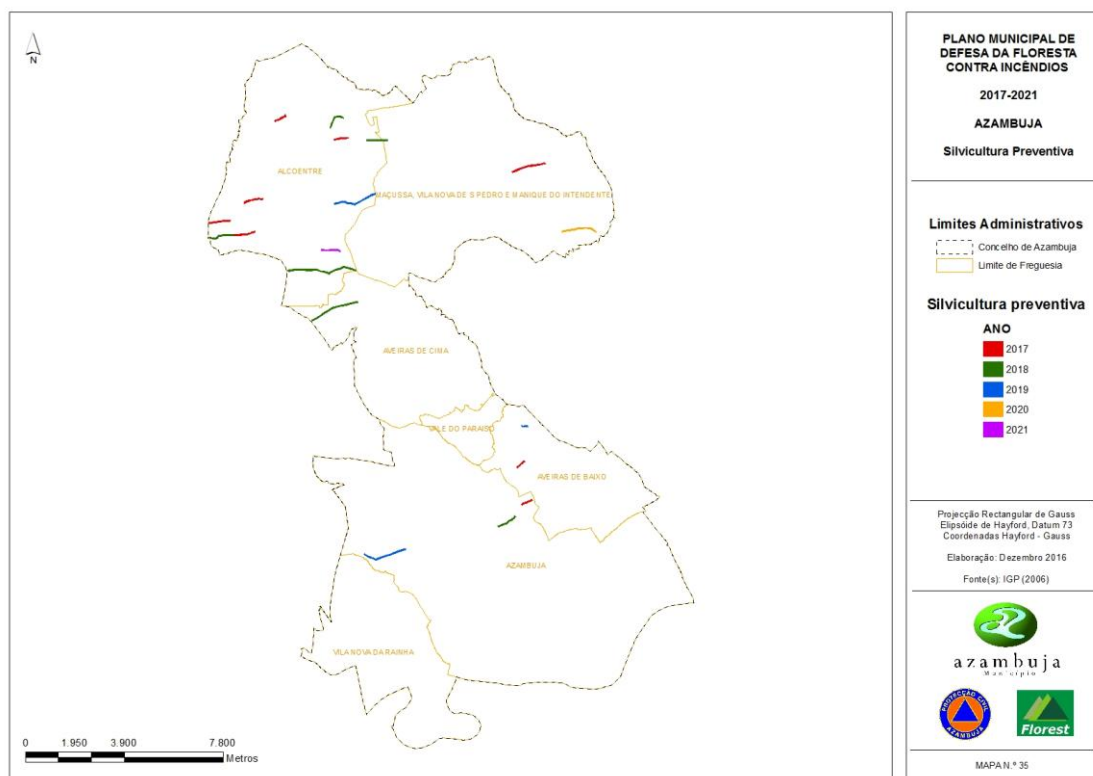


Figura 35 - Mapa das áreas propostas para acções de silvicultura preventiva (2017 – 2021)

No quadro 6 apresenta-se a descrição das parcelas sujeitas a silvicultura preventiva e respectiva calendarização por ano.

Freguesia	Código da descrição da faixa	Área (m ²)	Descrição da acção	Data execução
Alcoentre	6	46.522,00	Faixa de Gestão de Combustível	2017
	7	42.536,00		2017
	8	41.757,00		2017
	9	26.698,00		2017
	10	29.711,00		2017
	16	31.429,00		2018
	17	41.167,00		2018
	18	152.664,00		2018
	20	49.110,00		2018
	3	96.322,00		2020
	23	28.169,00		2021
Sub-Total (m ³)		586.085,00		
Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa	11	1.581,00	Faixa de Gestão de Combustível	2017
	12	70.836,00		2017
	14	10.841,00		2018
	2	7,00		2019
	1	72.048,00		2020
Sub-Total (m ³)		155.313,00		
Aveiras de Baixo	14	21.025,00	Faixa de Gestão de Combustível	2017
	4	10.489,00		2019
Sub-Total (m ³)		31.514,00		
Aveiras de Cima	19	187,00	Faixa de Gestão de Combustível	2018
	21	104.842,00		2018
Sub-Total (m ³)		105.029,00		
Azambuja	13	23.393,00	Faixa de Gestão de Combustível	2017
	22	43.582,00		2018
	5	92.789,00		2019
Sub-Total (m ³)		159.764,00		
TOTAL		1.037.705,00		

Quadro 8 – Previsão das áreas de silvicultura preventiva por freguesia e ano (2017-2021)

5.1.2.2 Rede Viária Florestal

Na figura 36 apresentam-se os troços das Faixas de Gestão Combustível correspondentes à rede viária florestal e à rede ferroviária que se pretendem beneficiar ao longo do horizonte temporal 2017-2021.

A regularização/consolidação do piso da rede viária é essencial para a sua manutenção em termos operacionais, sendo de realçar que as acções preconizadas estão sujeitas a uma avaliação anual para se aferir a necessidade de criação de alguns pontos de viragem e cruzamento em locais estratégicos. Essas alterações serão previamente indicadas nos Planos Operacionais Municipais.

Pela análise do mapa pode constatar-se que a zona com mais área de intervenção localiza-se na zona Norte do Concelho, correspondendo à zona de maior perigosidade de incêndio florestal. As entidades responsáveis deverão providenciar a gestão do combustível florestal numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 metros.

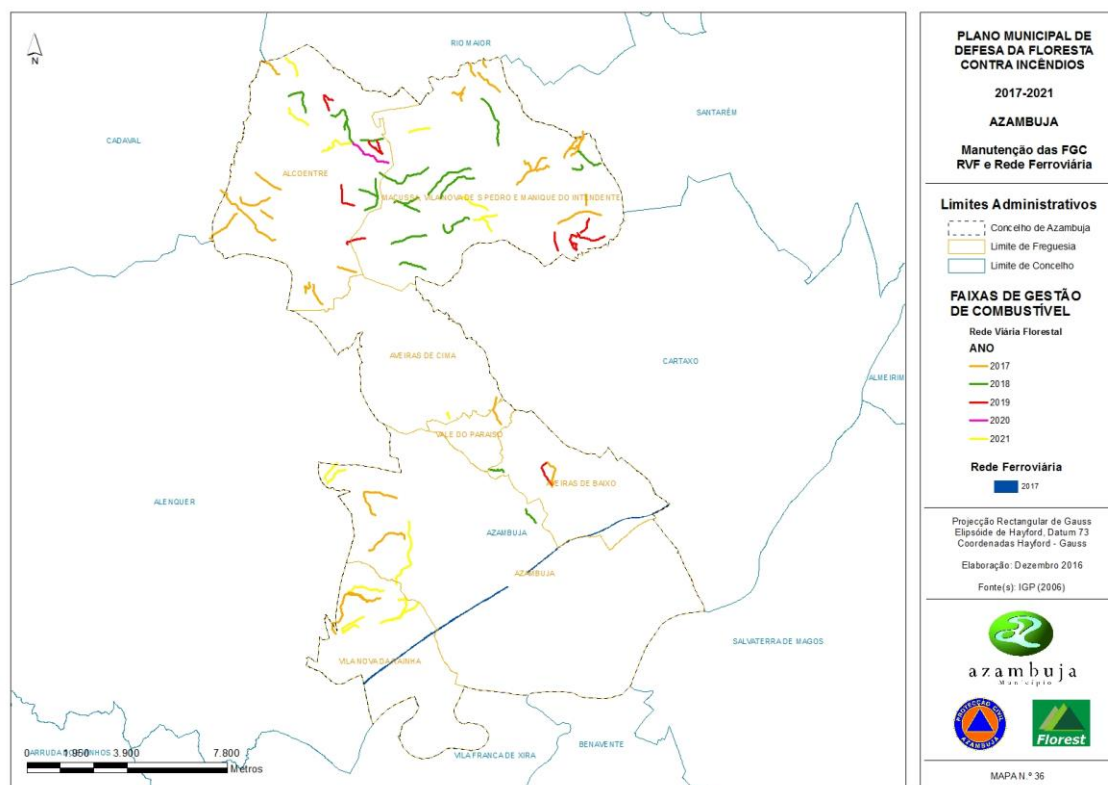


Figura 36 - Mapa de Manutenção da Rede Viária e ferroviária para 2017 – 2021

Relativamente à Rede Ferroviária a maior área a ser beneficiada pela entidade responsável (Infraestruturas de Portugal, S.A.) pertence à freguesia de Aveiras de Baixo.

A mesma entidade é responsável pela execução dos trabalhos de conservação das bermas da Estrada Nacional N1, IC2, N3, e N366.

De uma forma sucinta os trabalhos compreendem, em terreno de património público, devendo ser dada especial atenção à existência de sobreiro (*Quercus suber*):

- numa faixa de 3m para cada lado da estrada, corte e remoção de toda a vegetação herbácea, arbustiva e arbórea;
- desmatação e eliminação de espécies invasoras (acácias, silvas, cana e caniço), na faixa de 7m contígua à anterior. Eliminação ou destroçamento de todos os produtos resultantes do corte.

5.1.2.3 Rede de Pontos de Água

Algumas infra-estruturas poderão ser alvo de manutenção financiada através de instrumentos económicos como sejam o PDR2020.

Como já foi referido a rede de Pontos de Água do concelho de Azambuja tem uma distribuição heterogénea, totalizando 38 pontos de abastecimento operacionais. No entanto, é necessário efectuar a sua manutenção (limpeza) de forma a mantê-los operacionais para qualquer intervenção necessária.

Na obtenção do mapa seguinte (Figura 37) considerou-se a intervenção prevista para o primeiro ano a que diz respeito o presente plano, com uma manutenção de dois em dois anos. Para esta manutenção considera-se um raio de 30 metros em torno dos pontos de água, de acordo com o estabelecido na alínea e) do artigo 8º e alínea h) do artigo 9º da Portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro.



5.1.2.4 Rede Eléctrica

As faixas de gestão de combustível correspondentes à rede eléctrica resultam da intercepção de todos os troços desta com os espaços florestais, pelo que para todos os troços nesta condição, as entidades responsáveis (EDP e REN) deverão providenciar a gestão do combustível numa faixa correspondente à projecção vertical

dos cabos condutores exteriores acrescido de uma largura não inferior a 10 metros para cada um dos lados.

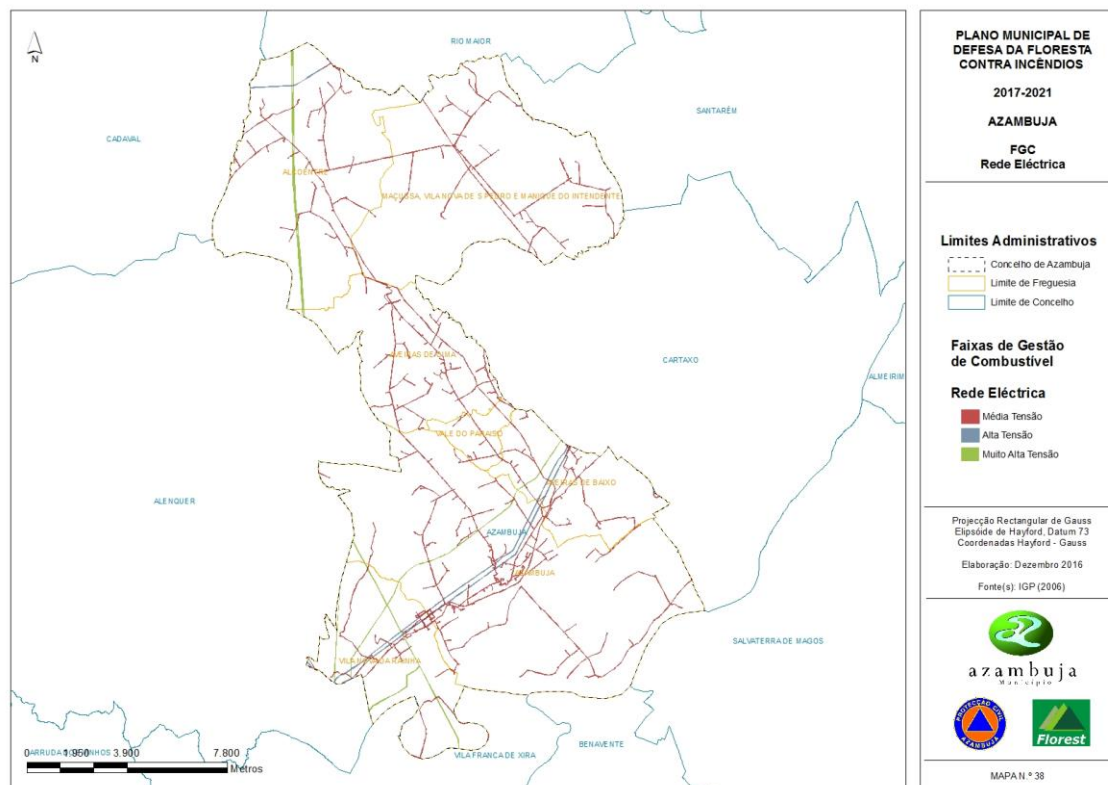


Figura 37 - Mapa das FGC associadas à Rede Eléctrica e intervir para 2017-2021

5.1.3 Mapas de Síntese

Apresentam-se de seguida os mapas de síntese com as intervenções preconizadas para o período entre 2017 e 2021 (Fig. 38 – 42).

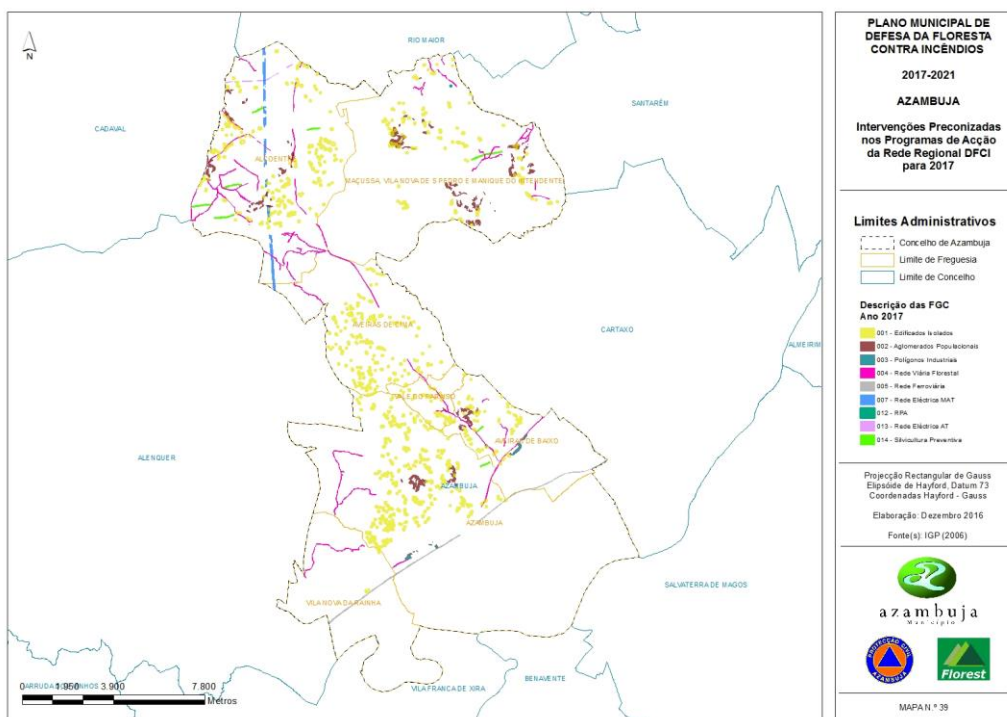


Figura 37 - Mapa das intervenções preconizadas nos Programas de Acção da Rede Regional de DFCI para 2017

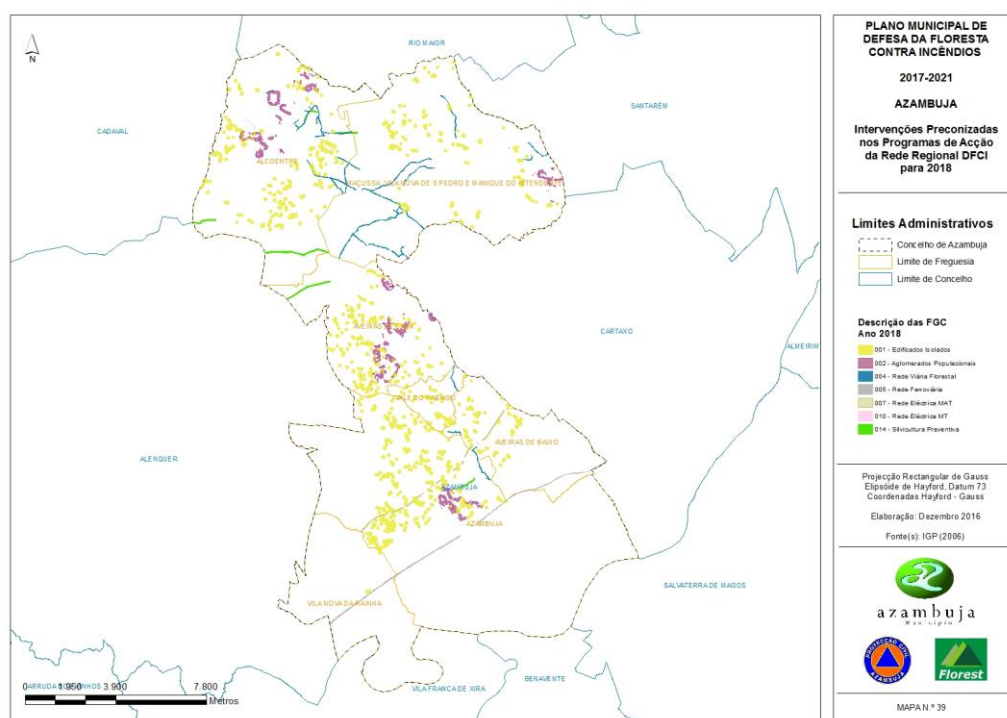


Figura 38 - Mapa das intervenções preconizadas nos Programas de Acção da Rede Regional de DFCI para 2018

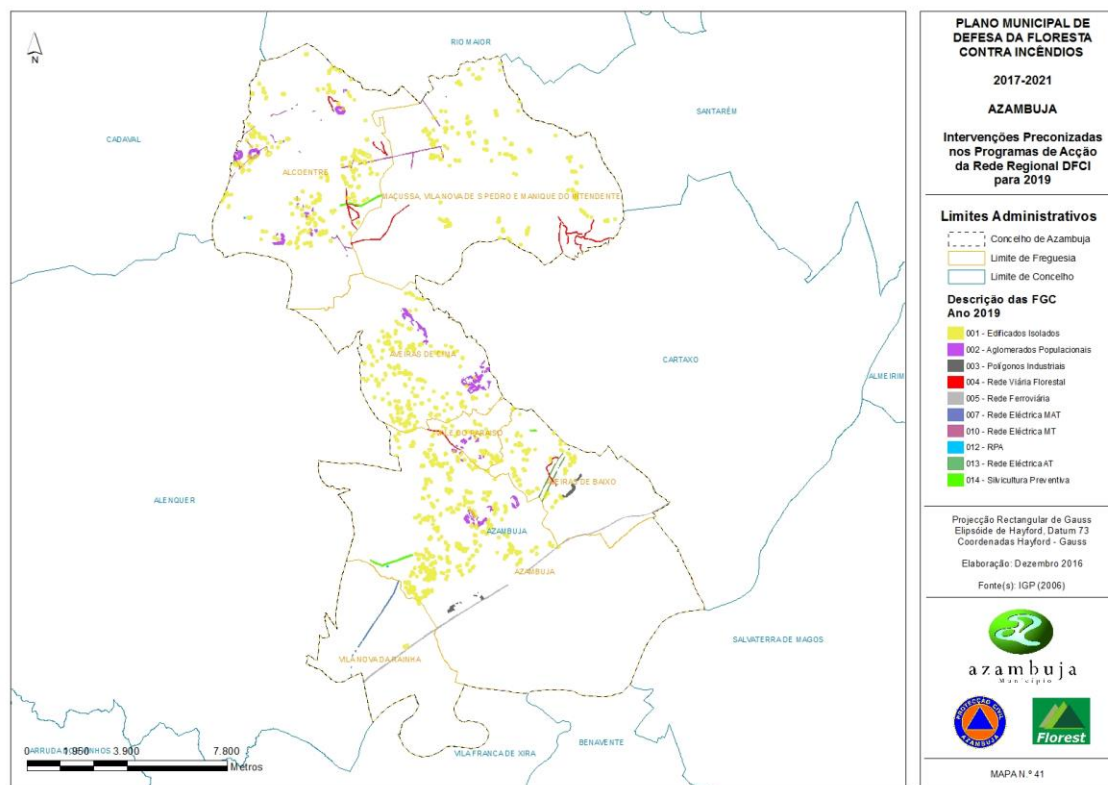


Figura 39 - Mapa das intervenções preconizadas nos Programas de Acção da Rede Regional de DFCI para 2019

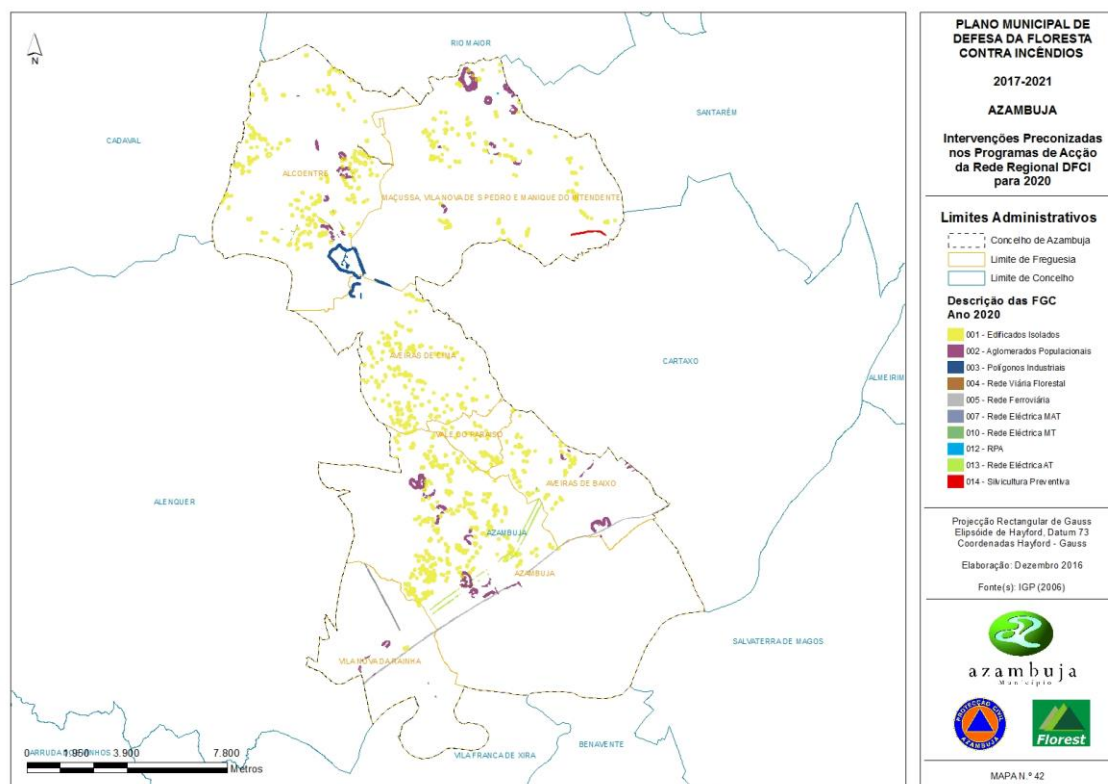


Figura 40 - Mapa das intervenções preconizadas nos Programas de Acção da Rede Regional de DFCI para 2020

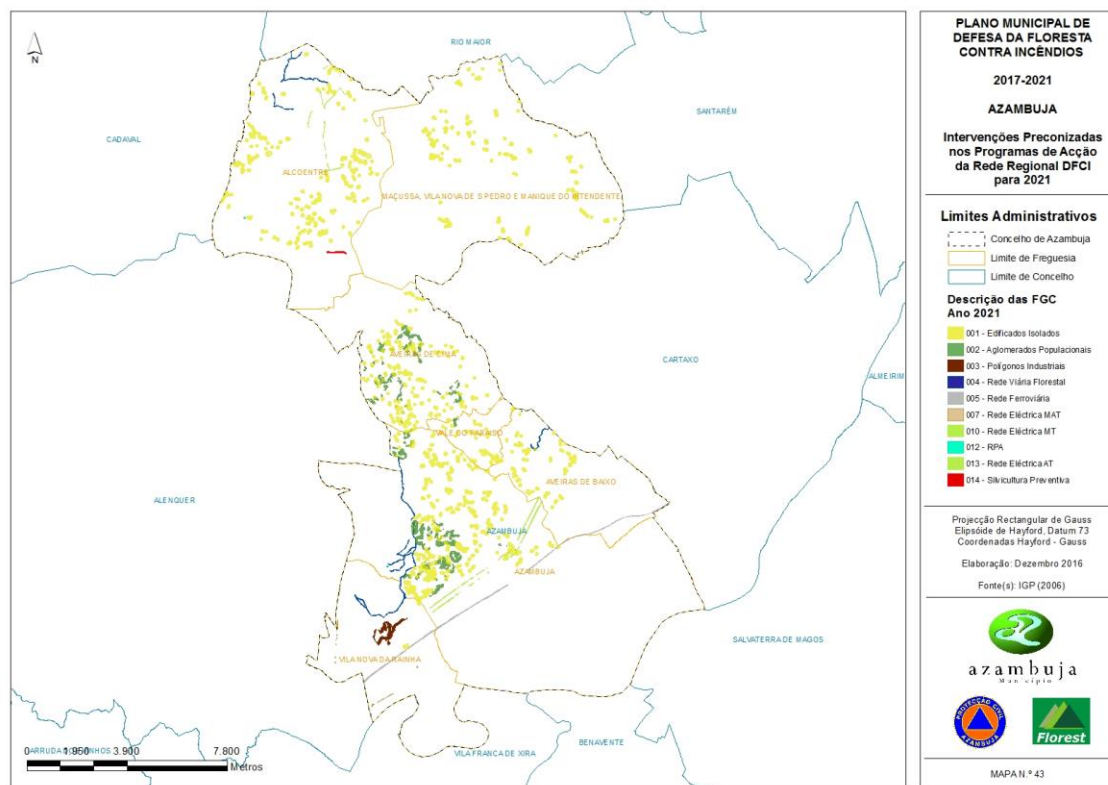


Figura 41 - Mapa das intervenções preconizadas nos Programas de Acção da Rede Regional de DFCI para 2021

5.1.4 Metas e Orçamento

Tendo em conta as acções preconizadas anteriormente, importa agora referir quais as metas e indicadores a seguir para cada acção, durante o período de vigência do plano, bem como o orçamento e responsabilidades associadas a cada acção.

Todas as operações para implementação da Rede Secundária, nomeadamente, faixas de gestão de combustível dos aglomerados populacionais, rede viária florestal, polígonos industriais, habitações isoladas em espaço rural, rede viária florestal, bem como a manutenção da rede eléctrica serão executadas com recurso a meios mecânicos e moto-manuais.

No quadro seguinte apresentam-se as áreas dos vários tipos de faixas de gestão de combustível que constituem metas a atingir por ano, e cujo objectivo é aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais.

Acção	Metas		Unidades	Indicadores					TOTAL
				2017	2018	2019	2020	2021	
FGC	Criação de faixas de protecção a edificações isoladas		ha	983,8	983,8	983,8	983,8	983,8	4.919,00
	Criação de faixas de protecção a aglomerados populacionais			162,77	196,99	108,146	184,82	166,95	819,68
	Criação de faixas de protecção a polígonos industriais			14,75	42,12	3,97	52,95	29,9	143,69
	Criação de faixas de protecção a rede viária florestal			153,89	66,45	34,23	3,23	38,84	296,64
	Criação de faixas de protecção à Rede Eléctrica	AT		4,15	0	8,47	19,93	1,66	34,21
		MAT		53,83	16,82	10	12,17	3,59	96,41
		MT		0	1,06	15,66	2,76	6,86	26,34
Manutenção da Rede Viária	Total de m beneficiados		m	33.278	24.199	9.727	1.719	16.402	85.325
Criação / Manutenção de novos Pontos de Água	Criação/Construção de Pontos de água		n.º	-	-	-	-	-	0
	Manutenção de pontos de água existentes		n.º	2	-	2	-	2	6

Quadro 9 – Metas a atingir na construção e manutenção da rede de DFCI

Relativamente a responsabilidades associadas a cada acção e ao orçamento estimado, apresentam-se os respectivos dados nos quadros seguintes.

O GTF é responsável por planear as acções de silvicultura preventiva, segundo critérios técnicos relacionados com a Defesa da Floresta Contra Incêndios. Depois da marcação em gabinete e validação no terreno, o GTF deverá solicitar a limpeza e notificar os proprietários sobre quais as operações de silvicultura preventiva a executar, bem como, quais os meios mais indicados para as executar. O município fica responsável pela fiscalização das referidas limpezas.

Os cálculos para efeitos de orçamentação tiveram como base custos médios definidos nas tabelas CAOF para intervenções com maquinaria moto-manual e/ou mecânica de 600 €/ha. Para a manutenção da rede viária florestal (trabalho a executar por máquina moto-niveladora) foi considerado o valor de 50,00 €/km. Estes valores são meramente indicativos, uma vez que poderão sofrer alterações com o decorrer do tempo.

Acção/Metas	Responsabilidades
Criação de faixas de protecção a edificações isoladas	Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidade que a qualquer título detenham terrenos confinantes com estas edificações.
Criação de faixas de protecção a aglomerados populacionais	Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham terrenos na referida faixa
Criação de faixas de protecção a polígonos industriais	Entidade gestora respectiva
Criação de faixas de protecção a rede viária florestal	Estradas de Portugal, Câmara Municipal, Proprietários
Manutenção de pontos de água existentes	Proprietários, arrendatários, usufrutuários
Criação de faixas de protecção à Rede Eléctrica	REN, EDP
Criação e manutenção de rede viária florestal	Estradas de Portugal, Câmara Municipal, Proprietários

Quadro 10 – Responsabilidades na construção e manutenção da rede de DFCI

Acção	Metas		Unid.	Estimativa de orçamento (euros)					TOTAL
				2017	2018	2019	2020	2021	
FGC	Criação de faixas de protecção a edificações isoladas		€	590.280,00 €	590.280,00 €	590.280,00 €	590.280,00 €	590.280,00 €	2.951.400,00 €
	Criação de faixas de protecção a aglomerados populacionais			97.662,00 €	118.194,00 €	64.887,60 €	110.892,00 €	100.170,00 €	491.805,60 €
	Criação de faixas de protecção a polígonos industriais			8.850,00 €	25.272,00 €	2.382,00 €	31.770,00 €	17.940,00 €	86.214,00 €
	Criação de faixas de protecção a rede viária florestal			92.334,00 €	39.870,00 €	20.538,00 €	1.938,00 €	23.304,00 €	177.984,00 €
	Criação de faixas de protecção à Rede Eléctrica	AT		2.490,00 €	0,00 €	5.082,00 €	11.958,00 €	996,00 €	20.526,00 €
		MAT		32.298,00 €	10.092,00 €	6.000,00 €	7.302,00 €	2.154,00 €	57.846,00 €
		MT		0,00 €	636,00 €	9.396,00 €	1.656,00 €	6,86 €	11.694,86 €
Manutenção da Rede Viária	Total de metros beneficiados		1.663,90 €	1.209,95 €	486,35 €	85,95 €	820,10 €	4.266,25 €	
Criação / Manutenção de novos Pontos de Água	Criação/Construção de Pontos de água		-	-	-	-	-	0,00 €	
	Manutenção de pontos de água existentes		6.264,00 €	6.264,00 €	6.264,00 €	6.264,00 €	6.264,00 €	31.320,00 €	

Quadro 11 – Estimativa de orçamento para Acções de manutenção da RDFCI - euros

5.1.5 Tipos de Financiamento

Estão referenciados os seguintes tipos possíveis de financiamento, atribuídos pelo IFAP, para a realidade do concelho de Azambuja:

- Medidas de apoio do V Quadro Comunitário enquadradas no âmbito da defesa da floresta – PDR2020
 - Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos
 - Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas
 - Restabelecimento da floresta afectada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos

A elaboração das propostas será efectuada pelo Gabinete Técnico Florestal da autarquia, responsável pela apresentação dos cadernos de candidatura.

5.2 2º EIXO ESTRATÉGICO – Reduzir a Incidência dos Incêndios

Objectivos Estratégicos: Educar e sensibilizar as populações; Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objectivos Operacionais: Sensibilização; Fiscalização.

5.2.1 Sensibilização

As acções de Sensibilização dirigidas para a população urbana em municípios com uma população com hábitos agrícolas muito enraizados, adquirem grande importância, pelo facto de existir uma maior proximidade dos aglomerados populacionais com as áreas florestais, colocando em risco a preservação e conservação das respectivas áreas.

Assim no concelho de Azambuja pretende-se sensibilizar a população, que vive e utiliza os espaços florestais deste concelho, para a necessidade de proteger a floresta, conhecendo-a e agindo de acordo com as boas práticas de conservação da floresta e espaços verdes, alterando certos hábitos e comportamentos de outrora; informando das consequências nefastas que os incêndios comportam para todos nós.

As acções/sessões de esclarecimento efectuadas nos próximos 5 anos neste município vão incidir sobretudo num público-alvo na sua maioria urbano, pretendendo-se captar a atenção dos mais jovens através da presença da equipa de Sapadores Florestais, que este município pretende reactivar, sensibilizando-os assim para a importância da preservação dos espaços florestais, gestão de combustíveis e adopção de comportamentos adequados.

Actualmente a Autarquia já promove e efectua acções de sensibilização e orienta estágios de enriquecimento curricular de alunos das diversas escolas do Concelho.

Grupos de destinatários (público-alvo)

- População estudantil (Jovens do ensino básico)
- Escoteiros e Escutas (AEP e CNE)

Sensibilizar as crianças do ensino básico e alertá-las para a importância e preservação da floresta.

Campanha de Sensibilização Florestal

Locais de sensibilização e de formação

Para os jovens do ensino básico, as acções de sensibilização preconizadas irão consistir na realização de visitas de estudo a determinadas áreas florestais do município que sejam consideradas relevantes tendo em conta a temática em causa, promovendo acções de plantação nas épocas adequadas, assim como acções de sensibilização nas escolas;

Divulgação das acções de sensibilização

A divulgação destas acções poderá ser efectuada através das Escolas e dos respectivos docentes. Estas acções poderão ser, também, divulgadas através de Associações de Escuteiros e Escutas, e das Organizações Não Governamentais de Ambiente, entre outras.

Conteúdos Informativos

Atendendo às características deste grupo de destinatários, os conteúdos informativos a apresentar nestas campanhas irão incidir, particularmente, em informação de carácter pedagógico. Para além da referência à importância ao código de conduta dos utilizadores destes espaços e às funções económicas, sociais e ambientais da floresta, serão, igualmente, abordados os meios disponíveis que poderão ser utilizados na defesa da floresta contra os incêndios, bem como na sua preservação.

Material de Divulgação

- **Folhetos** cujo conteúdo será apresentado de uma forma simples, acessível e abrangente, anteriormente elaborados pela Autarquia e distribuídos;
- **Cartazes/outdoors**.

Metodologia a adoptar nas acções de formação e de sensibilização

Após uma breve alusão a aspectos de carácter teórico, efectuada por intermédio de técnicos florestais, serão abordados exemplos concretos, facilmente perceptíveis pelo público-alvo em causa, bem como visitas de estudo a locais de interesse promovendo acções de arborização/rearborização.

Será distribuído diverso material de divulgação.

Grupo alvo	Comportamento de risco							Impactos e danos	
	O quê	Como?	Onde?	Quando?	Nº de ocorrências	Área ardida (ha)	Danos		
População Escolar	Negligência	Falta de Conhecimento	Azambuja	Todo ano	-	-	-		
Proprietário Florestal	Queimas	Sem Participação	Azambuja	Todo ano	-	-	-		
Empresas de exploração Florestal	Utilização de maquinaria e equipamento	Lançamento de faúlhas devido a falhas de protecção no equipamento	Azambuja	Todo o ano	-	-	-		

Quadro 12 – Sensibilização – Diagnóstico

A maioria dos incêndios tem origem em causas humanas, sendo causados intencionalmente ou por negligência. O uso do fogo em diversas actividades é uma

fonte importante de incêndios, nomeadamente, através da realização e queimadas e queimas na actividade agrícola e florestal, da queima de lixos, do lançamento de foguetes ou mesmo da realização de fogueiras. Sendo assim, é essencial realizar acções de sensibilização de forma a consciencializar a população das medidas a tomar para prevenção e combate dos incêndios florestais.

Será importante também realizar acções de fiscalização no âmbito das acções e cuidados a ter por parte da população, da actividade desenvolvida e dos diferentes grupos-alvo. Deste modo, a elaboração dos quadros indicados neste ponto teve por base a informação relativa à caracterização da população e à análise do histórico e da casualidade dos incêndios florestais (CADERNO I – Diagnóstico - informação de base) no concelho de Azambuja.

5.2.2 Fiscalização

Ano	Área de Actuação	Grupo Alvo	Período de Actuação	Entidade Responsável	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Actividade Desenvolvida
2017 - 2021	Concelho de Azambuja (interface Urbano-Florestal, Terrenos Rurais e Áreas Florestais)	Agricultores e Produtores Florestais	Todo o ano	SEPNA/EPF	4 elementos	1 veiculo todo-o-terreno	Fiscalização de: Queima sem condições de segurança; Queimadas sem autorização da Câmara Municipal
				Câmara Municipal de Azambuja	2 elementos	1 veiculo todo-o-terreno	
		População em geral	30 Junho a 30 Setembro	SEPNA/EPF	4 elementos	1 veiculo todo-o-terreno	Fiscalização de lançamento de foguetes ou fogo de artifício
				Câmara Municipal de Azambuja	2 elementos	1 veiculo todo-o-terreno	
		População em geral	30 Junho a 30 Setembro	SEPNA/EPF	4 elementos	1 veiculo todo-o-terreno	Implementação das Faixas de Gestão de Combustível
				Câmara Municipal de Azambuja	2 elementos	1 veiculo todo-o-terreno	
		Associações de Caçadores	Todo o ano	SEPNA/EPF	4 elementos	1 veiculo todo-o-terreno	Vigilância de áreas sujeitas a regime cinegético

Quadro 13 – Fiscalização

Para definir áreas prioritárias de fiscalização, é fundamental a identificação das principais causas e motivações de incêndio, bem como os locais cujo histórico aponta para maior susceptibilidade a ocorrências. Nesse sentido, apresenta-se na figura 42 um cruzamento de dados que envolve os pontos de início de incêndio, as áreas sujeitas a gestão de combustível e algumas zonas de recreio.

A coordenação da Fiscalização, neste caso, é realizada pela GNR/SEPNA do município, tal como indicado no Quadro 16.

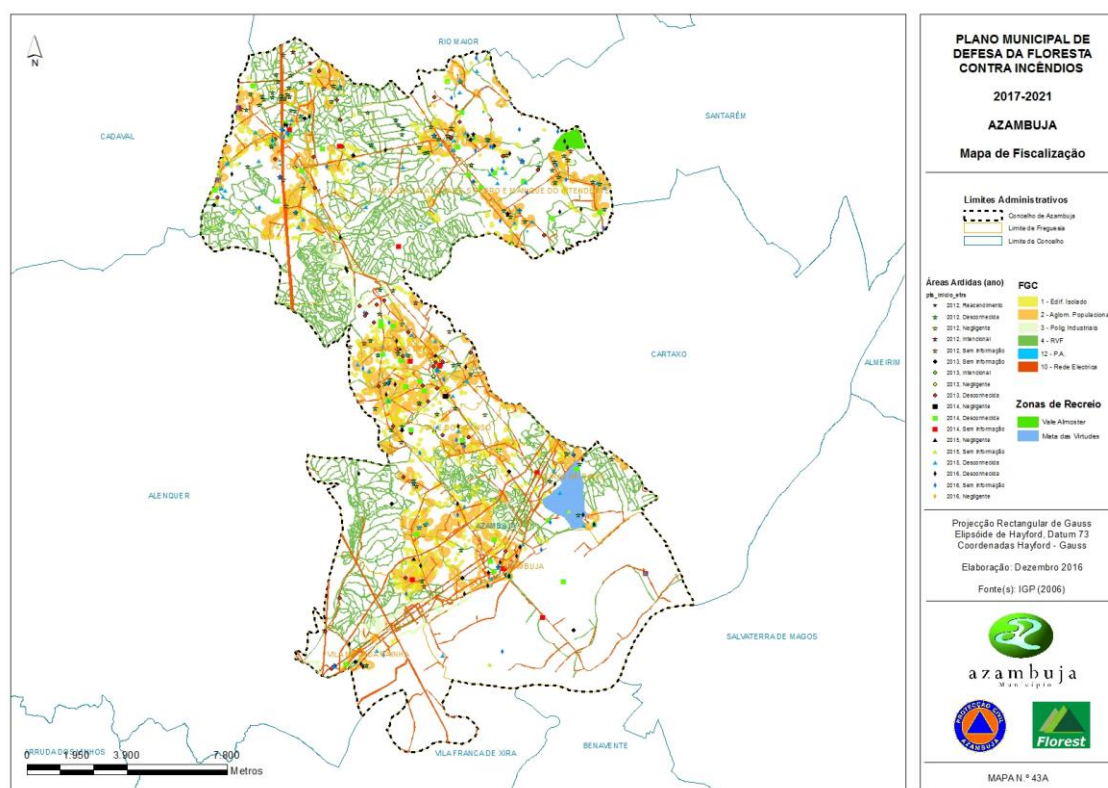


Figura 42 - Mapa da Fiscalização

5.2.3 Programa Operacional

5.2.3.1 Sensibilização da População

De acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, é atribuição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, desenvolver acções de sensibilização da população, de acordo com o que está definido no PNDFCI.

O município de Azambuja irá enquadrar os vários programas existentes ao nível nacional na sua estratégia municipal de sensibilização por exemplo através de programas de voluntariado em acções de plantação.

Acção	Metas	Indicadores	Ano				
			2017	2018	2019	2020	2021
Desenvolver campanhas de sensibilização nos media	Colocação de spots diários na rádio local	Nº de spots iários na radio local	3	3	3	3	3
	Inclusão de informação no site do Município de Azambuja	Nº de renovações da informação	124	124	124	124	124
Desenvolver estratégias de sensibilização generalista	Distribuição de cartazes e folhetos informativos com recomendações DFCI	Nº de freguesias com cartazes e folhetos	7	7	7	7	7
	Promoção do Dia Mundial da Floresta (21 de Março) e Dia Mundial da Protecção Civil	Nº de acções de promoção da floresta/ano	2	2	2	2	2
Definir mecanismos de intervenção das comunidades	Definição de mecanismos de fiscalização e de dissuasão das comunidades	Nº de freguesias com 2 "outdoors"	7	7	7	7	7

Quadro 14 – Metas por ano e acção

Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa Orçamento (€) /Ano				
			2017	2018	2019	2020	2021
Desenvolver campanhas de sensibilização nos media	Colocação de spots diários na rádio local	Câmara Municipal de Azambuja	sem custos	sem custos	sem custos	sem custos	sem custos
	Inclusão de informação no site do Município de Azambuja	Câmara Municipal de Azambuja	sem custos	sem custos	sem custos	sem custos	sem custos
Desenvolver estratégias de sensibilização generalista	Distribuição de cartazes e folhetos informativos com recomendações DFCL	Câmara Municipal de Azambuja	690,00	724,50	760,73	798,76	838,70
	Promoção do Dia Mundial da Floresta (21 de Março) e Dia Mundial da Protecção Civil	Câmara Municipal de Azambuja + ICNF	500,00	525,00	551,25	578,81	607,75
Definir mecanismos de intervenção das comunidades	Colocação de "outdoors" junto às principais vias rodoviárias de cada freguesia	Câmara Municipal de Azambuja	2.475,00	630,00	661,50	694,58	729,30
TOTAL			3.665,00	1.879,50	1.973,48	2.072,15	2.175,76

Quadro 15 – Orçamento e responsáveis do 2º Eixo Estratégico

Importa referir que as acções aqui propostas carecem de uma revisão anualmente, com base nos principais comportamentos de risco observados em anos anteriores, de modo a poder-se adaptar as intervenções à realidade do Concelho, abrangendo todas as freguesias de igual forma.

Organização Temporal das Acções

Estas Acções serão efectuadas em dois períodos distintos:

- Antes da época de incêndios;
- Durante a época de Incêndios (Junho/Julho a Setembro/Outubro).

Existem outras entidades no concelho de Azambuja que no Concelho de Azambuja podem contribuir para uma maior abrangência e divulgação destas campanhas de

sensibilização, nomeadamente, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e a GNR.

5.2.3.2 Fiscalização

Metas e Indicadores

Na Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006 no ponto 3.2.3 – capacidade de dissuasão e fiscalização é referido que o SEPNA/GNR deverá ser a entidade coordenadora que enquadra as acções de fiscalização em sede da CMDF e define estratégias de actuação a nível municipal. Estão definidas as áreas críticas e prioritárias de Fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de Incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.

Acção	Metas	Responsáveis	Unidades	Ano				
				2017	2018	2019	2020	2021
Fiscalização em áreas prioritárias	Interface Urbano-Florestal	GNR (SEPNA / EPF)	h / dia	1	1	1	1	1
	Terrenos Rurais			1	1	1	1	1
	Áreas Florestais			1	1	1	1	1

Quadro 16 – Responsáveis pelas acções de fiscalização do 2º Eixo Estratégico

Acção	Metas	Entidade a formar	Ano				
			2017	2018	2019	2020	2021
Sensibilização	Legislação em vigor	GTF SMPC Bombeiros	X	X	X	X	X
	Educação Ambiental		X		X		X
Fiscalização	Aperfeiçoamento da metodologia de apuramento das causas dos incêndios florestais	GNR	X		X		X

Quadro 17 – Necessidades de formação para o 2º Eixo Estratégico

5.3 3º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E GESTÃO DE INCÊNDIOS

O 3º Eixo Estratégico estabelece a organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios que deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a detecção e extinção rápida dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções.

A definição prévia de canais de comunicação, formas de actuação, levantamento das responsabilidades e competências de várias forças e entidades presentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

Objectivo Operacional	Acção	Indicadores / Metas
Objectivo Estratégico: Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª intervenção		
Estruturar e gerir a vigilância e detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal	Implementar através da CMDF, medidas que levem as populações, através das Juntas de Freguesia e/ou de organizações de voluntários a aderir a projectos comuns de protecção colectiva	Durante o 2º trimestre de cada ano, implementar medidas de protecção colectiva a integrar no sistema de vigilância e detecção municipal de Azambuja
	Coordenação de todas as acções de vigilância e detecção do Concelho de Azambuja	Implementar vigilância fixa; implementar a vigilância terrestre móvel como complemento da vigilância fixa; melhorar a rede de comunicações entre todas as equipas
	Acompanhar permanentemente os resultados das acções de detecção no Concelho de Azambuja	No 1º semestre de cada ano deverão ser implementadas medidas de protecção colectiva, a integrar no sistema de vigilância de detecção municipal.
		No 4º trimestre de cada ano deverá ser feita a avaliação do modelo implementado e a incorporação de eventuais ajustamentos
Objectivo Estratégico: Reforço da capacidade de 1ª intervenção		
Estruturar o nível de 1ª Intervenção	Na elaboração do PMDFCI / POM integrar a actuação dos Bombeiros, DGRF, GNR e outros agentes presentes no terreno	Anualmente são implementadas as medidas necessárias à sua articulação no teatro de operações
		Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as actividades dos recursos humanos e dos meios no Concelho de Azambuja
		Identificar outros agentes com capacidade de 1ª intervenção

Objectivo Estratégico: Reforço da capacidade de ataque ampliado		
Estruturar e gerir a vigilância e detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal	Levantamento dos recursos existentes (materiais e efectivos mobilizáveis)	Anualmente deverá ser feita a avaliação dos recursos existentes no Município de Azambuja
	Proceder ao levantamento das máquinas de rastos, tractores e bulldozers, existentes no município e/ou na sua área envolvente, e promover políticas de colaboração e formar os operadores	Anualmente deverá proceder-se ao levantamento destes meios e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o Município de Azambuja
	Distribuir os meios no terreno, atendendo ao risco de incêndio	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do Concelho de Azambuja
	Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico nacional	Anualmente fazer o levantamento dos meios disponíveis no município, planear a manobra logística mais adequada ao município e elaborar exercícios para validação do planeamento logístico
Objectivo Estratégico: Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio		
Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo	Utilizar as máquinas de rastos	Anualmente assegurar a sua rápida mobilização

Quadro 18 – Objectivos, Acções e Metas do 3º Eixo Estratégico

VIGILÂNCIA

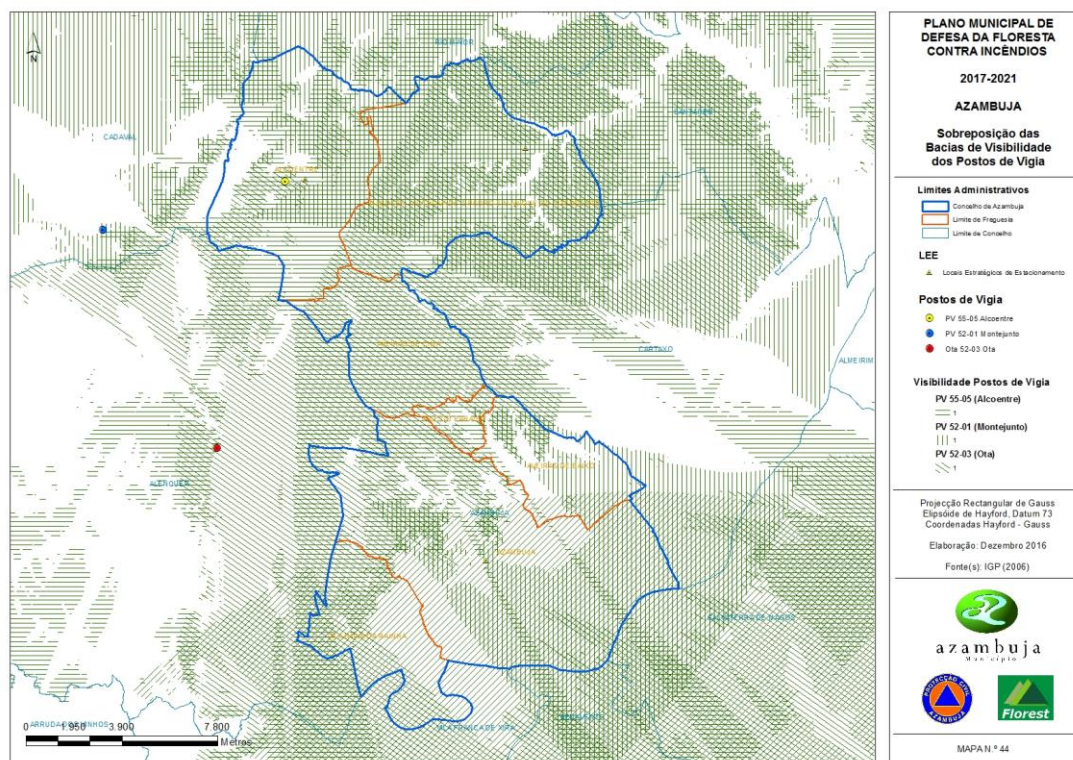


Figura 43 - Mapa de Visibilidade por Postos de Vigia do Concelho de Azambuja

O município de Azambuja possui um posto de vigia dentro da sua área de abrangência (Figura 43), situado na freguesia de Alcoentre – 55-05. Este posto de vigia encontra-se desactivado. No entanto, com um raio de visibilidade potencial até 30 km, considera-se que a sua integração na rede nacional de postos de vigia (RNPV) é da maior importância para apoio ao Dispositivo de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), tanto para o município de Azambuja como para municípios limítrofes, pelo que têm sido feitas diversas diligências por parte do município nesse sentido.

Os outros postos de vigia que se situam nos concelhos limítrofes também asseguram visibilidade para o Concelho de Azambuja, em concreto o P.V. da Ota (PV 52-03), no Concelho do Alenquer, e o de Montejunto (PV 52-01), no Concelho do Cadaval.

Pela observação do mapa acima pode concluir-se que, de um modo geral, em termos de “bacias de visão”, caso os postos de vigia se encontrem operacionais, é possível abranger grande parte do território. No entanto, naquelas zonas do Concelho onde existem as chamadas “zonas de sombra” ou zonas ocultas, isto é, zonas que não são avistadas por nenhum posto de vigia, torna-se necessário um aumento da vigilância móvel terrestre, delineando rotas de vigilância que passem nas zonas ocultas de maneira a que possa ser compensada essa inexistência de vigia.

Mais informação sobre as entidades alocadas a cada Local Estratégico de Estacionamento (LEE) encontra-se mais à frente, no Caderno III – Plano Operacional Municipal.

No mapa acima, além dos postos de vigia, estão identificados os LEE. Os tempos de chegada da 1ª intervenção são dados em função dos LEE, também representados no mapa seguinte (figura 43).

TEMPOS DE CHEGADA DA 1ª INTERVENÇÃO

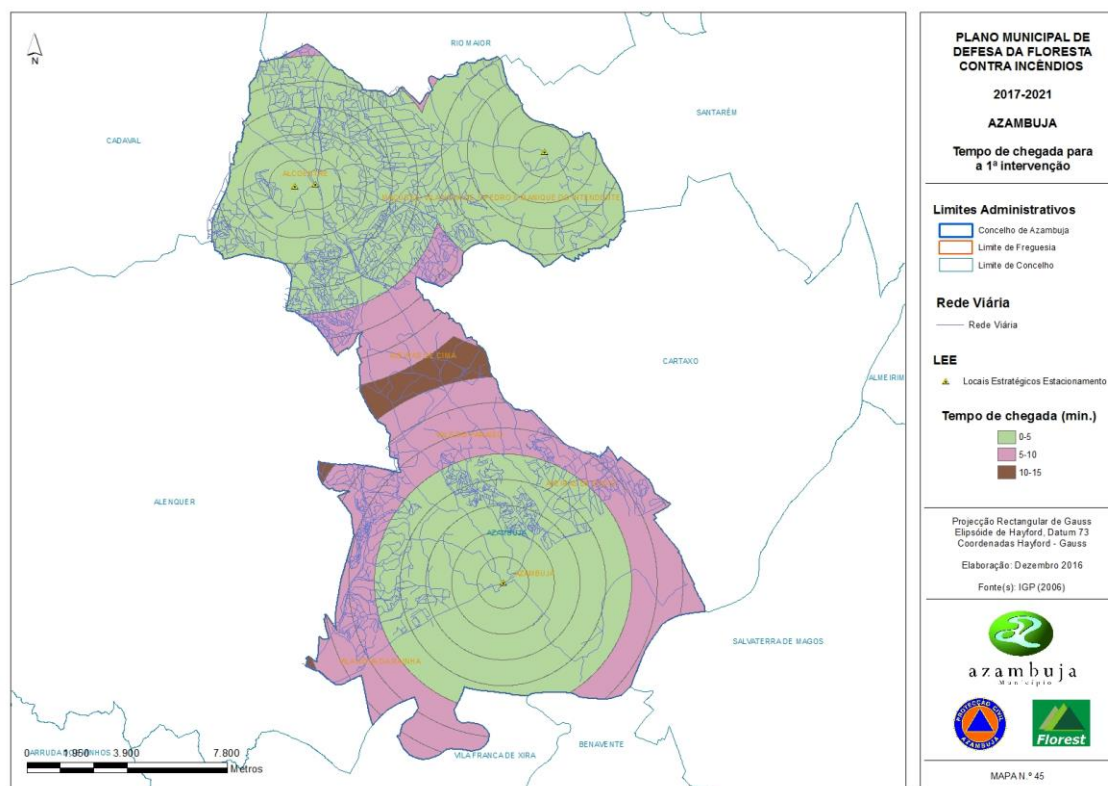


Figura 43 - Mapa dos tempos de chegada da 1ª intervenção do Concelho de Azambuja

Para as acções de 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio (PICVpi), o Concelho foi dividido pelas áreas de cada uma das Corporações de Bombeiros. À excepção das viaturas dos Sapadores Florestais (com competência e capacidade única na primeira intervenção), apenas as corporações de Bombeiros possuem meios de PICVpi.

5.4 4º EIXO ESTRATÉGICO - Recuperar e Reabilitar

Ecossistemas

Objectivo estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

Objectivos operacionais – Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação dos ecossistemas a longo prazo.

Enquadramento:

Atendendo ao período que decorreu entre 2001 e 2016 tem vindo a constatar-se umas oscilações cíclicas (através da análise do histórico dos incêndios – ponto 5.1), no número de ocorrências anuais e no valor da área ardida. Entre 2001 e 2016 verifica-se um ciclo de valores elevados de área ardida (com intervalos de quatro a cinco anos) com tendência decrescente. Enquanto o número de ocorrências foi acompanhado por uma tendência para estabilização, neste período destacaram-se, pela magnitude de área ardida, os anos de 2003, 2008 e 2012, em que arderam, respectivamente, 2351, 428 e 257 hectares.

O ponto 3.4 da Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de Maio refere que – “ no tocante à elaboração de planos de reabilitação dos ecossistemas afectados pelos incêndios, que deverão incorporar as regras de D.F.C.I. definidas regional e localmente e contemplar as recomendações do Conselho Nacional de Reflorestação, considera-se que estes devem incidir em áreas ardidas superiores a 500 hectares e resultar do trabalho de equipas orientadas pela D.G.R.F. e participadas pelos Gabinetes Técnicos Florestais e Organizações da Produção Florestal”.

Assim, atendendo ao histórico do número de ocorrências e, em particular, à área ardida neste município, que, no ano de 2003 atingiu um valor significativo de área ardida ultrapassando, os 2300 hectares, a C.M.D.F. compromete-se a cumprir a legislação vigente, incorporando, assim, no Plano Operacional Municipal a execução deste eixo estratégico.

Programas de Acção:

De uma forma geral, no âmbito da recuperação e reabilitação de ecossistemas, existem determinadas normas gerais que devem ser tidas em consideração. Seguem-se algumas normas, genéricas, para o cumprimento deste eixo estratégico:

- Sempre que a superfície do terreno apresente elementos que possam contrariar a erosão, as operações de exploração florestal devem ser efectuadas de modo a garantir a sua conservação, não danificando o que possa constituir um obstáculo ao escoamento hídrico superficial e não entupindo as valas;
- Nas faixas de protecção às linhas de água, com a largura de 10m para cada lado, não deverão circular máquinas de exploração florestal nem deverá ser efectuado o arraste de troncos e de toros;
- Em áreas que apresentem um risco de erosão muito elevado – e sem prejuízo de poderem mesmo ser interditados o abate ou a remoção de material lenhoso – não devem, igualmente, ser permitidas, nem a circulação de máquinas de exploração florestal, nem o arraste de toros;
- O empilhamento não deve ser feito nas faixas de protecção às linhas de água;
- Os carregadouros devem localizar-se sempre a mais de 20m das linhas de água e das zonas frequentemente inundáveis; caso a sua instalação implique movimentação de terras, aquela distância deverá ser aumentada para 50m;
- As operações de manutenção de máquinas e de veículos deverão ser efectuadas em local apropriado, fora da zona de protecção de albufeiras e envolvente das linhas de água.

A Recuperação Florestal é constituída por três fases distintas:

1) Estabilização de emergência

Esta intervenção decorre logo após, ou mesmo durante, a fase de combate ao incêndio e visa, não só o controlo da erosão e a protecção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infraestruturas e das estações e *habitats* mais sensíveis.

2) Reabilitação

Numa segunda fase de “reabilitação”, nos dois anos seguintes, deverá proceder-se, entre outras acções, a uma avaliação dos danos e da reacção dos ecossistemas, à

recolha de salvados e, eventualmente ao controlo fitossanitário, a acções de recuperação biofísica e mesmo, já, à reflorestação de zonas mais sensíveis

3) Recuperação

Nesta fase são planeados e implementados os projectos definitivos de recuperação/reflorestação, normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo.

Acções a curto prazo

• Erosão:

- 1) Identificação das áreas de risco de erosão após a ocorrência do incêndio.
- 1) Medidas para a minimização da erosão:
 - 2.1 - Construção de banquetas e palissadas, em curvas de nível, a partir do material lenhoso ardido;
 - 2.2 - Limpeza de valetas e de pontões para escoamento de água;
 - 2.3 - Sementeira de pequenas zonas em declives mais acentuados;

• Património:

- 1) Avaliação dos danos (em infra-estruturas, caminhos, etc.) e das necessidades de adaptações de acessos.
- 1) Medidas de recuperação urgente:
 - 2.1 - Recuperação dos caminhos danificados.

• Vegetação:

- 1) Avaliação técnica:
 - 1.1- Avaliação de áreas com capacidade de regeneração natural para o seu aproveitamento na recuperação ambiental;
 - 1.2- Levantamento das áreas e de volumes do arvoredado a extrair.
- 2) Medidas de intervenção a curto/médio prazo:
 - 2.1- Acções de reflorestação, com espécies adaptadas às condições edafo-climáticas do concelho (segundo PROF RO);
 - 2.2- Aplicação de protectores para regeneração em áreas prioritárias.

Outras acções:

- 1) Revisão e adaptação do plano operacional de prevenção e do plano operacional de vigilância e de detecção;
- 2) Elaboração de um plano operacional de recuperação das áreas ardidas;
- 3) Monitorização do estado sanitário dos povoamentos florestais.

Metodologias propostas e respectiva execução

A implementação das acções de recuperação de áreas ardidas é, maioritariamente, da responsabilidade do proprietário florestal. No entanto, a Câmara de Azambuja, através do seu Gabinete Técnico Florestal (G.T.F.) disponibilizará todo o apoio e acompanhamento técnico necessário para a execução destas acções.

Através da elaboração de um plano operacional de recuperação das áreas ardidas, a efectuar logo após a primeira fase de estabilização da emergência, o G.T.F. irá proceder à sensibilização dos proprietários e ao devido aconselhamento técnico.

Metas

No concelho de Azambuja as intervenções de recuperação de áreas ardidas deverão ajustar-se às especificidades deste concelho e, conseqüentemente, conduzir a uma redefinição de objectivos de gestão que deverão atender à diminuição do risco de incêndio.

As áreas a recuperar deverão aproximar-se dos sistemas naturais existentes no concelho e deverão ser mais produtivas. Estas áreas, sempre que possível, deverão ser diversificadas e mais resilientes ao fogo.

Está definida uma estratégia que tem por objectivo a diminuição de ocorrências e de áreas ardidas. Esta passa, quer pela reactivação da equipa de Sapadores Florestais deste município, a qual poderá garantir a execução de FGC nos principais acessos às povoações, quer através de candidaturas a medidas integradas no quadro comunitário de apoio que se enquadrem na gestão de combustíveis, recorrendo para isso a entidades externas que assegurem a execução de trabalhos de manutenção de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis em áreas consideradas estratégicas.

Orçamentação

Estas acções serão objecto de candidatura ao FFP, ao QCA e a outros programas de apoio que possam integrar estas acções.

Organização Temporal das Operações

Cronograma	6 meses	1 ano	2 anos	3 anos
Fase	Estabilização		Reabilitação	Recuperação
Acções	Controlo da erosão		Avaliação de danos	Implementação de projectos de recuperação/reflorestação
	Protecção rede hidrográfica		Avaliação da reacção dos ecossistemas	
	Defesa das infra-estruturas		Controlo fitossanitário	
	Defesa de habitats mais sensíveis		Acções de recuperação biofísica	
	Elaboração de plano operacional de recuperação		Acções de reflorestação em zonas mais sensíveis	

Quadro 19 – Organização Temporal da Recuperação e Reabilitação de Ecossistemas

5.5 5.º EIXO ESTRATÉGICO – Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

Objectivos estratégicos - Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Objectivos operacionais - O GTF do Município deverá centralizar todas as tarefas técnicas, logísticas e administrativas para o correcto funcionamento da CMDF, garantindo a realização de reuniões para aprovação de diversos documentos de planeamento à escala municipal.

O apoio técnico prestado a todas as entidades representadas na Comissão tem como objectivo a participação activa das entidades às quais são posteriormente pedidos os seus contributos.

O apoio logístico será prestado pelo GTF em interligação directa dos meios do Município, quer em espaço/condições para a realização das reuniões da CMDF e para questões mais operacionais como a utilização de equipamento/maquinaria do Município.

Os objectivos preconizados relativos aos eixos estratégicos anteriormente descritos só serão atingidos através da participação das instituições e agentes envolvidos directa e indirectamente na defesa da floresta. De forma mais directa, pretende-se que todas as entidades representadas na Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) desempenhem um papel activo perante as respectivas responsabilidades. No entanto, numa visão mais abrangente, o objectivo da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) é adoptado por uma série de pessoas, entidades e pela população em geral, cujo objectivo é evitar a todo o custo o flagelo dos incêndios florestais. Devido à grande variedade de pessoas/entidades e objectivos cabe ao Gabinete Técnico Florestal (GTF) canalizar e motivar a obtenção dos mais variados contributos que em última análise irão contribuir para a DFCI.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) é o elo de ligação das várias entidades, cabendo ao técnico do GTF um papel muito activo na elaboração do PMDFCI com a participação de todas as entidades representadas na Comissão. O PMDFCI é o instrumento orientador das diferentes estratégias e acções.

O SMPC fica responsável por planificar, organizar e secretariar as reuniões da CMDf.

Deverão realizar-se pelo menos 4 reuniões de CMDf por ano, com os seguintes principais objectivos:

- 1 – Apresentação do POM (27 de Março de cada ano ou dia útil seguinte);
- 2 – Apresentação do dispositivo DFCI (segunda semana de Junho de cada ano, dependente da apresentação do DON);
- 3 – Apresentação dos resultados da “época de incêndios” (última quinzena Outubro, dependente do final da “época crítica”);
- 4 – Preparação do Plano Operacional Municipal para ano seguinte (final do ano / início do ano seguinte).

O planeamento anual de actividades relacionadas com DFCI de cada entidade deve ser integrado no planeamento municipal, no entanto a inclusão destas informações dependerá da participação de cada entidade. Cabe mais uma vez ao GTF compilar a referida informação nos instrumentos de planeamento municipal.

O período de vigência do PMDFCI, de acordo com alínea d) do n.º 1 da Portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro, é de 5 anos. O PMDFCI pretende ser um documento base, estrutural, que não deverá sofrer actualizações durante o referido período, salvo alterações na legislação ou outro, que interfira significativamente com os temas abordados.

O PMDFCI remete para o Plano Operacional Municipal (POM) os detalhes operacionais, estes sim, alvo de actualização anual, para melhoria contínua de processos.

Aquando das revisões dos instrumentos de planeamento (PMDFCI e POM) o GTF irá compilar as informações/conclusões recolhidas durante o período de vigência dos

planos, e submeter para análise e participação activa por parte de todas as entidades representadas na CMDF.

5.5.1 Formação Profissional

No que diz respeito ao aumento da resiliência do território aos incêndios, considera-se necessária a formação dos agentes envolvidos na defesa da floresta contra incêndios nas seguintes áreas de formação:

- Equipa de Sapadores Florestais

Curso de Fogo Controlado – componente prática – 5 elementos

- Técnico do Gabinete Técnico Florestal e Técnicos da Protecção Civil

Curso de Gestão e Recuperação de Áreas Ardidas – 1 elemento

Curso de Planeamento Florestal e Gestão de Combustíveis – 1 elemento

Curso de Fogo Controlado – 1 elemento

- Corpo de Bombeiros Voluntários

Curso de Fogo Controlado – Operacionais de DFCI – 15 elementos

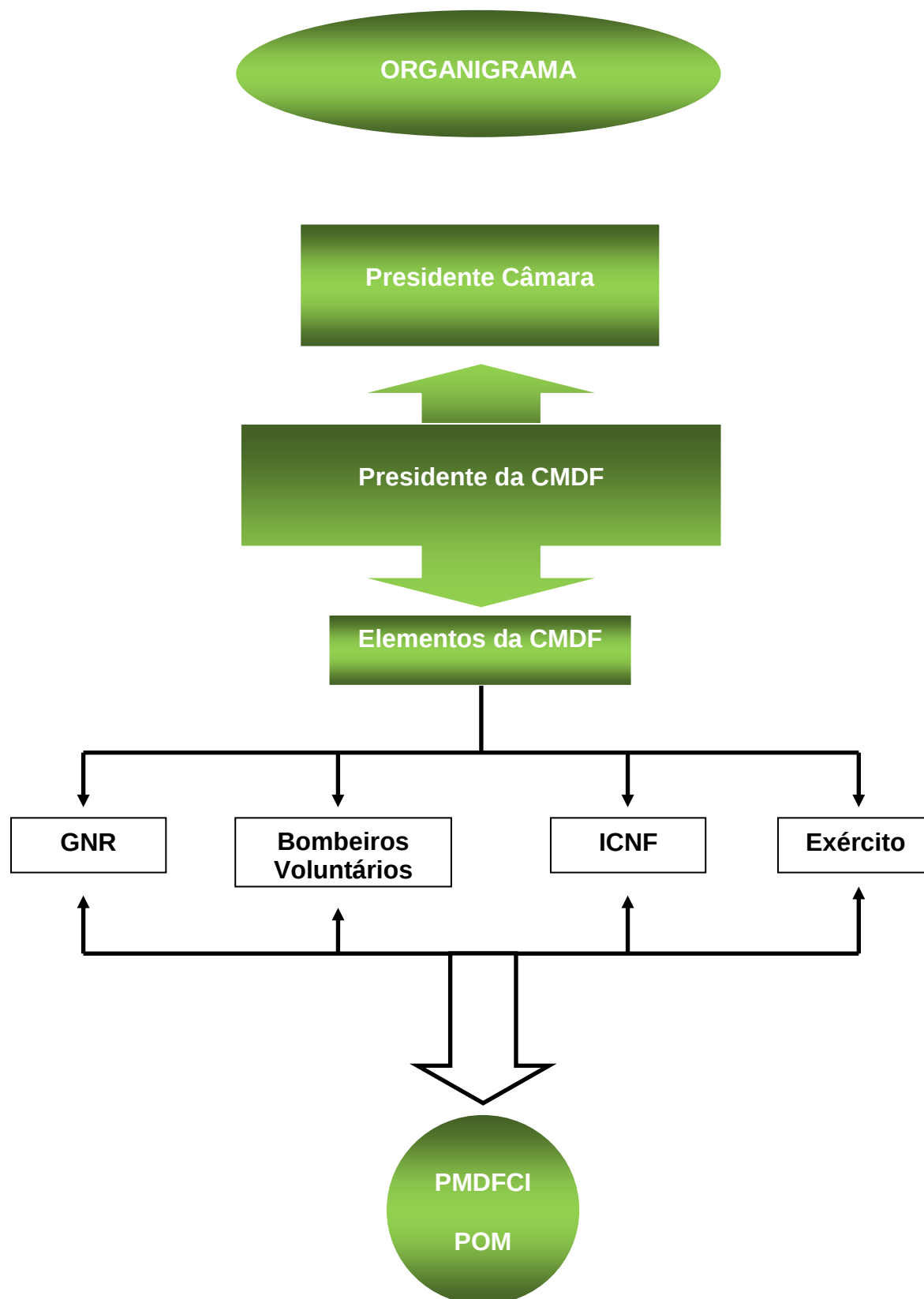
Curso avançado de suporte à decisão e técnicas de planeamento – 8 elementos

Monitorização e Revisão do PMDFCI e actualização do POM

Relativamente ao PMDFCI, o técnico do Gabinete Técnico Florestal (GTF) irá:

1. Elaborar um relatório anual das actividades do GTF;
2. Actualizar de forma permanente as tabelas e dados presentes no plano;
3. Proceder ao levantamento de campo para rectificar dados e as medidas definidas nos diversos eixos estratégicos;
4. Rever o PMDFCI aquando do final do período de vigência.

O POM será revisto anualmente, cabendo ao GTF a elaboração de um relatório sucinto sobre o ano transacto e apresentação de sugestões para sua melhoria.



Estimativa de orçamento para a implementação do PMDFCI

Eixos	Estimativa de orçamento total em (€)					
	2017	2018	2019	2020	2021	Total/ Eixo
1.º Eixo Estratégico	831.841,90	791.817,95	705.315,95	762.145,95	741.934,96	3.833.056,71
2.º Eixo Estratégico	3.665,00	1.879,50	1.973,48	2.072,15	2.175,76	11.765,89
3.º Eixo Estratégico	Não definido	Não definido	Não definido	Não definido	Não definido	Não definido
4.º Eixo Estratégico	500	500	500	500	500	2.500,00
5.º Eixo Estratégico	Não definido	Não definido	Não definido	Não definido	Não definido	Não definido
Total /Ano	836.006,90	794.197,45	707.789,43	764.718,10	744.610,72	3.847.322,60
Total PMDFCI						3.847.322,60

Quadro 20 – Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI

O quadro acima indicado apresenta uma síntese da estimativa de orçamento do PMDFCI do concelho de Azambuja para os próximos 5 anos.

Foi estimado para cada eixo estratégico e consoante as acções previstas para cada ano, o valor dos custos imputados a cada uma das acções, estes valores foram calculados com base nas tabelas da CAO (Comissão de acompanhamento das operações florestais). No entanto, estes valores serão alvo de reapreciação, caso se venham a implementar novas acções nos diferentes eixos, ao longo da elaboração dos POM's.

Os valores estimados, no quadro, serão alvo de candidaturas quer ao FFP/PDR2020, quer a outros fundos comunitários.